



CARTÓRIOS DO TJ-RO

PROVA COMENTADA

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 14/12/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Cartórios TJ-RO**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 4 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentar duas alternativas corretas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 01, 05, 33 e 57.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **Cartórios TJ-RO** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/5dd35db0-e338-4c7c-b501-9699d0b5d79b>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/06538cb6-6db9-4af0-acfc-f8a2d1a75acc>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA – CARTÓRIOS DO TJ-RO

QUESTÃO 01. A primeira tentativa brasileira de disciplinar a propriedade sobre as terras concretizou-se na edição da Lei de Terras, em 1850 que dispunha, entre outros assuntos, sobre as terras

- a) ocupadas pelos povos originários.
- b) pertencentes aos latifundiários produtores de café.
- c) pertencentes aos latifundiários produtores de cana-de-açúcar.
- d) devolutas do Império português.
- e) possuídas a título de capitanias hereditárias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da Lei de Terras Devolutas. Essa questão é passível de anulação.

As Terras Devolutas regulamentadas pela Lei 601/1850 são, na verdade, terras do Império Brasileiro, pois a Independência do Brasil foi proclamada em 1822. Ademais, apesar da menção às Terras Indígenas já ter ocorrido por meio do Decreto 426 de 24 de julho de 1845, vejamos: “Art. 1º Haverá em todas as Províncias um Director Geral de Indios, que será de nomeação do Imperador. Compete-lhe: §4º Indicar ao Governo Imperial o destino que se deve dar às terras das Aldêas que tenham sido abandonadas pelos Indios, ou que o sejam em virtude do § 2º deste artigo. O proveito, que se tirar da aplicação dessas terras, será empregado em benefício dos Indios da Provincia.), a Lei de Terras tem a seguinte previsão.” Não obstante, “Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos indígenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras servidões, e assento de estabelecimentos públicos: 3º, para a construção naval.” Portanto, havendo a previsão do Decreto 426, temos disposição, ainda que muito sutil, a disposição sobre terras indígenas. Ainda, o professor Rafael Spínola assim pontua que, no que tange a alternativa E, as sesmarias se originam diretamente das capitanias hereditárias. O regime de Sesmeiros, portanto, foi extinto pela Lei de Terras de 1850.

A alternativa A pode estar correta também. Conforme comentários introdutórios, o Decreto 426 também estabeleceu proteção a terras indígenas.

A alternativa B está incorreta. Latifúndios produtores de café já estavam em grande parte sob posse privada, e o objetivo da lei era definir a propriedade das terras públicas para venda.

A alternativa C está incorreta. Assim como a alternativa B, estas eram terras já integradas ao domínio privado e produtivo.

A alternativa D está correta. A Lei 601/1850 começou a regulamentar o regime de terras do Brasil. As Terras Devolutas eram o cerne da Lei n.º 601/1850. Embora a Lei tenha sido promulgada sob o Império Brasileiro (pós-1822), o termo "terras devolutas" referia-se a todas as terras que não tinham sido legitimamente transferidas para o domínio privado, incluindo as antigas terras da Coroa que haviam sido transferidas para o novo Estado após a Independência, mantendo a herança jurídica do período português. A Lei buscava regularizar e vender estas terras.

A alternativa E está incorreta. O sistema de Capitânicas Hereditárias e o subsequente regime de Sesmarias já haviam sido extintos. A Lei de Terras de 1850 veio justamente para encerrar definitivamente o regime sesmarial e estabelecer a compra como a única via de acesso à terra.

QUESTÃO 02. Os serviços notariais e de registro que prestarem conciliação e mediação deverão, de acordo com o Provimento CNJ nº 149/2023, ter um livro de registro de conciliação e mediação, o qual deverá conter

a) os contratos dos advogados responsáveis pela assinatura dos acordos, no caso de sucesso da conciliação ou mediação.

b) o protocolo dos pedidos de conciliação e mediação.

c) os termos de audiência de conciliação ou mediação.

d) os contratos em que tenha sido determinada a conciliação ou mediação como forma de solução de conflitos.

e) a sentença homologatória dos acordos de conciliação ou mediação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre conciliação e mediação extrajudicial.

A alternativa C está correta. A pergunta queria que o candidato conhecesse o artigo 43 do Provimento 149/2023, do CNJ, o Código Nacional Extrajudicial. Reza no artigo 43, caput, e § 1.º: Os serviços notariais e de registro que optarem por prestar o serviço deverão instituir livro de conciliação e de mediação, cuja abertura atenderá às normas estabelecidas pelas corregedorias-gerais de Justiça dos estados e do Distrito Federal e dos Territórios. § 1.º Os termos de audiência de conciliação ou de mediação serão lavrados em livro exclusivo, vedada sua utilização para outros fins.

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 03. De acordo com as disposições do Provimento CNJ n.º 149/2023, (a fiscalização do Cadastro Único de Beneficiários Finais (CBF) está a cargo

- a) da Corregedoria Nacional de Justiça e das corregedorias estaduais.**
- b) das corregedorias estaduais e dos juízes corregedores.**
- c) apenas da Corregedoria Nacional de Justiça.**
- d) da Corregedoria Nacional de Justiça, das corregedorias estaduais e dos juízes corregedores.**
- e) apenas das corregedorias estaduais.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre o Cadastro Único de Beneficiários Finais.

A alternativa C está correta. A pergunta queria que o candidato conhecesse o artigo 147 do Provimento 149/2023, do CNJ, o Código Nacional Extrajudicial. Reza no artigo 147, caput: “Os notários e os registradores poderão utilizar o Cadastro Único de Beneficiários Finais (CBF), criado e mantido por suas entidades associativas representativas, que, necessariamente, deverá conter os dados previstos no art. 145, sujeito à fiscalização da Corregedoria Nacional de Justiça.”

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 04. De acordo com o disposto na Lei n.º 6.015/1973, a identificação dos imóveis, no caso de desmembramento de terra rural, será obtida a partir

- a) apenas da elaboração de memorial descritivo assinado por profissional habilitado, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, com a devida anotação de responsabilidade técnica (ART), dispensada a certificação.**
- b) da elaboração de memorial descritivo assinado por profissional habilitado, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, independentemente de anotação de responsabilidade técnica (ART), mas com a devida certificação pelo cartório de imóveis competente.**
- c) da elaboração de memorial descritivo assinado por profissional habilitado, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, com a devida anotação de responsabilidade técnica (ART) e certificação pelo cartório de imóveis competente.**
- d) apenas da elaboração de memorial descritivo assinado por profissional habilitado, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao**

Sistema Geodésico Brasileiro, independentemente de anotação de responsabilidade técnica (ART).

e) da elaboração de memorial descritivo assinado por profissional habilitado, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites do imóvel rural, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, com a devida anotação de responsabilidade técnica (ART) e certificação, pelo INCRA, de que a poligonal objeto do memorial descritivo não se sobrepõe a nenhuma outra constante de seu cadastro georreferenciado e de que o memorial atende às exigências técnicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre imóvel rural.

A alternativa A está incorreta. A certificação pelo INCRA é um requisito obrigatório (Art. 176, § 3º da Lei 6.015/1973). Vide o gabarito da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. A ART é obrigatória (Art. 176, § 3º). Além disso, a certificação é feita pelo INCRA, e não pelo cartório de imóveis. Vide o gabarito da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. A certificação é feita pelo INCRA, e não pelo cartório. Vide o gabarito da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. A ART é obrigatória. Vide o gabarito da alternativa E.

A alternativa E está correta. Esta alternativa lista todos os requisitos previstos no Art. 176, § 3º da Lei n.º 6.015/1973, combinados com a necessidade da certificação do INCRA sobre a não sobreposição e o atendimento às exigências técnicas. Nos termos da Lei de Registros Públicos Art. 176, 3º: “§3º Nos casos de desmembramento, parcelamento ou remembramento de imóveis rurais, a identificação prevista na alínea a do item 3 do inciso II do §1º será obtida a partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pelo INCRA, garantida a isenção de custos financeiros aos proprietários de imóveis rurais cuja somatória da área não exceda a quatro módulos fiscais.”

QUESTÃO 05. Consoante a Lei de Registros Públicos, admitem-se a registro

I. escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros.

II. escritos particulares, assinados pelas partes e testemunhas, dispensado o reconhecimento de firmas.

III. atos autênticos de países estrangeiros com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei e registrados no cartório do registro de títulos e documentos, assim como sentenças proferidas por tribunais estrangeiros após homologação pelo STF.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre registro. Essa questão é passível de anulação. Primeiramente, vamos analisar item a item.

O item I está correto. A escrituras públicas são títulos registráveis, e as consulares são equiparadas. O art. 18 da LINDB estabelece o mesmo valor probatório, a saber: “Art. 18. Tratando-se de brasileiros, são competentes as autoridades consulares brasileiras para lhes celebrar o casamento e os mais atos de Registro Civil e de tabelionato, inclusive o registro de nascimento e de óbito dos filhos de brasileiro ou brasileira nascido no país da sede do Consulado.”

O item II está incorreto. A regra geral é que o reconhecimento de firmas não é dispensado, conforme assim explica o professor Rafael Spínola. Vejamos o disposto no art. 221, §1º: “Serão registrados os contratos e termos mencionados no inciso V do caput assinados a rogo com a impressão dactiloscópica do beneficiário, quando este for analfabeto ou não puder assinar, acompanhados da assinatura de 2 (duas) testemunhas.”

O item III está incorreto. Após a EC 45, o exequatur foi deslocado para o STJ, ainda que mencionaram o STF. O Art. 105, I, "i", da Constituição Federal, estabelece que compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a homologação das sentenças estrangeiras. Essa competência foi transferida do STF para o STJ pela Emenda Constitucional n.º 45/2004. Vejamos: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;”

Dessa forma, conforme a análise do professor Rafael Spínola, apenas o item I estaria correto. Contudo, não temos essa alternativa dentre as opções a serem assinaladas. Nesse sentido, é muito provável que a banca examinadora venha a considerar o item III como correta, nos termos do art. 121, III da Lei de Registros Públicos. Contudo, cabe cautela.

QUESTÃO 06. José apresentou, no cartório de registro de imóveis, um título de segunda hipoteca, com referência expressa à existência de outra anterior.

Nessa situação hipotética, o oficial de registro deve, em conformidade com a Lei n.º 6.015/1973,

a) prenotar o título e emitir nota devolutiva com exigência de prévia inscrição da primeira hipoteca.

b) prenotar o título e aguardar durante 30 dias para que os Interessados na primeira hipoteca promovam a devida inscrição.

c) prenotar o título e intimar os interessados na primeira hipoteca para promover a devida inscrição no prazo de 15 dias.

d) prenotar o título e comunicar o fato ao juiz corregedor.

e) recusar a prenotação do título.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o Livro Protocolo.

A alternativa A está incorreta. O oficial não emite nota devolutiva com exigência imediata de prévia inscrição. O procedimento é de aguardar o prazo de 30 dias. Veja o gabarito da alternativa B.

A alternativa B está correta. Esta alternativa reproduz fielmente o caput do Art. 189 da Lei de Registros Públicos. Após a prenotação, o oficial deve aguardar o prazo de 30 dias, contando da data da prenotação. Nos termos do Art. 189, Lei dos Registros Públicos: "Apresentado título de segunda hipoteca, com referência expressa à existência de outra anterior, o oficial, depois de prenotá-lo, aguardará durante 30 (trinta) dias que os interessados na primeira promovam a inscrição. Esgotado esse prazo, que correrá da data da prenotação, sem que seja apresentado o título anterior, o segundo será inscrito e obterá preferência sobre aquele."

A alternativa C está incorreta. prazo correto é de 30 dias, e a lei prevê que o oficial "aguardará" (esperará), não havendo expressamente a previsão de intimação formal no dispositivo. Veja gabarito da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. A lei estabelece um procedimento próprio e de autogestão do oficial, não havendo necessidade de comunicar o fato à Corregedoria. Veja o gabarito da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. A prenotação é o ato que marca a prioridade e é o passo inicial do procedimento. A recusa da prenotação é cabível somente em situações específicas de nulidade ou quando o título não for hábil. Veja o gabarito da alternativa B.

QUESTÃO 07. O Provimento CNJ n.º 149/2023 prevê que os responsáveis pelas serventias extrajudiciais devem cumprir as disposições previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e nas normas expedidas

a) pelo Conselho Nacional de Proteção aos Dados Pessoais.

b) pelo Ministério da Justiça.

c) pela Agência de Regulação de Proteção de Dados.

d) pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais.

e) pelo Departamento de Polícia Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) pelo delegatário extrajudicial.

A alternativa D está correta. A pergunta queria que o candidato conhecesse o artigo 79 do Provimento 149/2023, do CNJ, o Código Nacional Extrajudicial: “Art. 79. Os responsáveis pelas serventias extrajudiciais deverão atender às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Lei n. 13.709/2018), independentemente do meio ou do país onde os dados estão localizados, obedecendo a seus fundamentos, seus princípios e suas obrigações concernentes à governança do tratamento de dados pessoais. § 1.º Deverão ser cumpridas as disposições previstas na LGPD e nas diretrizes, nos regulamentos, nas normas, nas orientações e nos procedimentos expedidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais, com base nas competências previstas no artigo 55-J da LGPD.”

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 08. Assinale a opção correta em relação ao testamento vital de paciente internado em hospital.

a) Os desejos dos familiares prevalecem sobre as diretivas antecipadas do paciente.

b) As diretivas antecipadas de vontade somente serão válidas se constarem do testamento vital, não sendo possível a comunicação direta de diretivas pelo paciente ao médico responsável.

c) Não sendo conhecidas as diretivas antecipadas de vontade do paciente nem havendo familiar ou representante designado presente, o médico deverá decidir, por si só, acerca dos procedimentos a tomar sobre cuidados e tratamentos a serem aplicados ao paciente quando este estiver incapacitado de expressar, livre e autonomamente, sua vontade.

d) Não sendo conhecidas as diretivas antecipadas de vontade do paciente, na falta de consenso entre os familiares, o médico deverá decidir, por si só, acerca dos procedimentos a tomar sobre cuidados e tratamentos a serem aplicados ao paciente quando este estiver incapacitado de expressar, livre e autonomamente, sua vontade.

e) O médico deve desconsiderar as diretivas antecipadas de vontade que, segundo sua análise, estiverem em desacordo com os preceitos ditados pelo Código de Ética Médica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre testamento vital.

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre testamento vital.

A alternativa A está incorreta. A autonomia da vontade do paciente, manifestada nas diretivas antecipadas, prevalece sobre qualquer outro parecer não médico, inclusive os desejos dos familiares. Contradição ao Art. 2º, § 3º da Resolução CFM nº 1.995/2012. Art. 2º Nas decisões sobre cuidados e tratamentos de pacientes que se encontram incapazes de comunicar-se, ou de expressar de maneira livre e independente suas vontades, o médico levará em consideração suas diretivas antecipadas de vontade. (...) § 3º As diretivas antecipadas do paciente prevalecerão sobre qualquer outro parecer não médico, inclusive sobre os desejos dos familiares.

A alternativa B está incorreta. As diretivas podem ser diretamente comunicadas pelo paciente ao médico, sendo obrigatório o registro destas vontades no prontuário, afastando a exclusividade do testamento vital. Contradição ao Art. 2º, § 4º da Resolução CFM nº 1.995/2012. Art. 2º Nas decisões sobre cuidados e tratamentos de pacientes que se encontram incapazes de comunicar-se, ou de expressar de maneira livre e independente suas vontades, o médico levará em consideração suas diretivas antecipadas de vontade. (...) § 4º O médico registrará, no prontuário, as diretivas antecipadas de vontade que lhes foram diretamente comunicadas pelo paciente.

A alternativa C está incorreta. Nessa situação, o médico deve recorrer ao Comitê de Bioética da instituição ou, na falta deste, à Comissão de Ética Médica ou aos Conselhos de Medicina para fundamentar sua decisão, e não decidir por si só. Contradição ao Art. 2º, § 5º da Resolução CFM nº 1.995/2012. Art. 2º Nas decisões sobre cuidados e tratamentos de pacientes que se encontram incapazes de comunicar-se, ou de expressar de maneira livre e independente suas vontades, o médico levará em consideração suas diretivas antecipadas de vontade. (...) § 5º Não sendo conhecidas as diretivas antecipadas de vontade do paciente, nem havendo representante designado, familiares disponíveis ou falta de consenso entre estes, o médico recorrerá ao Comitê de Bioética da instituição, caso exista, ou, na falta deste, à Comissão de Ética Médica do hospital ou ao Conselho Regional e Federal de Medicina para fundamentar sua decisão sobre conflitos éticos, quando entender esta medida necessária e conveniente.

A alternativa D está incorreta. A falta de consenso entre familiares é uma das hipóteses que obriga o médico a recorrer aos órgãos de ética competentes (Comitê de Bioética, etc.) para fundamentar sua decisão, e não decidir isoladamente. Contradição ao Art. 2º, § 5º da Resolução CFM nº 1.995/2012. Art. 2º Nas decisões sobre cuidados e tratamentos de pacientes que se encontram incapazes de comunicar-se, ou de expressar de maneira livre e independente suas vontades, o médico levará em consideração suas diretivas antecipadas de vontade. (...) § 5º Não sendo conhecidas as diretivas antecipadas de vontade do paciente, nem havendo representante designado, familiares disponíveis ou falta de consenso entre estes, o médico recorrerá ao Comitê de Bioética da instituição, caso exista, ou, na falta deste, à Comissão de Ética Médica do hospital ou ao Conselho Regional e Federal de Medicina para fundamentar sua decisão sobre conflitos éticos, quando entender esta medida necessária e conveniente.

A alternativa E está correta. A falta de consenso entre familiares é uma das hipóteses que obriga o médico a recorrer aos órgãos de ética competentes (Comitê de Bioética, etc.) para fundamentar sua decisão, e não decidir isoladamente. Contradição ao Art. 2º, § 5º da Resolução CFM nº 1.995/2012. Art. 2º Nas decisões sobre cuidados e tratamentos de pacientes que se encontram incapazes de comunicar-se, ou de expressar de maneira livre e independente suas vontades, o médico levará em consideração suas diretivas antecipadas de vontade. (...) § 5º Não sendo conhecidas as diretivas antecipadas de vontade do paciente, nem havendo representante designado, familiares disponíveis ou falta de consenso

entre estes, o médico recorrerá ao Comitê de Bioética da instituição, caso exista, ou, na falta deste, à Comissão de Ética Médica do hospital ou ao Conselho Regional e Federal de Medicina para fundamentar sua decisão sobre conflitos éticos, quando entender esta medida necessária e conveniente.

QUESTÃO 09. Assinale a opção correta no que diz respeito ao protesto de títulos.

- a) Se o protesto tiver sido sustado por ordem judicial, o tabelião deverá encaminhar o título ao juízo que determinou a sustação.**
- b) Caso a ordem de sustação do protesto seja revogada, o tabelião deverá promover nova intimação do devedor.**
- c) Revogada a ordem de sustação do protesto, dispensa-se a realização do registro do protesto.**
- d) Tornada definitiva a ordem de sustação, o título será imediatamente devolvido para o apresentante desde que não haja determinação expressa ao contrário.**
- e) Antes da lavratura do protesto, o apresentante poderá retirar o título ou documento de dívida, devendo realizar o pagamento dos emolumentos e demais despesas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre protesto de títulos.

A alternativa A está incorreta. Os títulos cujo protesto foi judicialmente sustado permanecerão no Tabelionato, à disposição do Juízo respectivo. Vejamos o disposto na Lei nº 9.492/97 em seu Art. 17: “Permanecerão no Tabelionato, à disposição do Juízo respectivo, os títulos ou documentos de dívida cujo protesto for judicialmente sustado.”

A alternativa B está incorreta. Revogada a ordem de sustação, não há necessidade de se proceder a nova intimação do devedor. Vejamos: “Art. 17, LP, § 2º Revogada a ordem de sustação, não há necessidade de se proceder a nova intimação do devedor, (...)”.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o ato de registro **NÃO SERÁ DISPENSADO**: “Art. 17, LP, § 2º Revogada a ordem de sustação, (...) sendo a lavratura e o registro do protesto efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da revogação, salvo se a materialização do ato depender de consulta a ser formulada ao apresentante, caso em que o mesmo prazo será contado da data da resposta dada.” O ato não é dispensado, mas sim concluído.

A alternativa D está incorreta. A regra geral não é a devolução imediata ao apresentante. A saber: “Art. 17, LP, § 3º Tornada definitiva a ordem de sustação, o título ou o documento de dívida será encaminhado ao Juízo respectivo, quando não constar determinação expressa a qual das partes o mesmo deverá ser entregue, ou se decorridos trinta dias sem que a parte autorizada tenha comparecido no Tabelionato para retirá-lo.” Logo, o erro da alternativa é afirmar que será devolvido de forma imediata, quando, na verdade, o título ou o documento de dívida será encaminhado ao Juízo respectivo (sem determinação expressa), ou pelo decurso do prazo.

A alternativa E está incorreta. A retirada está condicionada ao pagamento dos emolumentos e de todas as despesas que já tenham sido geradas pelo Tabelionato até aquele momento (custo de intimação, registro, etc., conforme o disposto no artigo 16 da Lei nº 9.492/97: “Art. 16. Antes da lavratura do protesto, poderá o apresentante retirar o título ou documento de dívida, pagos os emolumentos e demais despesas” O apresentante pode retirar o título a qualquer momento antes da lavratura do protesto. Ou seja, antes que o ato seja consumado pelo Tabelião.

QUESTÃO 10. Acerca da intimação do devedor, assinale a opção correta.

a) Considera-se cumprida a intimação quando comprovada a sua entrega no endereço indicado pelo apresentante do título.

b) Não é admissível a utilização de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para enviar as intimações.

c) Não se admite intimação por edital.

d) Para efeito de contagem de dias para a apuração dos prazos da intimação, considera-se dia útil aquele em que houver expediente do Poder Judiciário na localidade.

e) A intimação somente é considerada cumprida quando efetuada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e após devolução do aviso de recebimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre intimações.

A alternativa A está correta. Lei nº 9.492/97, Art. 14. Protocolizado o título ou documento de dívida, o Tabelião de Protesto expedirá a intimação ao devedor, no endereço fornecido pelo apresentante do título ou documento, considerando-se cumprida quando comprovada a sua entrega no mesmo endereço.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, é admitido sim o uso de aplicativos, vejamos: “Art. 14, LP, § 3º: O tabelião de protesto poderá utilizar meio eletrônico ou aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para enviar as intimações, (...)” A lei modernizada ADMITE expressamente que o tabelião utilize meio eletrônico ou aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para enviar as intimações, desde que assegurado e comprovado o recebimento.

A alternativa C está incorreta. A intimação será feita por edital se a pessoa indicada for desconhecida, tiver domicílio incerto ou ignorado, ou se o destinatário se recusar a receber a intimação. Vejamos: “Art. 15, LP, A intimação será feita por edital se a pessoa indicada (...)”

A alternativa D está incorreta. Considera-se dia útil para a contagem de prazos do protesto aquele em que houver expediente bancário para o público na localidade, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou pela Febraban, consoante o disposto no Art. 14, LP, § 6º: “Considera-se

dia útil para o fim da contagem dos prazos deste artigo aquele em que houver expediente bancário para o público na localidade, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional.” [...] CNN artigo 368 - § 3.º (...) aquele em que o expediente bancário para o público, na localidade, esteja sendo prestado de acordo com o horário de atendimento fixado pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).”

A alternativa E está incorreta. O uso da ECT não é exclusivo. Vejamos: “Art. 14, LP, § 1º A remessa da intimação poderá ser feita por portador do próprio tabelião, ou por qualquer outro meio, desde que o recebimento fique assegurado e comprovado através de protocolo, aviso de recepção (AR) ou documento equivalente.” Nesse sentido, a remessa da intimação poderá ser feita por portador do próprio tabelião ou por qualquer outro meio, desde que o recebimento fique assegurado e comprovado (protocolo, AR, ou documento equivalente).

QUESTÃO 11. Assinale a opção correta à luz do posicionamento do STJ acerca da natureza dos cartórios extrajudiciais.

a) Na hipótese de substituição do titular do cartório, a responsabilidade não se transmite ao sucessor.

b) Os referidos órgãos têm personalidade jurídica.

c) O patrimônio da serventia pertence a ela própria.

d) Os cartórios têm legitimidade passiva para ser parte em ações judiciais.

e) Os cartórios caracterizam-se como empresa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre a natureza dos cartórios extrajudiciais.

A alternativa A está correta, conforme entendimento do STJ. REsp 852770/SP. ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL - CARTÓRIO - NOTÁRIO - LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - ART. 535 DO CPC - NÃO-VIOLAÇÃO. 1. Não existe a alegada violação do art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, de modo fundamentado, aplica o direito à espécie nos limites do efeito devolutivo do recurso de apelação. O Tribunal não está obrigado a responder a todos os questionamentos pormenorizados das partes, quando desinfluentes para a resolução da controvérsia. 2. A questão federal consiste em saber se a responsabilidade civil por ato ilícito praticado por oficial de Registro de Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica da Capital do Estado de São Paulo é pessoal; não podendo o seu sucessor, ou seja, o atual oficial da serventia, que não praticou o ato ilícito, responder pelo dano alegadamente causado por seu antecessor. 3. A ação não foi ajuizada contra o Estado ou contra a própria serventia, que detém capacidade judiciária, mas em face da pessoa natural que sucedeu o antigo oficial, que praticou o ato reputado como ilícito e danoso. 4. A responsabilidade civil por dano causado por ato de oficial do Registro é pessoal, não podendo o seu sucessor, atual titular da serventia, responder pelo ato ilícito praticado pelo sucedido antigo titular. Entender diferente seria dar margem à teoria do risco integral, o que não pode ser entendido de forma alguma a teor dos artigos 236 da CF, 28 da Lei n. 6.015/73 e 22 da Lei n. 8.935/94. Recurso especial parcialmente provido, a fim de reconhecer a ilegitimidade do

recorrente para figurar no pólo passivo da demanda e extinguir o feito, sem resolução do mérito, invertendo-se, por consequência, os ônus sucumbenciais.

A alternativa B está incorreta. Os serviços de registros públicos, cartorários e notariais não detêm personalidade jurídica. Resp 1.468.987/SP. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. OMISSÃO INEXISTENTE. REEXAME NECESSÁRIO. TESE PREJUDICADA. SERVIÇOS DE REGISTROS PÚBLICOS, CARTORÁRIOS E NOTARIAIS. AUSÊNCIA DE PERSONALIDADE JURÍDICA. ILEGITIMIDADE AD CAUSAM. PRECEDENTES. Os serviços de registros públicos, cartorários e notariais não detêm personalidade jurídica, de modo que quem responde pelos atos decorrentes dos serviços notariais é o titular do cartório. Logo, o tabelionato não possui legitimidade para figurar como polo ativo da presente demanda repetitória tributária. Agravo regimental improvido.

A alternativa C está incorreta. A serventia não tem patrimônio próprio, pois o patrimônio é do delegatário extrajudicial, conforme entendimento do STJ, vide Resp 1.468.987/SP, acima descrito.

A alternativa D está incorreta. Os serviços de registros públicos, cartorários e notariais não detêm personalidade jurídica, conforme entendimento do STJ, vide Resp 1.468.987/SP, acima descrito

A alternativa E está incorreta. Os cartórios extrajudiciais são instituições administrativas, conforme entendimento do STJ no Resp 1.097.995/RJ: RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - NÃO OCORRÊNCIA - SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO - NATUREZA JURÍDICA - ORGANIZAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DESTINADOS A GARANTIR A PUBLICIDADE, AUTENTICIDADE, SEGURANÇA E EFICÁCIA DOS ATOS JURÍDICOS - PROTESTO - PEDIDO DE CANCELAMENTO - OBRIGAÇÃO DE FAZER - TABELIONATO - ILEGITIMIDADE DE PARTE PASSIVA RECONHECIDA - AUSÊNCIA DE PERSONALIDADE - RECURSO IMPROVIDO. I - É entendimento assente que o órgão judicial, para expressar sua convicção, não precisa mencionar todos os argumentos levantados pelas partes, mas, tão-somente, explicitar os motivos que entendeu serem suficientes à composição do litígio, não havendo falar, na espécie, em ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil. II - Segundo o art. 1º da Lei nº 8.935/94, que regulamentou o art. 236 da Constituição Federal, os serviços notariais e de registro são conceituados como "organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos". Dispõe, ainda, referida Lei que os notários e oficiais de registro gozam de independência no exercício de suas atribuições, além de que estão sujeitos às penalidades administrativas previstas nos arts. 32, 33, 34 e 35, no caso de infrações disciplinares previstas no art. 31 da mesma Lei. III - Os cartórios extrajudiciais - incluindo o de Protesto de Títulos - são instituições administrativas, ou seja, entes sem personalidade, desprovidos de patrimônio próprio, razão pela qual, bem de ver, não possuem personalidade jurídica e não se caracterizam como empresa ou entidade, afastando-se, dessa forma, sua legitimidade passiva ad causam para responder pela ação de obrigação de fazer. IV - Recurso especial improvido.

QUESTÃO 12. De acordo com o Provimento CNJ n.º 149/2023, considera-se título nato-digital

I. o documento público ou particular gerado eletronicamente em PDF/A e assinado, por todos os signatários, com assinatura eletrônica.

II. o documento público ou particular para o qual seja exigível a assinatura apenas do apresentante) desde que gerado eletronicamente em PDF/A e assinado por aquele com assinatura eletrônica qualificada ou com assinatura eletrônica avançada.

III. o documento desmaterializado por qualquer notário ou registrador, gerado em PDF/A e assinado por ele, seus substitutos ou prepostos, com assinatura qualificada ou avançada.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item I está certo.

c) Apenas o item II está certo.

d) Apenas o item III está certo.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre título nato-digital.

O item I está incorreto. A omissão do requisito de ser assinatura qualificada ou avançada torna o item incorreto. Veja o gabarito da alternativa D.

O item II está incorreto. Há a omissão quanto admissão perante os serviços notariais e registrais. Veja o gabarito da alternativa D.

O item III está incorreto. O item corresponde à literalidade do art. 208 o Provimento CNJ nº 149/2023. Veja o gabarito da alternativa D.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, há sim item correto, sendo o item III.

A alternativa B está incorreta. O item I está incorreto.

A alternativa C está incorreta. O item II está incorreto.

A alternativa D está correta. Apenas o item III está correto. A alternativa está em consonância à literalidade do art. 208 o Provimento CNJ nº 149/2023: “§ 1º Consideram-se títulos nato-digitais, para todas as atividades, sem prejuízo daqueles previstos em lei específica: I – o documento público ou particular gerado eletronicamente em PDF/A e assinado, por todos os signatários (inclusive testemunhas), com assinatura eletrônica qualificada ou com assinatura eletrônica avançada admitida perante os serviços notariais e registrais (art. 17, §§ 1º e 2º, da Lei n. 6.015/1973; art. 38, § 2º, da Lei n. 11.977/2009; art. 285, I, deste Código); II – o documento público ou particular para qual seja exigível a assinatura apenas do apresentante, desde que gerado eletronicamente em PDF/A e assinado por aquele com assinatura eletrônica qualificada ou com assinatura eletrônica avançada admitida perante os

serviços notariais e registrais (art. 17, §§ 1º e 2º, da Lei n. 6.015/1973; art. 38, § 2º, da Lei n. 11.977/2009; art. 285, I, deste Código); III - a certidão ou o traslado notarial gerado eletronicamente em PDF/A ou XML e assinado por tabelião de notas, seu substituto ou preposto; (incluído pelo Provimento n. 180, de 16.8.2024) IV — os documentos desmaterializados por qualquer notário ou registrador, gerados em PDF/A e assinados por ele, seus substitutos ou prepostos com assinatura qualificada ou avançada; (incluído pelo Provimento n. 180, de 16.8.2024) V - cartas de sentença, formais de partilha, cartas de adjudicação, os mandados de registro, de averbação e de retificação, obtidos na forma do inciso I ou por acesso direto do oficial do registro ao processo judicial eletrônico, a requerimento do interessado;”

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, apenas o item III está correto.

QUESTÃO 13. Conforme as disposições do Código Nacional de Normas, instituído pelo Provimento CNJ n.º 149/2023, nos casos de reprodução assistida, será indispensável, para fins de registro e emissão de certidão de nascimento, a apresentação de:

I. declaração de nascido vivo (DNV).

II. declaração do diretor técnico da clínica, centro ou serviço de reprodução humana em que foi realizada a reprodução assistida, indicando que a criança foi gerada por reprodução assistida heteróloga, sem necessidade de que tal declaração seja submetida a reconhecimento de firma.

III. certidão de casamento, certidão de conversão de união estável em casamento, escritura pública de união estável ou sentença em que haja sido reconhecida a união estável dos pais.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Código Nacional de Normas (Provimento nº 149/2023 do CNJ), mais especificamente sobre os Nascimentos e a reprodução assistida.

O Item I está correto. Conforme art. 513, I, do Provimento 149/2023 do CNJ: “Art. 513. Será indispensável, para fins de registro e de emissão da certidão de nascimento, a apresentação dos seguintes documentos: I — declaração de nascido vivo (DNV);”

O Item II está incorreto. Há necessidade de reconhecimento de firma. Conforme art. 513, II, do Provimento 149/2023 do CNJ: “Art. 513. Será indispensável, para fins de registro e de emissão da certidão de nascimento, a apresentação dos seguintes documentos: II — declaração, com firma reconhecida, do diretor técnico da clínica, centro ou serviço de reprodução humana em que foi realizada a reprodução assistida, indicando que a criança foi gerada por reprodução assistida heteróloga, assim como o nome dos beneficiários;”

O Item III está correto. Conforme art. 513, III, do Provimento 149/2023 do CNJ: “Art. 513. Será indispensável, para fins de registro e de emissão da certidão de nascimento, a apresentação dos seguintes documentos: III — certidão de casamento, certidão de conversão de união estável em casamento, escritura pública de união estável ou sentença em que foi reconhecida a união estável do casal.”

QUESTÃO 14. De acordo com o Código Nacional de Normas, a chancela consular tem a finalidade de

a) atestar a autenticidade da assinatura, da função ou do cargo exercido pelo signatário do documento e, quando cabível, a autenticidade do selo ou do carimbo nele apostado.

b) demonstrar que o documento foi assinado por autoridade pública pertencente ao Poder Executivo federal.

c) atribuir fé pública a documento público brasileiro, a fim de que este seja utilizado no exterior.

d) atestar a correta tradução de documento.

e) atestar a origem do documento público, indicando expressamente o ente público competente que o elaborou.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Apostilamento.

A alternativa A está correta. A pergunta queria que o candidato conhecesse o artigo 1º do Provimento 149/2023, do CNJ, o Código Nacional Extrajudicial. “A legalização de documentos públicos produzidos em território nacional e destinados a produzir efeitos em países partes da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (Convenção da Apostila) é realizada exclusivamente por meio da aposição de apostila, emitida nos termos da Resolução CNJ n. 228, de 22 de junho de 2016, e deste Código Nacional de Normas. § 1.º Para os fins desta norma, entende-se como legalização, ou chancela consular, a formalidade pela qual se atesta a autenticidade da assinatura, da função ou do cargo exercido pelo signatário do documento e, quando cabível, a autenticidade do selo ou do carimbo nele apostado.”;

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 15. Determinada mulher deseja ver reconhecida a paternidade de seu filho menor de idade, reconhecimento esse que não foi obtido, à época do registro da criança, pelo procedimento descrito no art. 2º, caput, da Lei n.º 8.560/1992. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com o Código Nacional de Normas.

a) O procedimento de reconhecimento de paternidade descrito na referida lei deverá ser observado, a qualquer tempo, caso a mãe, durante a menoridade do filho, compareça perante oficial de registro de pessoas naturais e aponte o suposto pai.

b) O procedimento de reconhecimento de paternidade descrito na referida lei será observado caso a mãe compareça, ainda que após a maioridade do filho, perante o oficial registrador e aponte o suposto pai.

c) Para que o procedimento de reconhecimento de paternidade descrito na referida lei seja observado, a mãe deverá, durante a menoridade do filho, comparecer perante o oficial registrador e apontar o suposto pai, que deverá anuir expressamente.

d) A mãe deverá aguardar, necessariamente, que o filho alcance a maioridade civil, para que este compareça ao registrador competente e requeira o reconhecimento da paternidade.

e) Para que o procedimento de reconhecimento de paternidade descrito na referida lei seja observado, a mãe deverá, durante a menoridade do filho, comparecer perante o oficial registrador juntamente com o suposto pai.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Código Nacional de Normas (Provimento nº 149/2023 do CNJ), mais especificamente sobre os Nascimentos e o Reconhecimento de Paternidade.

A alternativa A está correta, conforme art. 496 do Provimento 149/2023 do CNJ. Especificamente sobre o reconhecimento da paternidade de filho menor de idade que não tenha sido obtido à época do registro da criança, é o artigo 496 do Provimento 149/2023 do CNJ que traz o regramento: “Art. 496. Em caso de menor que tenha sido registrado apenas com a maternidade estabelecida, sem obtenção, à época, do reconhecimento de paternidade pelo procedimento descrito no art. 2.º, caput, da Lei n. 8.560/92, este deverá ser observado, a qualquer tempo, sempre que, durante a menoridade do filho, a mãe comparecer perante oficial de registro de pessoas naturais e apontar o suposto pai.”. Portanto:

As alternativas B, C, D e E estão incorretas automaticamente, pois contradizem o referido dispositivo.

QUESTÃO 16. Conforme as disposições do Código Nacional de Normas, o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva:

a) deverá ser processado de modo que conste do traslado menção à origem da filiação.

b) exigirá, no caso de filho menor de dezoito anos de idade, apenas a anuência do pai e da mãe, dispensada a do filho.

c) será processado perante oficial registrador, desde que este seja do mesmo local em que tenha sido lavrado o assento.

d) dependerá da exibição de documento de identificação com foto do requerente, sendo dispensado qualquer documento do filho.

e) será processado perante oficial registrador civil de pessoas naturais, ainda que este seja diverso daquele que tenha lavrado o assento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Código Nacional de Normas (Provimento nº 149/2023 do CNJ), mais especificamente sobre Filiação e Paternidade/Maternidade Socioafetiva.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 507, caput, do Provimento 149 do CNJ, não consta do traslado menção à origem da filiação. Vejamos: “Art. 507. O reconhecimento da paternidade ou da maternidade socioafetiva será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, ainda que diverso daquele em que foi lavrado o assento, mediante a exibição de documento oficial de identificação com foto do requerente e da certidão de nascimento do filho, ambos em original e cópia, sem constar do traslado menção à origem da filiação.”

A alternativa B está incorreta. Exige-se a anuência do filho. Conforme art. 507, § 4º, do Provimento 149 do CNJ: “§ 4º Se o filho for menor de 18 anos de idade, o reconhecimento da paternidade ou da maternidade socioafetiva exigirá o seu consentimento.”

A alternativa C está incorreta. O reconhecimento será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, ainda que diverso daquele em que foi lavrado o assento, conforme art. 507, caput, do Provimento 149 do CNJ, já transcrito na explicação da letra A.

A alternativa D está incorreta. É necessária a exibição da certidão de nascimento do filho, conforme art. 507, caput, do Provimento 149 do CNJ, já transcrito na explicação da letra A.

A alternativa E está correta. Alternativa totalmente conforme art. 507, caput, do Provimento 149 do CNJ, já transcrito na explicação da letra A.

QUESTÃO 17. Em determinado município da Federação, um oficial de registro civil retardou a emissão de certidão por mais de 30 dias, sem qualquer justificativa plausível. Apesar de ter sido repreendido pela autoridade judiciária competente, o referido oficial tornou-se reincidente em tal prática, tendo causado diversos prejuízos aos requerentes. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 6.015/1973.

a) As partes prejudicadas podem reclamar diretamente à Corregedoria-Geral da Justiça do respectivo estado, que, após ouvir o acusado, decidirá em cinco dias.

b) As partes prejudicadas podem reclamar diretamente à autoridade judiciária, que decidirá em cinco dias, independentemente de oitiva do acusado.

c) Quando injustificada a demora na emissão de certidão, o juiz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários-mínimos, determinando a emissão da certidão atrasada em, no máximo, 48 horas, sob pena de detenção.

d) Quando injustificada a demora na emissão de certidão, o juiz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários-mínimos, determinando a emissão da certidão em, no máximo, 24 horas, sob pena de prisão.

e) As partes prejudicadas podem reclamar diretamente à autoridade judiciária, que, após ouvir o acusado, decidirá em três dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Registro Civil de Pessoas Naturais, mais precisamente sobre o Registro e Penalidades.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 47, caput, da Lei 6.015/73, as partes prejudicadas podem reclamar diretamente à autoridade judiciária. Vejamos: “Art. 47. Se o oficial do registro civil recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de cinco (5) dias.”.

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 47, caput, da Lei 6.015/73, acima transcrito, a autoridade judiciária deve, sim, ouvir o acusado.

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 47, § 1º, da Lei 6.015/73, a emissão da certidão deve ser feita em até 24 horas. Vejamos: “§ 1º Se for injusta a recusa ou injustificada a demora, o Juiz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco (5) a vinte (20) dias.”

A alternativa D está correta. A alternativa está totalmente de acordo com o art. 47, § 1º, da Lei 6.015/73, acima transcrito.

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 47, caput, da Lei 6.015/73, acima transcrito, a autoridade judiciária deve decidir em até 5 dias.

QUESTÃO 18. Acerca do casamento em iminente risco de vida, assinale a opção correta em conformidade com a Lei dos Registros Públicos (Lei n.º 6.015/1976).

a) O relato verbal das testemunhas é suficiente para o processamento do pedido desse tipo de casamento.

b) Ocorrendo iminente risco de vida de algum dos contraentes e não sendo possível a presença da autoridade competente para presidir o ato, o casamento poderá acontecer se houver a presença de seis testemunhas.

c) As testemunhas desse tipo de casamento têm 15 dias, contados da data do casamento, para comparecer perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que suas declarações sejam reduzidas a termo.

d) Caso as testemunhas, espontaneamente, não compareçam à autoridade judiciária, os interessados não poderão requerer sua intimação.

e) Dada a urgência observada nesse tipo de casamento, é dispensada a verificação das condições de impedimento para o casamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Registro Civil de Pessoas Naturais, mais precisamente sobre o Casamento.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 76, caput, da Lei 6.015/73, é necessário reduzir a termo as declarações das testemunhas. Vejamos: “Art. 76. Ocorrendo iminente risco de vida de algum dos contraentes, e não sendo possível a presença da autoridade competente para presidir o ato, o casamento poderá realizar-se na presença de seis testemunhas, que comparecerão, dentro de 5 (cinco) dias, perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo suas declarações.”

A alternativa B está correta. A alternativa está totalmente conforme o art. 76, caput, da Lei 6.015/73, acima transcrito.

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 76, caput, da Lei 6.015/73, acima transcrito, as testemunhas têm o prazo de 5 dias para comparecer, e não 15.

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 76, § 1º, da Lei 6.015/73, qualquer interessado pode requerer a intimação das testemunhas. Vejamos: “§ 1º Não comparecendo as testemunhas, espontaneamente, poderá qualquer interessado requerer a sua intimação.”

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 76, § 2º, da Lei 6.015/73, é sim necessário verificar as condições de impedimento. A seguir: “§ 2º Autuadas as declarações e encaminhadas à autoridade judiciária competente, se outra for a que as tomou por termo, será ouvido o órgão do Ministério Público e se realizarão as diligências necessárias para verificar a inexistência de impedimento para o casamento.”

QUESTÃO 19. Determinado casal, após anos de convivência, pretende ver reconhecida formalmente sua união estável, porém uma das partes continua formalmente casada. Ao ajuizarem a ação de reconhecimento da união estável, o pedido foi deferido pelo juízo competente. Após o trânsito em julgado da ação, o casal se dirigiu ao registro civil de pessoas naturais, a fim de promover o registro da união estável. A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

a) O registro da união estável em questão deverá ser promovido no livro D do registro civil de pessoas naturais em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.

b) Do registro da união estável em questão deverá constar o regime de bens atribuído a referida união, e, em caso de omissão, será aplicado o regime da comunhão universal de bens.

c) O registro da união estável em questão deverá ser promovido no livro E do registro civil de pessoas naturais em que os companheiros tiveram seu primeiro domicílio conjugal.

d) Não será possível, em nenhuma hipótese, promover o registro da união estável em questão, uma vez que uma das partes continua formalmente casada.

e) O registro da união estável em questão deverá ser promovido no livro E do registro civil de pessoas naturais em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Registro Civil de Pessoas Naturais, mais precisamente sobre a União Estável.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 94-A, caput, da Lei 6.015/73, o registro é feito no Livro E, e não no Livro D. Vejamos: “Art. 94-A. Os registros das sentenças declaratórias de reconhecimento e dissolução, bem como dos termos declaratórios formalizados perante o oficial de registro civil e das escrituras públicas declaratórias e dos distratos que envolvam união estável, serão feitos no Livro E do registro civil de pessoas naturais em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência, e dele deverão constar:”

A alternativa B está incorreta. De fato, deve constar o regime de bens, conforme art. 70-A, § 5º, da Lei 6.015/73: “§ 5º A conversão da união estável dependerá da superação dos impedimentos legais para o casamento, sujeitando-se à adoção do regime patrimonial de bens, na forma dos preceitos da lei civil.”. No entanto, em caso de omissão, aplica-se o regime da comunhão parcial. Conforme art. 1.725 do CC/02: “Art. 1.725. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.”

A alternativa C está incorreta. É no local onde têm ou tiveram sua última residência, conforme art. 94-A, caput, da Lei 6.015/73, acima já transcrito.

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 94-A, § 1º, da Lei 6.015/73: “§ 1º Não poderá ser promovido o registro, no Livro E, de união estável de pessoas casadas, ainda que separadas de fato, exceto se separadas judicialmente ou extrajudicialmente, ou se a declaração da união estável decorrer de sentença judicial transitada em julgado.”

A alternativa E está correta. Alternativa totalmente de acordo com o art. 94-A, caput e § 1º, da Lei 6.015/73, acima já transcrito.

QUESTÃO 20. No que concerne aos parâmetros a serem observados para o assento de nascimento de filho havido por técnicas de reprodução assistida, assinale a opção correta, de acordo com o Código Nacional de Normas.

a) No caso de filhos de casais homoafetivos, é prescindível que o assento de nascimento seja adequado para que constem os nomes dos ascendentes.

b) O assento de nascimento do filho deve ser inscrito no livro A, independentemente de prévia autorização judicial.

c) Para registro do nascimento, somente é obrigatório o comparecimento de um dos pais, em todos os casos.

d) O assento de nascimento do filho deve ser inscrito no livro E, independentemente de prévia autorização judicial.

e) O registro do nascimento do filho exigirá a participação da autoridade judicial competente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Código Nacional de Normas (Provimento nº 149/2023 do CNJ), mais especificamente sobre os Registros de Nascimento.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 512, § 2º, do Provimento 149/2023 do CNJ: “§ 2.º No caso de filhos de casais homoafetivos, o assento de nascimento deverá ser adequado para que constem os nomes dos ascendentes, sem referência a distinção quanto à ascendência paterna ou materna.”

A alternativa B está correta. A alternativa está totalmente conforme o art. 512, caput, do Provimento 149/2023 do CNJ. Vejamos: “Art. 512. O assento de nascimento de filho havido por técnicas de reprodução assistida será inscrito no Livro A, independentemente de prévia autorização judicial e observada a legislação em vigor no que for pertinente, mediante o comparecimento de ambos os pais, munidos de documentação exigida por este Capítulo.”

A alternativa C está incorreta. Apenas nos casos em que os pais forem casados ou conviverem em união estável. Conforme art. 512, § 1º, do Provimento 149/2023 do CNJ: “§ 1.º Se os pais forem casados ou conviverem em união estável, poderá somente um deles comparecer ao ato de registro, desde que apresente a documentação exigida neste Capítulo.”

A alternativa D está incorreta. O assento é feito no livro A, conforme art. 512, caput, do Provimento 149/2023 do CNJ, acima já transcrito.

A alternativa E está incorreta. O assento é feito independentemente de prévia autorização judicial, conforme art. 512, caput, do Provimento 149/2023 do CNJ, acima já transcrito.

QUESTÃO 21. Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência do STF.

a) As entidades que participam dos processos objetivos de controle de constitucionalidade na condição de amigos da corte têm legitimidade recursal para opor embargos de declaração em face da decisão final, desde que aporem informações relevantes aos processos.

b) Em atenção ao princípio da colegialidade e à reserva de plenário, todas as decisões, no âmbito do STF, formalizadas nas ações de controle concentrado devem ser proferidas pelo plenário do tribunal.

c) Não se admite o controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais contra a lei orgânica do respectivo município.

d) A técnica da causa de pedir aberta, que caracteriza as ações de controle concentrado, confere aos interessados a faculdade de reabrir a discussão do mérito à luz de parâmetros de controle não invocados a tempo e modo.

e) O controle incidental de constitucionalidade, realizado pelos juízes de primeiro grau, depende de prévia declaração de inconstitucionalidade pelo tribunal ao qual o magistrado esteja vinculado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. O STF firmou entendimento de que *amicincuriae* não possuem legitimidade recursal ampla, inclusive não podem opor embargos de declaração, salvo hipóteses muito excepcionais (ADI 5.704).

A alternativa B está incorreta. Nem todas as decisões em controle concentrado são proferidas pelo Plenário. Decisões monocráticas são admitidas, sem violação à reserva de plenário. Temos, por exemplo, a decisão liminar sobre o indeferimento da inicial, previsto no art. 4º da Lei 9.868/99: “a petição inicial inepta, não fundamentada e a manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo relator”.

A alternativa C está correta. O Supremo Tribunal Federal entende que não se admite controle concentrado de constitucionalidade, nos moldes da ADI, de lei municipal em face da Lei Orgânica do Município. É o que se pode observar no julgamento da ADI 5548, onde o STF dispõe: “É inconstitucional adoção de lei orgânica municipal como parâmetro de controle abstrato de constitucionalidade estadual, em face de ato normativo municipal uma vez que a Constituição da República, no art. 125, § 2º, estabelece como parâmetro apenas a constituição estadual”.

A alternativa D está incorreta. A causa de pedir aberta permite que o STF examine parâmetros constitucionais não indicados pelo autor, mas não autoriza os interessados a reabrirem o mérito após o julgamento com novos fundamentos, conforme julgamento da ADI 5383/DF: “Considerada a natureza aberta da causa de pedir nas ações de fiscalização normativa abstrata, a apreciação da constitucionalidade das leis e atos normativos pelo Supremo Tribunal Federal é realizada em face da totalidade do ordenamento constitucional, não estando a Corte adstrita aos fundamentos explicitados na inicial”.

A alternativa E está incorreta. O controle incidental de constitucionalidade pode ser exercido diretamente pelo juiz de primeiro grau, sem necessidade de prévia declaração do tribunal. A cláusula de reserva de plenário (art. 97 da CF) não se aplica aos juízes singulares, apenas aos tribunais. Ademais, o art. 125 da CF prevê que: “§ 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de

inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão”.

QUESTÃO 22. A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a opção correta, conforme a Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do STF.

a) É vedado ao CNJ estabelecer, mediante resolução, a facultatividade de representação por advogado ou defensor público nos centros judiciários de solução de conflitos e cidadania, sob pena de interferência na atividade jurisdicional.

b) É constitucional a exigência de parecer prévio do CNJ em relação às proposições legislativas que criem e(ou) extingam cargos no Poder Judiciário.

c) O CNJ é presidido pelo presidente do STF, e, em caso de sua ausência ou de seu impedimento, pelo presidente do STJ.

d) Compete ao CNJ realizar, exclusivamente, o controle da atuação administrativa do Poder Judiciário.

e) O CNJ não possui competência para conhecer das reclamações contra serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, porquanto essa atribuição está inserida nas competências disciplinar e correicional adstritas aos tribunais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o Conselho Nacional de Justiça.

A alternativa A está incorreta. O STF, no julgamento da ADI 5119, reconheceu a constitucionalidade da exigência de manifestação prévia do CNJ em projetos de lei que tratem da criação ou extinção de cargos no Poder Judiciário, por se tratar de medida compatível com o papel constitucional de controle administrativo e financeiro do Judiciário, conforme previsto no art. 103-B da CF.

A alternativa B está correta. O STF entendeu que é legítima a atuação normativa do CNJ, inclusive por meio de resoluções, para regulamentar políticas judiciárias, como a facultatividade da representação por advogado ou defensor público nos CEJUSCs, sem que isso configure interferência na atividade jurisdicional (ADI 5119-DF).

A alternativa C está incorreta. O CNJ é presidido pelo Presidente do STF, mas, em caso de ausência ou impedimento, não assume o Presidente do STJ, e sim o Vice-Presidente do STF, conforme o art. 103-B, §1º, da CF: “O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.”.

A alternativa D está incorreta. O CNJ não exerce exclusivamente o controle administrativo do Judiciário. Segundo o art. 103-B, §4º, CF, ao CNJ compete “o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes”.

A alternativa E está incorreta. O CNJ pode conhecer de reclamações contra serventias extrajudiciais (notariais e de registro), conforme previsto no art. 103-B, § 4º, inciso III da CF: § 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura: (...) III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados (...)”.

QUESTÃO 23. No que concerne à repartição de receitas tributárias estabelecida na CF, julgue os itens a seguir, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial do STF.

I. A repartição de receitas tributárias dos municípios deverá ser realizada via fundos de participação.

II. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, criado com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais, estabelece a entrega de recursos da União aos estados e ao Distrito Federal, não contemplando a entrega aos municípios.

III. A repartição de receitas tributárias da União com os estados e municípios contempla apenas impostos.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre repartição de receitas tributárias.

O item I está incorreto. O professor Felipe Duque faz uma ressalva a esta questão, por haver erro em sua formulação. Nem sempre a repartição de competências deverá servir a fundos de repartição. O uso do termo "deverá ser realizada via fundos de participação" torna a assertiva incorreta, pois a repartição é feita tanto por fundos (FPM) quanto por repasses diretos.

O item II está correto. O item está em consonância com o artigo 159-A da CF. Vejamos: “Art. 159-A. Fica instituído o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais, nos termos do art. 3º, III, mediante a entrega de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal para: [...]”. Não há menção à entrega de recursos do FNDR aos Municípios neste dispositivo constitucional.

O item III está incorreto. O uso do advérbio "apenas" torna a assertiva incorreta, pois a CIDE também é objeto de repartição constitucional. Conforme o artigo 159, "f", III da CF, haverá também a repartição no tocante a CIDE em 29%, logo, não somente impostos. Vejamos: "III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observadas as destinações a que se referem as alíneas "c" e "d" do inciso II do referido parágrafo."

QUESTÃO 24. De acordo com a CF e com a jurisprudência do STF, as comissões parlamentares de inquérito (CPI)

a) não podem promover a quebra de sigilo bancário dos investigados, uma vez que a matéria está sujeita à reserva de jurisdição.

b) não têm poderes para determinar a interceptação telefônica e a quebra de sigilo de correspondência dos investigados.

c) têm a prerrogativa de determinar busca e apreensão domiciliar na residência dos investigados.

d) têm legitimidade para impedir que determinado cidadão investigado deixe o território nacional, promovendo a apreensão de seu passaporte, consideradas as competências sancionatórias das CPI.

e) não têm legitimidade para, durante a condução de investigação, determinar a quebra de sigilo fiscal dos investigados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre Comissões Parlamentares de Inquérito.

A alternativa A está incorreta. As CPIs podem determinar a quebra de sigilo bancário, pois não há reserva de jurisdição nesse caso. No julgamento do MS 33.663, o Min. Relator, Celso de Mello consignou que: "a CPI pode muita coisa, menos determinar o que a Constituição Federal reservou com exclusividade aos juízes. Incluem-se nessa importante restrição: a prisão, salvo flagrante (CF, art. 5º, inc. LXI); a busca domiciliar (CF, art. 5º, inc. X) e a interceptação ou escuta telefônica (art. 5º, inc. XII)".

A alternativa B está incorreta. As CPIs não podem determinar interceptação telefônica e quebra de sigilo de correspondência. Essas medidas dependem de ordem judicial, uma vez que há reserva de jurisdição, prevista no art. 5º, XII, CF. Como mencionado acima, no julgamento do MS 33.663, tais medidas não podem ser realizadas pela CPI.

A alternativa C está incorreta. A CPI não pode determinar busca e apreensão domiciliar, pois trata-se de medida sujeita à reserva de jurisdição e envolve a inviolabilidade do domicílio, prevista no art. 5º, XI, CF. Portanto, conforme vimos acima, questão incorreta.

A alternativa D está correta. No julgamento do HC 203.387/STF, o Min. Luís Roberto Barroso autorizou a apreensão de passaporte do investigado, entendendo-se, portanto, pela possibilidade de tal limitação.

A alternativa E está incorreta. As CPIs podem determinar a quebra de sigilo fiscal, desde que apresente “a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional”, conforme entendimento do STF - Pleno, MS 23452).

QUESTÃO 25. No que diz respeito à divisão funcional entre os Poderes, bem como aos mecanismos de contenção recíproca existentes entre eles, julgue os próximos itens.

I. Segundo o entendimento do STF, o decreto legislativo editado pelo parlamento que, direcionado à suspensão dos atos normativos do Poder Executivo, exorbite do poder regulamentar não pode ser submetido a controle pelo Poder Judiciário.

II. O veto presidencial de natureza parcial pode recair sobre trecho de artigo, de inciso, de parágrafo ou de alínea do diploma legal objeto do veto.

III. Os efeitos das súmulas vinculantes editadas pelo STF não alcançam os atos praticados pelo parlamento no exercício de sua competência legislativa.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a divisão funcional dos Poderes.

O item I está incorreto. O decreto legislativo tem natureza de ato normativo primário de caráter primário e pode ser submetido ao controle do judiciário (ADI 7740).

O item II está incorreto. O veto pode ser parcial, mas não pode recair apenas sobre um trecho do artigo, parágrafo ou alínea. Segundo o art. 66, §2º da CF: “O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea”.

O item III está correto. Está em conformidade com o que prevê o art. 103-A da CF sobre as súmulas vinculantes: “terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal”.

QUESTÃO 26. No que se refere à ordem social, assinale a opção correta, considerando a disciplina da matéria na CF.

a) A participação das instituições privadas, de forma complementar, no Sistema Único de Saúde dispensa contrato administrativo, devendo ser formalizada por meio de convênio.

b) Na da educação, os municípios devem atuar prioritariamente nos ensinos fundamental e médio.

c) Nenhum benefício previdenciário pode ser inferior ao valor de um salário mínimo.

d) As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento de investimento.

e) A filiação de pessoa participante de regime próprio de previdência ao regime geral de previdência social, na condição de segurado facultativo, é vedada pelo texto constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a ordem social.

A alternativa A está incorreta. O art. 199, §1º, CF estabelece que tal participação complementar da iniciativa privada será formalizada por contrato de direito público ou convênio. Portanto, não há dispensa de instrumento jurídico.

A alternativa B está incorreta. O art. 211, §2º, CF estabelece que os Municípios atuarão prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental.

A alternativa C está incorreta. O art. 201, §2º, CF estabelece que, “nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo”. Dessa forma, nem todo benefício previdenciário está abrangido por essa regra (ex.: salário-família).

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 204, caput, CF: “As ações de assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social e de outras fontes”.

A alternativa E está correta. De acordo com o art. 201, §5º, CF: “É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência”.

QUESTÃO 27. A respeito de aspectos atinentes ao Poder Legislativo, assinale a opção correta, observada a jurisprudência do STF.

a) As constituições estaduais não podem ampliar o rol de autoridades sujeitas à fiscalização direta do Poder Legislativo.

b) A deliberação do Poder Legislativo a respeito do veto presidencial deve ser discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, com a exigência de quórum mínimo de dois terços para a rejeição do veto.

c) As competências atribuídas aos tribunais de contas relativas ao controle externo não podem ir além da condição de mero auxiliar do Poder Legislativo.

d) É compatível com o texto constitucional norma que atribua ao Poder Legislativo a prerrogativa de indicar membro para compor órgão da administração pública que desempenhe funções administrativas afetas ao Poder Executivo.

e) Conflita com o texto constitucional lei de iniciativa parlamentar que crie conselho de representantes da sociedade civil, integrante da estrutura do Poder Legislativo, atribuição de acompanhar ações do Poder Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o Poder Legislativo.

A alternativa A está correta. Está em conformidade com o entendimento do STF (ADI 6640): “As Constituições estaduais não podem ampliar, de forma autônoma, o rol de autoridades submetidas à fiscalização direta do Poder Legislativo estadual, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes”.

A alternativa B está incorreta. A questão diverge do previsto no art. 66, §4º, CF, que exige apreciação em sessão conjunta do Congresso Nacional e quórum de maioria absoluta para a rejeição.

A alternativa C está incorreta. A afirmação contraria o entendimento do STF. No julgamento da ADPF 982-PR, o STF afirmou que os Tribunais de Contas são detentores de autonomia e autoridade técnica para efetivo exercício do controle externo de atos da Administração Pública, não sendo apenas órgãos auxiliares.

A alternativa D está incorreta. Para o STF, atribuir ao Legislativo a indicação de membro para órgão administrativo do Executivo, sem previsão constitucional, viola a separação de poderes, pois implica ingerência indevida na função administrativa (ADI 6775).

A alternativa E está incorreta. O STF entende que conflita com a CF lei parlamentar que crie conselho da sociedade civil, no âmbito do Legislativo, para acompanhar ações do Executivo. No julgamento do RE 626946, o STF entendeu que as normas presentes no caso apreciado afrontam o princípio da harmonia e da independência dos poderes.

QUESTÃO 28. Compete privativamente à União legislar sobre

a) custas dos serviços forenses.

b) criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.

c) produção e consumo.

d) juntas comerciais.

e) registros públicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a competência privativa da União.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de competência concorrente, prevista no art. 24, IV, CF: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre (...) IV - custas dos serviços forenses”.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de uma competência concorrente, prevista no art. 24, I, CF. Art. 24, X e XI, CF: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre (...) X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas; XI - procedimentos em matéria processual”.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de uma competência concorrente, prevista no art. 24, V, CF: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre (...) V - produção e consumo”.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de uma competência concorrente, prevista no art. 24, I, CF: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre (...) I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico”.

A alternativa E está correta. Segundo o art. 22, XXV, CF: “Compete privativamente à União legislar sobre registros públicos.”

QUESTÃO 29. Assinale a opção correta com base na jurisprudência do STF a respeito dos direitos e garantias fundamentais.

a) O direito ao gozo da licença-maternidade não alcança as mulheres contratadas pela administração pública por prazo determinado ou ocupantes de cargo em comissão demissível *ad nutum*.

b) O direito à licença-paternidade é garantia fundamental, tendo o STF reconhecido a omissão constitucional de sua regulamentação.

c) O servidor público tem direito adquirido à alteração da forma como será concedida a ele eventual vantagem funcional, considerada a garantia da irredutibilidade remuneratória.

d) O direito fundamental à educação básica no ensino médio é norma de eficácia contida, carecendo de regulamentação.

e) A garantia da vedação à autoincriminação ostenta a condição de garantia fundamental absoluta, não podendo ser restringida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre direitos e garantias fundamentais.

A alternativa A está incorreta. A licença-maternidade (art. 7º, XVIII, c/c art. 39, §3º, CF) alcança todas as servidoras públicas, inclusive as contratadas temporariamente e as ocupantes de cargo em comissão (Tema 542).

A alternativa B está correta. No julgamento da ADO 20, o STF reconheceu a omissão inconstitucional do Congresso Nacional quanto à regulamentação definitiva da licença-paternidade, além do prazo mínimo previsto no ADCT (art. 10, §1º - previsão transitória de cinco dias).

A alternativa C está incorreta. Segundo a tese fixada de repercussão geral, pelo STF: “não há direito adquirido a regime jurídico, notadamente à forma de composição da remuneração de servidores públicos, observada a garantia da irredutibilidade de vencimentos.” (RE 563.708 - Tema 24, STF).

A alternativa D está incorreta. O art. 208, I, CF prevê que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia da educação básica obrigatória dos 4 aos 17 anos, incluindo o ensino médio. Trata-se, portanto, de uma norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata, de direito público subjetivo.

A alternativa E está incorreta. Segundo o entendimento do STF, tal direito não é absoluto. O *nemo tenetur se detegere* é direito fundamental, mas não absoluto, podendo sofrer restrições proporcionais e conformação legislativa legítima (RE 640.139-RG/DF e Tema 478).

QUESTÃO 30. A respeito da Constituição do Estado de Rondônia, julgue os itens seguintes.

I. A norma contida na Constituição do Estado de Rondônia que vedava a utilização do território estadual como depósito de resíduo ou lixo atômico foi considerada inconstitucional pelo STF, por invadir competência legislativa privativa da União.

II. O defensor público geral figura entre os legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo estadual ou municipal contestado em face da Constituição do Estado de Rondônia.

III. A Constituição do Estado de Rondônia estabeleceu o condicionamento da perda de mandato de deputados estaduais e de governador ao trânsito em julgado de decisão da justiça eleitoral, tendo o STF reconhecido a constitucionalidade desse preceito.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Ação Direta de Inconstitucionalidade.

O item I está correto. No julgamento da ADI 6905, o STF declarou a inconstitucionalidade da norma porque a matéria envolvia energia nuclear e resíduos nucleares, sendo tema de competência legislativa privativa da União, previstos no art. 22, XXVI, CF e art. 21, XXIII, CF.

O item II está correto. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, exige "pertinência temática" como pressuposto qualificador da legitimidade ativa de alguns interessados (ADI 1157-MC, DJ 17/11/06).

O item III está incorreto. O STF declarou inconstitucional esse condicionamento. No julgamento da ADI 5007, o STF entendeu que a perda de mandato não pode ser condicionada ao trânsito em julgado quando a Constituição Federal não exige esse requisito.

QUESTÃO 31. As entidades definidas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que obtêm qualificação do poder público para realizar atividades de interesse público dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação do meio ambiente, bem como à cultura e à saúde, são as:

- a) empresas públicas.
- b) organizações da sociedade civil de interesse público.
- c) autarquias.
- d) sociedades de economia mista.
- e) organizações sociais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Terceiro Setor, mais precisamente sobre as Organizações Sociais (OS).

O artigo 1º da Lei 9.637/98 conceitua as Organizações Sociais da seguinte maneira: “Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei”. E o art. 5º complementa, trazendo o contrato de gestão como o instrumento firmador da qualificação: “Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º.”

A alternativa correta é a letra E. A pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que obtém qualificação do poder público para realizar atividades de interesse público dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação do meio ambiente, bem como à cultura e à saúde, é a Organização Social.

As alternativas A, B, C e D estão automaticamente incorretas.

QUESTÃO 32. A extinção do ato administrativo por descumprimento das condições fixadas pela administração pública ou por ilegalidade superveniente decorrente da conduta do beneficiário do ato configura hipótese de:

- a) anulação.
- b) decadência administrativa.
- c) cassação
- d) revogação.
- e) convalidação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Atos Administrativos.

A alternativa C está correta. O enunciado narra exatamente o caso de Cassação. Conforme a doutrina: “A cassação é a extinção do ato administrativo por descumprimento das condições fixadas pela Administração Pública ou pela ilegalidade superveniente imputada ao beneficiário do ato (ex.: cassação da licença para dirigir quando o motorista descumpra as normas de trânsito; cassação da licença para funcionamento de um estabelecimento comercial por descumprimento das exigências da legislação específica). Trata-se de uma verdadeira punição à conduta ilegal do administrado. A cassação não se confunde com a anulação. Nesta, o vício é anterior à prática do ato ou ocorreu durante a sua produção, enquanto na cassação o vício é superveniente, em decorrência da perda dos requisitos necessários para a manutenção do ato no mundo jurídico por culpa do beneficiário. Em todos os casos, deve ser garantido o contraditório e a ampla defesa e a previsão de prazo determinado para aplicação da penalidade, não sendo admissível a sanção de caráter perpétuo”. (Curso Interativo de Direito Administrativo TJ-RO

Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 7. Atos Administrativos - Livro Digital Interativo). Portanto:

As alternativas A, B, D e E estão incorretas automaticamente.

QUESTÃO 33. Um servidor público civil do estado de Rondônia desferiu, durante o serviço e sem que estivesse em legítima defesa, ofensa física contra um colega de trabalho. Nesse caso, segundo dispõe a Lei Complementar Estadual n.º 68/1992, a conduta do servidor em apreço sujeita-o à pena de:

a) repreensão.

b) suspensão de até 30 dias.

c) advertência.

d) demissão.

e) suspensão de até 10 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia (LC 68/1992).

A alternativa D está correta. Conforme art. 170, VII, da LC 68/1992, a pena aplicável é a demissão. O artigo 169, que traz as infrações disciplinares puníveis com suspensão por até 30 dias, elenca, em seu inciso II, a ofensa física, em serviço, contra qualquer pessoa: “Art. 169 - São infrações disciplinares puníveis com suspensão de até 30 (trinta) dias: II - ofensa física, em serviço, contra qualquer pessoa, salvo em legítima defesa;”.

Já o artigo 170, que traz as infrações disciplinares puníveis com demissão, elenca em seu inciso VII, a ofensa física, em serviço, contra servidor, vejamos: “Art. 170 - São infrações disciplinares puníveis com demissão: VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;”. Observe que o enunciado fala que a ofensa foi praticada contra um colega de trabalho. Assim, entendemos que o caso narrado se enquadra melhor no artigo 170, VII, da LC 68/1992, tendo a ofensa sido proferida contra um outro servidor. No entanto, chamamos atenção do aluno porque, de um modo geral, a Lei dá 2 punições distintas para uma mesma conduta. Então, apesar de entendermos a letra D como a alternativa mais correta, acreditamos ser possível pedir a anulação da questão.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas automaticamente.

QUESTÃO 34. De acordo com o disposto na Lei n.º 8.429/1992, a conduta de um agente público que pratica omissão dolosa visando facilitar o enriquecimento ilícito de terceiro:

- a) constitui ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.
- b) não constitui ato de improbidade, por ser ato omissivo.
- c) constitui ato de improbidade que causa prejuízo ao erário.
- d) não constitui ato de improbidade, porque a lei apenas prevê improbidade nos casos de enriquecimento ilícito do próprio agente, e não de terceiros.
- e) constitui ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Improbidade Administrativa.

Acerca das condutas ímprobas, a Lei 8.429/92 as classificou em 3: atos que importam enriquecimento ilícito (art. 9º), atos que causam prejuízo ao erário (art. 10), e atos que atentam contra os princípios da administração pública (art. 11).

A alternativa C está correta. Conforme art. 10, XII, da Lei 8.429/92, o ato praticado é classificado como ato que causa lesão ao erário. No caso narrado pelo enunciado, a conduta do agente público que pratica omissão dolosa visando facilitar o enriquecimento ilícito de terceiro é classificada, pela lei 8.429/92, como ato que importa lesão ao erário. Conforme seu artigo 10, XII: “Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;”.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas automaticamente.

QUESTÃO 35. Com base no Provimento CNJ n.º 149/2023, que institui o código que regulamenta os serviços notariais e de registro, julgue os próximos itens.

I. É vedada aos colaboradores do serviço notarial e de registro a adoção do regime de teletrabalho.

II. Desde que requerido por interessado devidamente identificado, o acesso às informações constantes nos livros de registro civil das pessoas naturais é livre, sendo realizado por meio de certidões de breve relato.

III. A recusa de celebração de casamento civil entre pessoas de mesmo sexo deverá ser comunicada ao juiz corregedor para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Código Nacional de Normas (Provimento nº 149/2023 do CNJ).

O Item I está incorreto. A adoção do teletrabalho é facultativa. Conforme art. 58, caput, do Código Nacional de Normas: “Art. 58. A adoção do teletrabalho é facultativa aos escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro.”

O Item II está incorreto. O acesso é livre, independentemente de identificação do requerente. Conforme art. 113 do Código Nacional de Normas: “Art. 113. É livre o acesso às informações constantes nos livros de Registro Civil das Pessoas Naturais, por meio de certidões de breve relato, com as informações regulamentadas em lei, neste Código de Normas e em outras normas compatíveis, independentemente de requerimento ou de identificação do requerente.”

O Item III está correto. Conforme art. 554 do Código Nacional de Normas: “Art. 554. A recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo deverá ser comunicada ao juiz corregedor para as providências cabíveis na forma da Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013.”

QUESTÃO 36. Conforme a jurisprudência do STF, o sistema de classificação das espécies tributárias adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro corresponde ao modelo

a) tripartite.

b) sextapartite.

c) pentapartite.

d) bipartite.

e) quadripartite.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre repartição de receitas tributárias, conforme o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa A está incorreta. Esta é a classificação do Código Tributário Nacional (CTN) (art. 5º: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria), mas não a adotada pelo STF após a CF/88. Vide gabarito da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Esta teoria sugere seis espécies de tributos. Não é a teoria prevalente na doutrina majoritária nem a adotada pelo STF. Vide gabarito da alternativa C.

A alternativa C está correta. Consoante o entendimento do STF, o sistema de classificação das espécies tributárias é pentapartite. A Teoria Pentapartite é a adotada pelo Supremo Tribunal Federal, vez que, segundo sua jurisprudência, os empréstimos compulsórios (Recurso Extraordinário nº 111.954/PR, DJU 24/06/1988) e as contribuições especiais (AI-AgR 658576/RS, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, Julgamento em 27/11/2007; AI-AgR 679355/RS, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, Julgamento em 27/11/2007) são espécies tributárias autônomas, ostentando natureza jurídica própria que as distingue dos impostos, taxas e contribuições de melhoria. Não obstante, ainda que o CTN conceitue como tributos somente os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria (adoção da teoria tripartite), a CIP, nos termos da teoria pentapartite adotada pela atual sistemática tributária brasileira, é um tributo (contribuição especial) cuja competência para instituição e arrecadação é dada aos Municípios e ao Distrito Federal pelo art. 149-A da CFRB (incluído pela Emenda Constitucional nº. 39 de 2002).

A alternativa D está incorreta. Esta teoria, sem relevância no direito brasileiro atual, baseia-se apenas no critério da vinculação, separando os tributos em vinculados (Taxas e Contribuições de Melhoria) e não vinculados (Impostos). Vide gabarito da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Esta teoria propõe quatro espécies e geralmente omite uma das espécies autônomas reconhecidas na CF/88, como os Empréstimos Compulsórios ou as Contribuições Especiais. Não é a classificação adotada pelo STF. Vide gabarito da alternativa C.

QUESTÃO 37. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN) e com a doutrina majoritária, a hipótese de incidência tributária corresponde ao

a) conjunto de situações futuras e abstratas descritas em lei cuja ocorrência enseja o nascimento de obrigação tributária.

b) ato de lançamento do crédito tributário, momento em que este é constituído.

c) conjunto de circunstâncias concretas que, uma vez ocorridas, geram o dever de pagar determinado tributo.

d) fato jurídico denominado fato gerador, o qual enseja o nascimento de um crédito tributário.

e) ato administrativo que impõe ao contribuinte a obrigação de pagar determinado tributo previsto em lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre hipótese de incidência.

A alternativa A está correta. Conforme assim explica o professor Felipe Duque na matéria de Sistema Tributário e Discriminação de competências, por regra-matriz de incidência tributária se entende o modelo teórico mediante o qual se organiza os textos legais para fins de identificação da norma tributária que institui o tributo (A expressão regra-matriz de incidência tributária tem mais de uma acepção. Pode ser compreendida como modelo teórico e também como a própria norma de tributação). A exemplo da Teoria Pentapartida, sendo tributos vinculados, a hipótese de incidência descreve uma conduta estatal (p.ex: taxas)

A alternativa B está incorreta. Lançamento é o procedimento administrativo (ato) que tem por objetivo verificar a ocorrência do fato gerador, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo, identificar o sujeito passivo e, se for o caso, aplicar a penalidade cabível.

A alternativa C está incorreta. A descrição de "circunstâncias concretas que, uma vez ocorridas," define o fato gerador.

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa define o fato gerador, não a hipótese de incidência.

A alternativa E está incorreta. Esta alternativa, embora mal formulada, remete ao lançamento tributário.

QUESTÃO 38. A respeito da prescrição tributária e da decadência tributária, assinale a opção correta.

a) A prescrição consiste na perda do direito de o fisco lançar o crédito tributário, e a decadência, na perda do direito de apurar a obrigação tributária.

b) A prescrição tributária é contada a partir do fato gerador do tributo, encerrando-se no momento do lançamento, ao passo que a decadência é contada a partir da inscrição em dívida ativa, sendo interrompida pelo ajuizamento da execução fiscal.

c) A prescrição e a decadência produzem os mesmos efeitos e aplicam-se indistintamente a qualquer fase do crédito tributário.

d) A prescrição extingue o crédito tributário antes de ele ser constituído, ao passo que a decadência extingue o crédito após sua constituição.

e) A prescrição extingue o direito de a fazenda pública exigir o crédito tributário já constituído, ao passo que a decadência extingue o direito de constituí-lo por meio do lançamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre prescrição e decadência tributária.

A alternativa A está incorreta. Inverte os conceitos. Perder o direito de lançar é a decadência, ao passo que a decadência é a perda do direito de constituir o crédito, que engloba a apuração e o lançamento (arts. 173 e 174 do CTN).

A alternativa B está incorreta. A prescrição não é contada a partir do fato gerador, mas sim da constituição definitiva do crédito (Art. 174). A decadência não é contada a partir da inscrição em Dívida Ativa, mas sim do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado (regra geral, Art. 173, I).

A alternativa C está incorreta. Atuam em fases distintas do ciclo de vida do tributo e possuem causas de contagem e interrupção/suspensão diferentes, não se aplicando "indistintamente".

A alternativa D está incorreta. Inverte os conceitos. A decadência atua antes da constituição do crédito (lançamento). A prescrição atua após a constituição definitiva (arts. 173 e 174 do CTN)..

A alternativa E está correta. Nos termos dos artigos 173 e 174 do CTN, Vejamos: Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado; II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado. Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento. Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; II - pelo protesto judicial ou extrajudicial; III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor."

QUESTÃO 39. Assinale a opção em que são apresentados apenas impostos cuja instituição é de competência da União, de acordo com o disposto na CF.

a) ITR, ITCMD e IOF

b) II, IE e ICMS

c) IR, IPI e IOF

d) TR, ISSQN e IGF

e) IR, IPVA e IPI

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre competência da União.

As alternativas A, B e E estão incorretas. Contém imposto Estadual. Vide gabarito da alternativa C.

A alternativa C está correta. Todos são de competência exclusiva da União, conforme o Art. 153 da CF, vejamos: “Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: I - importação de produtos estrangeiros; II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; III - renda e proventos de qualquer natureza; IV - produtos industrializados; V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; VI - propriedade territorial rural; VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar. VIII - produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

A alternativa D está incorreta. Contém imposto municipal Vide gabarito da alternativa C.

QUESTÃO 40. A respeito de enfiteuse e laudêmio, assinale a opção correta.

a) Enfiteuse é uma espécie de tributo instituído pela União para a utilização de terrenos de marinha e outros bens públicos; laudêmio corresponde a uma obrigação acessória de natureza tributária, cobrada pelos municípios sempre que haja transmissão imobiliária.

b) A enfiteuse e o laudêmio configuram espécies de tributos patrimoniais, previstos implicitamente na CF, aplicáveis a imóveis pertencentes à União e arrecadados de forma vinculada para manutenção do domínio público.

c) Enfiteuse constitui uma forma de concessão administrativa que gera o dever de recolhimento de taxas específicas ao ente público; laudêmio é uma retribuição pecuniária de caráter fiscal exigida na transferência do imóvel, com natureza análoga ao ITBI.

d) Enfiteuse é uma figura de direito agrário, semelhante ao arrendamento rural, em que o foreiro paga valores periódicos ao proprietário pela exploração econômica do bem; laudêmio é o imposto incidente sobre a renda gerada pela cessão ou alienação do terreno foreiro.

e) Enfiteuse é um direito patrimonial que confere ao enfiteuta o domínio útil do imóvel mediante pagamento anual de foro; o laudêmio é a quantia paga ao senhorio direto pela transferência onerosa do domínio útil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre enfiteuse e laudêmio.

A alternativa A está incorreta. A enfiteuse não é um tributo, mas sim um direito real. Além disso, laudêmio uma quantia paga pelo enfiteuta ao senhorio direto (a União, no caso dos terrenos de marinha) sempre que houver a transferência onerosa (venda, por exemplo) do domínio útil do imóvel a terceiros.

A alternativa B está incorreta. A natureza jurídica predominante é de receitas patrimoniais/não tributárias. Conforme assim ensina o professor Felipe Duque, se houver enfiteuse, o tributo deverá ser exigido do titular do domínio útil, a qual é quem demonstra a capacidade contributiva. Enquanto o laudêmio é a quantia paga ao senhorio direto.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o laudêmio é devido ao senhorio direto (União) pela transferência do domínio útil, enquanto o ITBI é um imposto Municipal sobre a transmissão de propriedade.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a enfiteuse é uma figura de Direito Real (Civil), e não apenas de Direito Agrário, sendo superior ao arrendamento (que é um mero contrato). O laudêmio não é um imposto sobre a renda.

A alternativa E está correta. A enfiteuse é direito real sobre coisa alheia, previsto pelo artigo 674, I, do CC/16, e somente se adquire com o registro no Registro de Imóveis, nos termos do artigo 676 desse mesmo diploma legal. Cumpre ainda mencionar que, conforme a jurisprudência, enquanto não devidamente registrado o título de aforamento em cartório, existe entre as partes mero negócio jurídico não oponível a terceiros (TJ-AC 07004451120168010002 AC 0700445-11.2016.8.01 .0002, Relator.: Cezarinete Angelim, Data de Julgamento: 03/07/2018, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 05/07/2018). O laudêmio "é a compensação assegurada ao senhorio direto por este não exigir a volta do domínio útil do terreno de marinha às suas mãos ou de direitos sobre benfeitorias nele construídas. Tal vantagem tem por fato gerador a alienação desse domínio ou desses direitos e uma base de cálculo previamente fixada pelo art. 3º do Decreto n. 2.398/87" (REsp 1.257.565/CE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 30/8/2011)

QUESTÃO 41. Segundo o Decreto-lei n.º 1.510/1976, a pessoa física equiparada a empresa individual em razão da exploração de atividades imobiliárias, caso já esteja equiparada em razão da exploração de outra atividade,

a) não poderá apresentar mais de uma declaração, devendo optar pela tributação exclusiva como pessoa física em relação às operações com imóveis, ainda que explore outra atividade equiparada.

b) poderá optar por duas declarações separadas, desde que ambas incluam integralmente os resultados de todas as atividades, para fins de compensação de prejuízos entre elas.

c) poderá optar por apresentar mais de uma declaração de rendimentos como pessoa jurídica, abrangendo, em uma delas, unicamente os resultados de operações com imóveis.

d) ficará obrigada a apresentar uma única declaração de rendimentos, consolidando em uma só apuração todos os resultados obtidos em suas diversas atividades, inclusive os de operações imobiliárias.

e) deverá apresentar declaração específica apenas para as operações imobiliárias, sendo-lhe vedado incluir nelas resultados de outras atividades empresariais ou profissionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre exploração de atividades imobiliárias, nos termos do Decreto-lei n.º 1.510/1976.

A alternativa A está incorreta. O Decreto-Lei n.º 1.510/1976 (art.13) permite expressamente mais de uma declaração. Além disso, as atividades imobiliárias são, por definição, tributadas como pessoa jurídica se a pessoa física for equiparada.

A alternativa B está incorreta. A lei permite a separação, mas estabelece que uma das declarações (a de imóveis) deve abranger unicamente os resultados das operações imobiliárias (art. 13 do Decreto-Lei n.º 1.510/1976).

A alternativa C está correta. Essa alternativa está em consonância ao art. 13 do Decreto-lei n.º 1.510/1976: “A pessoa física equiparada a empresa individual, caso já esteja equiparada em razão da exploração de outra atividade, poderá optar por apresentar mais de uma declaração de rendimentos como pessoa jurídica abrangendo, em uma delas, unicamente os resultados de operações com imóveis. Parágrafo único. No caso previsto neste artigo a pessoa física deverá ter registro específico no Cadastro Geral de Contribuintes, e a opção exercida será irrevogável.”

A alternativa D está incorreta. O caput do Art. 13 oferece uma opção pela separação, não impondo a obrigação de uma única declaração consolidada. Vide gabarito da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. a apresentação dessa declaração específica é uma opção, não uma obrigatoriedade e, nesse sentido, o termo "deverá" torna a alternativa incorreta. Vide o gabarito da alternativa C.

QUESTÃO 42. A indústria Alfa S.A., cuja atividade principal fabricação de alimentos, sem atuação no setor imobiliário, recebeu de seu acionista um imóvel urbano avaliado em R\$ 1.000.000 para integralização de capital no montante de R\$ 700.000. O excedente de R\$ 300.000 foi utilizado para quitar uma dívida particular do acionista junto à própria Alfa S.A.

O município Y, local da sede da empresa, possui valor venal de referência para o IPTU e pretende cobrar o ITBI com base nesse valor de referência, que é de R\$ 1.200.000. Considerando a situação hipotética precedente e o que estabelecem a CF, o CTN e a jurisprudência dominante dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito da incidência de ITBI sobre a operação de integralização de capital descrita.

a) O ITBI incide apenas sobre o valor excedente à integralização, sendo a base de cálculo apurada com base no valor de mercado da transação.

b) Incide ITBI sobre todo o valor da operação porque a imunidade da integralização não vale para pessoas jurídicas com atividade não imobiliária.

c) O ITBI não incide sobre o montante da integralização, sendo a base de cálculo obrigatória o valor venal de referência municipal.

d) A base de cálculo do ITBI deve, no mínimo, corresponder ao valor venal de referência, que funciona como piso de tributação.

e) A operação é totalmente imune ao ITBI, uma vez que, conforme a CF e o entendimento do STF, o referido imposto não incide sobre o montante da integralização nem sobre seu excedente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre imunidades, especificamente sobre o ITBI.

A alternativa A está correta. Conforme explica o professor Felipe Duque, a base de cálculo apurada com base no valor de mercado não se utiliza a base de cálculo do IPTU. Ademais, não se utiliza todo o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão), mas sim, o valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil). Nessa questão o examinador aplicou o Tema 1.113 e o Tema 796, ambos do STF. Vejamos: “Afirma que a simples indicação do valor da transação imobiliária não é suficiente para definir a base de cálculo do tributo, tampouco para afastar ato regularmente praticado pelo fisco distrital (Tema 1.113 do STF). A base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação (TJ-DF 0736108-64.2023.8.07.0016 1857671); A imunidade em relação ao ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal, não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado (TEMA 796 do STF).

A alternativa B está incorreta. A indústria Alfa S.A. tem como atividade principal a fabricação de alimentos (atividade não imobiliária), portanto, a imunidade se aplica à parcela integralizada (R\$ 700.000,00). Vide o gabarito da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. A primeira parte está correta (imunidade sobre a integralização), mas a segunda parte está incorreta: a base de cálculo não é obrigatoriamente o valor venal de referência municipal. Vide o gabarito da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Vide o gabarito da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. O STF (Tema 796) determinou que o ITBI incide sobre a parte que excede o capital social integralizado (R\$ 300.000,00). Vide o gabarito da alternativa A.

QUESTÃO 43. No julgamento da ADPF n.º 357, a respeito da ordem de preferência entre entes federados para a cobrança de créditos tributários e não tributários, o STF

a) concluiu que a autonomia e a isonomia entre os entes federados são incompatíveis com a hierarquização de seus créditos na execução fiscal.

b) limitou-se a afastar a preferência entre entes nas execuções de créditos não tributários, mantendo incólume a preferência legal da União para a cobrança judicial de créditos tributários em geral.

c) reconheceu que o princípio da isonomia não se aplica às disputas de preferência na execução fiscal, sendo aplicável apenas às distinções entre pessoas naturais, e não a relações entre entes federados.

d) reconheceu a recepção parcial dos dispositivos do CTN e da Lei de Execução Fiscal que estabeleciam a preferência da União sobre estados e municípios para a cobrança judicial de créditos, tendo preservado tal preferência apenas quanto aos créditos tributários, mas não quanto aos não tributários.

e) concluiu que o princípio federativo admite a fixação, por lei ordinária, de ordem de precedência entre os entes federados na cobrança judicial de seus créditos, desde que criteriosamente motivada pelo interesse público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre créditos tributários.

A alternativa A está correta. Para responder a essa questão, exigiu o conhecimento acerca da ADPF 357. Conforme assim explica o professor Felipe Duque, a referida ADF acaba com a preferência creditícia entre os entes. No julgamento da ADPF 357 o Supremo Tribunal Federal decidiu pela não recepção do parágrafo único do art. 187 do CTN por afronta ao princípio federativo e ao inc. III do art. 19 da Constituição, assentando não haver hierarquia entre créditos estaduais e federais (TRF-4 - AG: 50320409220234040000). Nesse sentido, reconheceu que a preferência da UNIÃO, em relação aos Estados, Municípios e Distrito Federal, na cobrança de dívida ativa, não foi recepcionada pela Constituição Federal por violar a igualdade entre os entes da Federação. E, com isso, declarou a não recepção, pela Constituição Federal de 1988, do contido no art. 187 do Código Tributário Nacional e do contido no art. 29, parágrafo único, da Lei das Execuções Fiscais, os quais amparavam os entendimentos contidos no REsp nº 957836/SP e na Súmula 563 do STF (expressamente cancelada). Por consequência, ficou superada a Súmula 497 do STJ ((TJ-RS - AI: 70085383636).

A alternativa B está incorreta. A decisão afastou a preferência tanto para créditos tributários quanto para não tributários, baseando-se no princípio federativo. Vide gabarito da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. O STF utilizou justamente o princípio da isonomia entre os entes federados (Art. 19, III, CF) para derrubar a hierarquia. Vide gabarito da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. A recepção foi considerada nula em relação à preferência, alcançando tanto créditos tributários quanto não tributários. Vide gabarito da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. O STF concluiu o oposto: o princípio federativo **não admite** essa ordem de precedência por lei ordinária, pois viola a isonomia constitucional. Vide gabarito da alternativa A.

QUESTÃO 44. A Indústria Beta Ltda., localizada em Porto Velho - RO, remeteu, em 31/1/2025, mercadorias industrializadas à empresa comercial exportadora Ômega S.A., com fim específico de exportação. A carga seguiu para entreposto aduaneiro, tendo ocorrido os seguintes eventos: (i) furto de 10% do total das mercadorias em 10/6/2025; (ii) revenda interna por Ômega S.A. de 30% das mercadorias em 20/8/2025; (iii) devolução de 20% das mercadorias ao estabelecimento remetente em 20/9/2025; e (iv) exportação efetiva de 40% das mercadorias apenas em 5/10/2025. O transporte foi contratado pela remetente.

Tendo como referência a situação hipotética apresentada, assinale, à luz do disposto na Lei estadual n.º 688/1996, a opção correta em relação ao ICMS incidente na operação descrita.

a) A saída com fim específico de exportação não é tributada, não incidência que subsiste mesmo se a exportação não se efetivar em 180 dias, aplicando-se, no máximo, a penalidade administrativa prevista em regulamento à empresa Ômega S.A.

b) O prazo para a efetivação da exportação é de 90 dias para todas as mercadorias; em caso de descumprimento do prazo, o devedor do imposto será a empresa Ômega S.A., e não o remetente.

c) A saída das mercadorias à empresa comercial exportadora não é alcançada pela não incidência tributária, razão por que o ICMS incide desde 31/1/2025 sobre toda a operação.

d) Embora não incida ICMS sobre a saída de mercadoria com fim específico de exportação, caso a exportação não seja efetivada em 180 dias, o estabelecimento remetente deve recolher o ICMS devido, inclusive o relativo ao transporte.

e) Como houve furto durante o trânsito, o remetente fica dispensado do recolhimento do ICMS, pois não houve fato gerador, mantendo-se a não incidência, independentemente de prazo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o ICMS.

A alternativa A está incorreta. Diz que a não incidência subsiste mesmo sem exportar em 180 dias — contraria frontalmente a regra do RICMS-RO, conforme assim explica o professor Felipe Duque.

A alternativa B está incorreta. Fala em 90 dias para todas as mercadorias e que o devedor seria a Ômega; o RICMS-RO aponta a obrigação do remetente e trabalha com 180 dias para “outras mercadorias” (contexto típico de industrializadas) conforme assim explica o professor Felipe Duque.

A alternativa C está incorreta. Nega a não incidência para a saída à comercial exportadora — o regime justamente trata a remessa com fim específico como operação favorecida/equiparada, sob condições, conforme assim explica o professor Felipe Duque.

A alternativa D está correta. É a alternativa que reproduz o núcleo normativo: não incide ICMS na saída com fim específico, mas se a exportação não se efetivar em 180 dias, o remetente recolhe o ICMS devido, inclusive do transporte. Conforme assim explica o professor Felipe Duque.

A alternativa E está incorreta. Furto não “apaga” fato gerador automaticamente no regime; o RICMS trata o descumprimento/ocorrências (como perda/furto) como situações que exigem recolhimento conforme a disciplina do regime (e, além disso, aqui houve também revenda interna e exportação fora do prazo). Conforme assim explica o professor Felipe Duque.

QUESTÃO 45. Acerca dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços de tabelionato e de registro, assinale a opção correta.

a) Os serviços notariais e de registro são privados, por isso seu custo pode ser livremente pactuado entre as partes, observados os limites mínimo e máximo fixados pelo respectivo tribunal de justiça.

b) Os emolumentos têm natureza jurídica de contribuição, razão por que é desnecessário que guardem relação com o custo do serviço.

c) É constitucional destinar parcela dos emolumentos a qualquer despesa geral do estado, não sendo necessária a vinculação com o serviço notarial e registral.

d) Os emolumentos têm natureza de taxa e são fixados por norma estadual, observadas as normas gerais previstas na legislação federal.

e) Compete exclusivamente à União fixar, por lei federal, os valores dos emolumentos de todos os cartórios do país.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão necessitava de conhecimento sobre a natureza jurídica dos emolumentos.

A alternativa A está incorreta. O valor dos emolumentos é definido pelos Estados e o Distrito Federal. Vide artigo 1º, da Lei Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal fixarão o valor dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos respectivos serviços notariais e de registro, observadas as normas desta Lei 10.169/2000.

A alternativa B está incorreta. Os emolumentos têm natureza de taxa. Conforme disposto na ADI nº 1.378/ES, transcrita a seguir: Segundo entendimento do STF, as custas judiciais e os emolumentos concernentes aos serviços notariais e registrais possuem natureza tributária, qualificando-se como taxas remuneratórias de serviços públicos. Conforme ADI nº 1.378/ES: "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - CUSTAS JUDICIAIS E EMOLUMENTOS EXTRAJUDICIAIS - NATUREZA TRIBUTÁRIA (TAXA) - DESTINAÇÃO PARCIAL DOS RECURSOS ORIUNDOS DA ARRECADAÇÃO DESSES VALORES A INSTITUIÇÕES PRIVADAS - INADMISSIBILIDADE - VINCULAÇÃO DESSES MESMOS RECURSOS AO CUSTEIO DE ATIVIDADES DIVERSAS DAQUELAS CUJO EXERCÍCIO JUSTIFICOU A INSTITUIÇÃO DAS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS EM REFERÊNCIA - DESCARACTERIZAÇÃO DA FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DA TAXA - RELEVÂNCIA JURÍDICA DO PEDIDO - MEDIDA LIMINAR DEFERIDA. NATUREZA JURÍDICA DAS CUSTAS JUDICIAIS E DOS EMOLUMENTOS EXTRAJUDICIAIS. - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que as custas judiciais e os emolumentos concernentes aos serviços notariais e registrais possuem natureza tributária, qualificando-se como taxas remuneratórias de serviços públicos, sujeitando-se, em consequência, quer no que concerne à sua instituição e majoração, quer no que se refere à sua exigibilidade, ao regime jurídico-constitucional pertinente a essa especial modalidade de tributo vinculado, notadamente aos princípios fundamentais que proclamam, dentre outras, as garantias essenciais (a) da reserva de competência impositiva, (b) da legalidade, (c) da isonomia e (d) da anterioridade. Precedentes. Doutrina. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS. - A atividade notarial e registral, ainda que executada no âmbito de serventias extrajudiciais não oficializadas, constitui, em decorrência de sua própria natureza, função revestida de estatalidade, sujeitando-se, por isso mesmo, a um regime estrito de direito público. A possibilidade constitucional de a execução dos serviços notariais e de registro ser efetivada "em

caráter privado, por delegação do poder público" (CF, art. 236), não descaracteriza a natureza essencialmente estatal dessas atividades de índole administrativa. - As serventias extrajudiciais, instituídas pelo Poder Público para o desempenho de funções técnico-administrativas destinadas "a garantir a publicidade, a autenticidade, a segurança e a eficácia dos atos jurídicos" (Lei n. 8.935/94, art. 1º), constituem órgãos públicos titularizados por agentes que se qualificam, na perspectiva das relações que mantêm com o Estado, como típicos servidores públicos. Doutrina e Jurisprudência. - DESTINAÇÃO DE CUSTAS E EMOLUMENTOS A FINALIDADES INCOMPATÍVEIS COM A SUA NATUREZA TRIBUTÁRIA. - Qualificando-se as custas judiciais e os emolumentos extrajudiciais como taxas (RTJ 141/430), nada pode justificar seja o produto de sua arrecadação afetado ao custeio de serviços públicos diversos daqueles a cuja remuneração tais valores se destinam especificamente (pois, nessa hipótese, a função constitucional da taxa - que é tributo vinculado - restaria descaracterizada) ou, então, à satisfação das necessidades financeiras ou à realização dos objetivos sociais de entidades meramente privadas. É que, em tal situação, subverter-se-ia a própria finalidade institucional do tributo, sem se mencionar o fato de que esse privilegiado (e inaceitável) tratamento dispensado a simples instituições particulares (Associação de Magistrados e Caixa de Assistência dos Advogados) importaria em evidente transgressão estatal ao postulado constitucional da igualdade. Precedentes. "O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.";

A alternativa C está incorreta, conforme disposto na ADI nº 1.378/ES, transcrita na letra B;

A alternativa D está correta, conforme disposto na ADI nº 1.378/ES, transcrita na letra B;

A alternativa E está incorreta. O valor dos emolumentos é definido pelos Estados e o Distrito Federal, conforme exposto na letra A acima.

QUESTÃO 46. Segundo o Código Civil, o direito de anular, em razão de defeito no ato constitutivo, a constituição das pessoas jurídicas de direito privado

a) prescreve em 3 anos, contados da publicação de sua inscrição no registro.

b) decai em 4 anos, contados da sua inscrição no registro.

c) prescreve em 180 dias, contados da sua inscrição no registro.

d) decai em 180 dias, contados da sua inscrição no registro.

e) decai em 3 anos, contados da publicação de sua inscrição no registro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata das pessoas jurídicas.

A alternativa E está correta. Porque ela descreve precisamente o que dispõe o Código Civil: “Art. 45, Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro”.

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 47. De acordo com a jurisprudência do STJ, a hipótese de usufruto de imóvel que, instituído em testamento, envolve apenas a usufrutuária e a nua-propriedária configura espécie de direito

a) pessoal, não havendo impedimento para que a parte beneficiária busque a proteção do seu direito em relação à outra, independentemente do registro em cartório de registro de imóveis.

b) real, exigindo-se, para que a parte beneficiária busque a proteção de seu direito em relação à outra, o registro em cartório de registro de imóveis.

c) real, exigindo-se, para que a parte beneficiária busque a proteção do seu direito em relação à outra, o registro em cartório de títulos e documentos.

d) pessoal, podendo a parte beneficiária buscar a proteção do seu direito em relação à outra, independentemente do registro em cartório de registro de imóveis.

e) real, não havendo impedimento para que a parte beneficiária busque a proteção do seu direito em relação à outra, independentemente do registro em cartório de registro de imóveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do usufruto.

A alternativa D está correta. Porque reflete com precisão o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Embora o usufruto seja, em sua essência, um direito real, a relação que nasce de um testamento, especificamente entre o usufrutuário e o nu-proprietário, tem caráter obrigacional e, portanto, pessoal. Isso significa que o beneficiário do usufruto pode exigir seu direito diretamente do nu-proprietário, mesmo antes do registro do ato no Cartório de Registro de Imóveis, pois este último serve para dar publicidade e eficácia contra terceiros, e não para validar a obrigação entre as partes. Nos termos da jurisprudência do STJ (REsp 1.860.313): " RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. USUFRUTO. USO EXCLUSIVO. ARBITRAMENTO DE ALUGUEL. DIREITO REAL SOBRE IMÓVEL. AUSÊNCIA DE REGISTRO EM CARTÓRIO DE IMÓVEIS. PRESCINDIBILIDADE. NEGÓCIO JURÍDICO EXISTENTE, VÁLIDO E EFICAZ ENTRE AS PARTES. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. 1. Verifica-se que o Tribunal de origem analisou todas as questões relevantes para a solução da lide de forma fundamentada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. 2. O usufruto é direito real sobre coisa, direito ou patrimônio não próprios, limitado no tempo e adstrito à destinação econômica do objeto usufruído, ficando o proprietário com a nua-propriedade da coisa, pois não pode usar ou fruir, cabendo-lhe apenas dispor. 3. O art. 1.391 do CC determina que a constituição do usufruto sobre imóvel depende do registro em Cartório de Registro de Imóveis. A principal função dessa determinação legal é exatamente dar publicidade ao instituto, de

maneira que possa ser oponível a terceiros, pois o registro é requisito para eficácia *erga omnes* do direito real. 4. Contudo, na discussão envolvendo apenas a usufrutuária e a nua-proprietária, não há óbice para que a parte diretamente beneficiária do ato busque a proteção do seu direito em relação à outra, independentemente do registro. 5. No caso em apreço, vê-se que o usufruto sobre 2 (dois) imóveis foi instituído por testamento lavrado em escritura pública perante tabelião de notas, de modo que, em relação à usufrutuária e à nua-proprietária, o negócio jurídico era existente, válido e eficaz. A constituição do usufruto por testamento gera, antes do registro e entre as partes (usufrutuário e nu-proprietário), um vínculo obrigacional de natureza pessoal, que os vincula ao cumprimento da obrigação estipulada pelo testador. Ademais, a nua-proprietária já vinha pagando parte dos valores dos aluguéis decorrentes do uso exclusivo dos bens, não podendo agora alegar a ausência do registro para se esquivar do pagamento, sob pena de enriquecimento sem causa e ofensa ao princípio do *venire contra factum proprium*. 6. Recurso especial desprovido”.

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 48. Conforme entendimento do STJ, a cessão fiduciária de título de crédito

a) depende de registro em cartório de títulos e documentos para constituição da garantia, nos termos do Código Civil.

b) depende de registro em cartório de títulos e documentos para ser constituída, assim como ocorre na cessão fiduciária de coisa móvel infungível.

c) depende de registro em cartório de títulos e documentos para constituição da garantia, nos termos da Lei do Mercado de Capitais.

d) independe de registro em cartório de títulos e documentos para constituição da garantia, nos termos do Código Civil.

e) independe de registro em cartório de títulos e documentos para constituição da garantia, nos termos da Lei do Mercado de Capitais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da cessão fiduciária de título de crédito.

A alternativa E está correta, já que sintetiza com precisão o entendimento firmado pelo STJ no julgamento do REsp 1.629.470. A cessão fiduciária de títulos de crédito é um instituto regulado pela Lei do Mercado de Capitais (Lei nº 4.728/65, com a redação dada pela Lei nº 10.931/2004), que não impõe o registro em cartório como condição para a constituição da garantia. O registro tem a finalidade de dar publicidade ao ato e torná-lo oponível a terceiros, mas a garantia em si nasce com a celebração do contrato. Nos termos da jurisprudência do STJ (REsp 1.629.470): “DIREITO CIVIL E COMERCIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITO DE CRÉDITO. REGISTRO EM CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. DESNECESSIDADE DE REGISTRO PARA A CONSTITUIÇÃO DA GARANTIA. CREDOR NÃO SUJEITO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. A cessão fiduciária de título de crédito, nos termos da disciplina específica da Lei 4.728/95, com a redação dada pela Lei

10.931/2004, não depende de registro em cartório de títulos e documentos para ser constituída, não se lhe aplicando a regra do art. §1º do art. 1.361 do Código Civil, regente da cessão fiduciária de coisa móvel infungível. 2. O registro da cessão fiduciária do título de crédito pode ser necessário para salvaguardar eventual direito de terceiro a quem o título de crédito seja oponente, a saber, o devedor do título de crédito cedido pela recuperanda. Não há repercussão na esfera de direitos dos demais credores, donde a irrelevância da existência do registro para o processo de recuperação. 3. De acordo com a pacífica jurisprudência do STJ, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, não se submetem à recuperação judicial os créditos garantidos por cessão fiduciária. Precedentes. 4. Impossibilidade "de se impor restrições à propriedade fiduciária de crédito, por não se tratar de bem de capital, segundo entendimento desta Corte Superior." (AgInt no REsp. 1.475.258-MS, rel Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 20.2.2017). 5. Recurso especial conhecido e provido.

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 49. De acordo com o entendimento do STJ, o vencimento antecipado da dívida

a) altera o termo inicial do prazo prescricional da pretensão de cobrança do credor, que passa a ser contado da data do vencimento antecipado.

b) altera o termo inicial do prazo decadencial da pretensão de cobrança do credor, que passa a ser contado da parcela subsequente ao vencimento antecipado.

c) não altera o termo inicial do prazo prescricional da pretensão de cobrança do credor, que continua sendo contado da data do vencimento da última parcela originalmente pactuada.

d) não altera o termo inicial do prazo decadencial da pretensão de cobrança do credor, que continua sendo contado da data do vencimento da última parcela originalmente pactuada.

e) altera o termo inicial do prazo decadencial da pretensão de cobrança do credor, que passa a ser contado da data do vencimento antecipado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da cessão fiduciária de título de crédito.

A alternativa C está correta, pois reflete com exatidão a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 2.095.148: "RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA. NÃO ALTERAÇÃO. DATA DE VENCIMENTO DA ÚLTIMA PARCELA. PRINCÍPIO DA ACTIO NATA. 1. O vencimento antecipado da dívida, decorrente do inadimplemento de uma das parcelas, não acarreta a alteração do termo inicial do prazo de prescrição, o qual tem como marco a data de vencimento da última parcela, em respeito ao princípio da *actio nata*. 2. A cláusula de vencimento antecipado constitui uma faculdade do credor, e não uma obrigação, de modo que a sua inércia não pode ser punida com a antecipação do prazo prescricional. 3. Apenas a inércia do credor em exercer seu direito de ação no prazo previsto em lei pode ensejar a prescrição, mas seu exercício, ainda que parcial, a afasta. 4. Recurso especial conhecido e provido".

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 50. Consoante entendimento do STJ, o prazo prescricional da ação regressiva proposta para o ressarcimento do valor pago a título de indenização a vítima de acidente automobilístico tem início na data

a) do trânsito em julgado da sentença condenatória.

b) do efetivo pagamento do valor da condenação.

c) da sentença proferida pelo juízo de 1.º grau.

d) da propositura da ação de cobrança.

e) da prolação do acórdão pelo tribunal de 2.º grau.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da prescrição.

A alternativa A está correta, já que de acordo com o entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça, o direito de regresso nasce para o devedor no momento em que a sua obrigação de indenizar se torna definitiva e indiscutível. Isso ocorre com o trânsito em julgado da sentença que o condenou a pagar a indenização. Antes disso, a obrigação é incerta e pode ser modificada por recursos. Nos termos da jurisprudência do STJ (AgInt nos EAREsp 1.170.965): “DIREITO CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. 1. Ação regressiva, por meio da qual se objetiva o ressarcimento de valor pago a título de indenização à vítima de acidente automobilístico. 2. O lapso prescricional da ação regressiva que objetiva o ressarcimento de pagamento de indenização a vítima de acidente automobilístico inicia-se no momento da efetiva lesão do direito material (princípio da actio nata), a saber, na data do trânsito em julgado da sentença em ação indenizatória, e não na data do efetivo pagamento do valor da condenação. 3. Agravo interno não provido”.

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 51. Segundo a jurisprudência do STJ, imóvel localizado em loteamento irregular

a) pode ser adquirido por usucapião, mesmo sem o registro próprio no registro de imóveis.

b) somente pode ser adquirido por usucapião após a regularização fundiária do loteamento e o devido registro perante o cartório competente.

c) não pode ser adquirido por usucapião porque a aquisição da propriedade exige prévio registro imobiliário.

d) não pode ser adquirido por usucapião, uma vez que a inexistência de registro do loteamento torna o imóvel juridicamente inexistente para fins de aquisição de domínio.

e) não pode ser adquirido por usucapião porque a irregularidade do loteamento impede o reconhecimento de posse mansa e pacífica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda a possibilidade de aquisição de propriedade por usucapião de um imóvel situado em loteamento não registrado.

A alternativa A está correta. A alternativa reflete o entendimento pacífico do STJ. A usucapião é uma forma de aquisição originária da propriedade, o que significa que ela não deriva de um ato de transmissão anterior. O direito de propriedade é declarado com base no preenchimento dos requisitos legais (posse mansa, pacífica, ininterrupta, com ânimo de dono, por um determinado lapso temporal), independentemente das irregularidades registrais do bem. A irregularidade do loteamento é uma questão administrativa/urbanística que não impede o reconhecimento do direito do possuidor. No mesmo sentido, o STJ dispõe: REsp 1.818.564/DF: "A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a existência de loteamento irregular não impede o reconhecimento do direito à usucapião, por se tratar de modo originário de aquisição da propriedade."

A alternativa B está incorreta. A alternativa condiciona a usucapião a um evento futuro e incerto (a regularização do loteamento), o que contraria a natureza da usucapião. O direito à usucapião se consolida no momento em que os requisitos legais são cumpridos, e a sentença judicial apenas declara um direito já existente. A premissa é equivocada, nos termos do REsp 1.818.564/DF, transcrito na análise da Alternativa A.

A alternativa C está incorreta. A alternativa inverte a lógica do instituto. A usucapião é, muitas vezes, o instrumento utilizado justamente para sanar a ausência ou a irregularidade do registro imobiliário, e não o contrário. A sentença de usucapião servirá como título para a abertura de uma nova matrícula ou para a regularização da existente. A premissa é equivocada, nos termos do REsp 1.818.564/DF, transcrito na análise da Alternativa A.

A alternativa D está incorreta. A inexistência do registro do loteamento ou da matrícula individualizada do lote não torna o imóvel "juridicamente inexistente". O bem existe no mundo fático e é passível de posse, que é o pressuposto fundamental da usucapião. A irregularidade é formal e não afeta a materialidade do imóvel. A premissa é equivocada, nos termos do REsp 1.818.564/DF, transcrito na análise da Alternativa A.

A alternativa E está incorreta. A alternativa confunde a irregularidade administrativa do loteamento com a natureza da posse. A posse "mansa e pacífica" se caracteriza pela ausência de oposição ou contestação por parte do proprietário registral ou de terceiros que disputem a posse. A irregularidade do loteamento é uma questão entre o loteador e o Poder Público, que não se confunde com a oposição à posse exercida pelo usucapiente. A premissa é equivocada, nos termos do REsp 1.818.564/DF, transcrito na análise da Alternativa A.

QUESTÃO 52. De acordo com o STJ, após a celebração de compromisso de compra e venda de bem imóvel, caso o promitente vendedor deixe de outorgar a escritura definitiva, o promitente comprador poderá pleitear, em juízo, a

a) obrigação de fazer, consistente na outorga da escritura definitiva, sendo desnecessária a quitação integral do valor avençado quando houver ocorrido a prescrição das parcelas que compõem o saldo devedor.

b) adjudicação compulsória, sendo desnecessária a quitação integral do valor avençado quando houver ocorrido a prescrição das parcelas que compõem o saldo devedor.

c) adjudicação compulsória, condicionada à quitação integral do valor avençado, ainda que tenha ocorrido a prescrição das parcelas que compõem o saldo devedor.

d) obrigação de fazer, condicionada à quitação integral do valor avençado, ainda que tenha ocorrido a prescrição das parcelas que compõem o saldo devedor.

e) resolução do contrato, com devolução das parcelas pagas, nos casos em que não tenha ocorrido a quitação integral do preço.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda um tema sobre a adjudicação compulsória.

A alternativa A está incorreta. A prescrição atinge apenas a pretensão do vendedor de cobrar judicialmente a dívida, mas não extingue a obrigação em si. O comprador inadimplente não pode exigir o cumprimento da obrigação do vendedor (outorga da escritura) sem antes cumprir a sua própria (pagar o preço), em respeito à exceção do contrato não cumprido. A premissa é equivocada, nos termos do REsp 2.207.433/SP, transcrito na análise da Alternativa C.

A alternativa B está incorreta. A alternativa repete o erro da alternativa A. A prescrição da cobrança não equivale à quitação do preço, que continua sendo um requisito para que o comprador possa exigir a escritura definitiva, seja pela via da adjudicação compulsória, seja por uma ação de obrigação de fazer. A premissa é equivocada, nos termos do REsp 2.207.433/SP, transcrito na análise da Alternativa C.

A alternativa C está correta. A alternativa descreve com precisão o entendimento do STJ. A adjudicação compulsória é a ação que o promitente comprador pode ajuizar para obter uma sentença que substitua a vontade do vendedor. Contudo, um requisito essencial para essa ação é a comprovação da quitação integral do preço. O fato de a pretensão do vendedor de cobrar as parcelas restantes ter prescrito não altera essa exigência. No mesmo sentido, o STJ dispõe: REsp 2.207.433/SP: "A quitação do preço do bem imóvel pelo comprador é pressuposto para postular a sua adjudicação compulsória, nos termos do art. 1.418 do Código Civil. (...) A prescrição da pretensão de cobrança do saldo devedor não enseja a quitação do preço, não autorizando a adjudicação compulsória do imóvel pelo promitente comprador, sob pena de enriquecimento sem causa."

A alternativa D está incorreta. Embora a lógica sobre a necessidade de quitação esteja correta, a alternativa utiliza o termo "obrigação de fazer", que é genérico. A "adjudicação compulsória" é o instrumento jurídico específico e tecnicamente mais adequado para a situação, pois visa obter uma

sentença que já sirva como título para a transferência da propriedade. Vejamos o que diz o Código Civil: "Art. 1.418: O promitente comprador, titular de direito real, pode exigir do promitente vendedor [...] a outorga da escritura definitiva de compra e venda [...]; e, se houver recusa, requerer ao juiz a adjudicação do imóvel." A lei prevê um nome específico para a ação, tornando a alternativa "C" tecnicamente superior.

A alternativa E está incorreta. A resolução do contrato é uma possibilidade em caso de inadimplemento, mas a questão pergunta o que o comprador pode pleitear para obter a escritura, ou seja, para forçar o cumprimento do contrato, e não para desfazê-lo. A alternativa, portanto, descreve um caminho com objetivo oposto ao do enunciado. Vejamos o que diz o Código Civil: "Art. 475: A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento [...]." O artigo demonstra que "resolução" e "exigir o cumprimento" são opções distintas, e a questão trata da segunda opção.

QUESTÃO 53. Conforme entendimento do STJ, no caso de inadimplemento contratual decorrente do atraso na entrega do imóvel, após o término do prazo de tolerância previsto no contrato, os lucros cessantes

a) exigem comprovação concreta, cabendo ao comprador demonstrar a perda patrimonial sofrida.

b) são presumidos, devendo ser calculados em valor fixo previamente estipulado no contrato.

c) exigem comprovação, sendo necessária demonstração específica de prejuízo, ainda que decorrente da impossibilidade de uso do imóvel.

d) devem ser provados e calculados com base no valor dos aluguéis que o comprador deixou de pagar ou no valor médio dos aluguéis que o imóvel poderia ter rendido caso tivesse sido entregue na data contratada.

e) são presumidos e calculados com base no valor dos aluguéis que o comprador deixou de pagar ou no valor médio dos aluguéis que o imóvel poderia ter rendido caso tivesse sido entregue na data contratada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a tese dos lucros cessantes presumidos em caso de atraso na entrega de imóvel.

A alternativa E está correta. A alternativa sintetiza com perfeição o entendimento firmado pelo STJ no julgamento do Tema 996. Em caso de atraso na entrega de imóvel, o prejuízo do comprador (lucro cessante) é presumido, decorrendo da simples indisponibilidade do bem. A indenização, por sua vez, deve ser calculada com base no valor que o imóvel poderia render a título de aluguel, ou no valor que o comprador teve que desembolsar para alugar outro imóvel enquanto aguardava a entrega. No mesmo sentido, o STJ dispõe: REsp 1.729.593/SP (Tema 996): "[...]1.2. No caso de descumprimento do prazo para a entrega do imóvel, incluído o período de tolerância, o prejuízo do comprador é presumido,

consistente na injusta privação do uso do bem, a ensejar o pagamento de indenização, na forma de aluguel mensal, com base no valor locatício de imóvel assemelhado, com termo final na data da disponibilização da posse direta ao adquirente da unidade autônoma[...]"

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 54. Segundo entendimento do STJ, o dano moral indireto ou reflexo

a) decorre de ato lesivo ao direito pessoal de uma pessoa, repercutindo, de forma mediata, em direitos pessoais de terceiro, em razão de seu vínculo afetivo estreito com aquele diretamente atingido.

b) decorre de ato lesivo ao direito personalíssimo de uma pessoa, repercutindo, de forma mediata, em direitos pessoais de terceiro, em razão de seu vínculo afetivo estreito com aquele diretamente atingido.

c) decorre de ato lesivo ao direito patrimonial de uma pessoa, repercutindo, de forma mediata, em direitos personalíssimos de terceiro.

d) decorre de ato lesivo ao direito personalíssimo de uma pessoa, repercutindo, de forma mediata, em direitos personalíssimos de terceiro, em razão de seu vínculo afetivo estreito com aquele diretamente atingido.

e) é inadmissível, pois a reparação por danos morais cabe apenas ao titular do bem jurídico diretamente atingido, não se estendendo a terceiros atingidos de forma mediata.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conceito e os requisitos do dano moral indireto.

A alternativa A está incorreta. A alternativa utiliza o termo "direito pessoal", que é mais genérico. A doutrina e a jurisprudência do STJ são mais específicas ao tratar do dano moral reflexo, vinculando-o à lesão a um "direito personalíssimo" (como a vida ou a integridade física), que são intransmissíveis e irrenunciáveis. A premissa é tecnicamente imprecisa, nos termos do REsp 1.119.632/RJ, transcritos na análise da Alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Embora acerte ao mencionar que o ato lesivo atinge um "direito personalíssimo" da vítima direta, a alternativa erra ao classificar a repercussão no terceiro como um dano a "direitos pessoais". O dano reflexo é, em si, uma ofensa a um direito personalíssimo do terceiro (como sua integridade psicológica, seu afeto, sua convivência familiar). A premissa é tecnicamente imprecisa, nos termos do REsp 1.119.632/RJ, transcritos na análise da Alternativa D.

A alternativa C está incorreta. O dano moral reflexo, em sua concepção clássica, origina-se de uma lesão a um direito da personalidade (extrapatrimonial) da vítima direta, e não de um "direito patrimonial". A dor e o sofrimento do terceiro decorrem da perda ou da lesão grave sofrida por um ente querido, e não

de um prejuízo material. A premissa é equivocada, nos termos do REsp 1.119.632/RJ, transcritos na análise da Alternativa D.

A alternativa D está correta. A alternativa descreve com precisão técnica o dano moral por ricochete. Ele ocorre quando um ato ilícito ofende um direito personalíssimo da vítima direta (ex: o direito à vida) e, em consequência, atinge reflexamente um direito personalíssimo de um terceiro que mantinha com a vítima um forte vínculo afetivo (ex: o direito à integridade psicológica, ao afeto, à convivência familiar). O terceiro não pleiteia em nome da vítima, mas sim a reparação por um dano próprio, que ele pessoalmente sofreu. No mesmo sentido, o STJ dispõe: REsp 1.119.632/RJ: "O dano moral por ricochete é aquele sofrido por um terceiro (vítima indireta) em consequência de um dano inicial sofrido por outrem (vítima direta), podendo ser de natureza patrimonial ou extrapatrimonial. Trata-se de relação triangular em que o agente prejudica uma vítima direta que, em sua esfera jurídica, sofre um prejuízo que resultará em um segundo dano, próprio e autônomo, na esfera jurídica de uma terceira pessoa. (...) O direito que o terceiro, vítima do dano reflexo, pretende ver reparado é direito próprio, que surge e se irradia a partir do dano sofrido pela vítima direta."

A alternativa E está incorreta. A alternativa afirma que o dano moral reflexo é inadmissível, o que contraria frontalmente a jurisprudência pacífica do STJ, que há muito reconhece a legitimidade e a autonomia do dano sofrido pela vítima indireta. A premissa é equivocada, nos termos do REsp 1.119.632/RJ, transcritos na análise da Alternativa D.

QUESTÃO 55. De acordo com o disposto no Código Civil e com o entendimento do STJ, se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização deverá ser

- a) excluída integralmente, uma vez que a culpa concorrente da vítima afasta o dever de indenizar do autor do dano.**
- b) mantida integralmente, pois a culpa da vítima não interfere na responsabilidade civil do autor do dano.**
- c) reduzida segundo percentuais previamente previstos em lei, considerada a intensidade da culpa da vítima em relação à do autor do dano.**
- d) proporcional à extensão da participação da vítima e do autor do dano na produção do evento danoso, conforme avaliação do julgador quanto à dinâmica dos fatos e às provas coligidas nos autos.**
- e) fixada na proporção de 50% do valor estipulado para o dano, independentemente do grau de culpa.**

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão aborda as consequências da culpa concorrente da vítima na fixação da indenização por responsabilidade civil.

A alternativa D está correta. A alternativa descreve perfeitamente o instituto da culpa concorrente. Havendo culpa de ambas as partes (autor e vítima) para a ocorrência do dano, o juiz deve sopesar a gravidade da conduta de cada um e fixar a indenização de forma proporcional. Se a vítima contribuiu para o resultado, é justo que ela suporte parte do prejuízo, na medida de sua culpa. Vejamos o que diz o Código Civil: “Art. 945 Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.”

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 56. Segundo entendimento do STJ, a inexistência de crédito e de estado de insolvência do devedor, decorrente da nulidade da fiança que garantia o crédito alegado na ação pauliana,

a) não impede a declaração de ineficácia dos atos de disposição patrimonial, mas afasta a possibilidade de reconhecimento de fraude contra credores.

b) impede a declaração de ineficácia dos atos de disposição patrimonial, mas não afasta a possibilidade de reconhecimento de fraude contra credores.

c) impede a declaração de ineficácia dos atos de disposição patrimonial apenas se o credor não demonstrar a boa-fé objetiva do devedor e a existência de prejuízo efetivo.

d) impede a declaração de ineficácia dos atos de disposição patrimonial, afastando a possibilidade de reconhecimento de fraude contra credores.

e) não impede a declaração de ineficácia dos atos de disposição patrimonial, mas não afasta a possibilidade de reconhecimento de fraude contra credores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda os requisitos essenciais para a procedência da ação pauliana (revocatória).

A alternativa A está incorreta. A alternativa é contraditória. A declaração de ineficácia de um ato de disposição patrimonial é a consequência direta do reconhecimento da fraude contra credores em uma ação pauliana. Não é possível declarar a ineficácia sem reconhecer a fraude. A premissa é equivocada, nos termos do AgInt nos EDcl no AREsp 2.555.607/SP, transcritos na análise da Alternativa D.

A alternativa B está incorreta. A alternativa também apresenta uma contradição. Se a declaração de ineficácia do ato é impedida, é justamente porque não se configuraram os requisitos para o reconhecimento da fraude contra credores, como a existência de um crédito válido. A premissa é equivocada, nos termos do AgInt nos EDcl no AREsp 2.555.607/SP, transcritos na análise da Alternativa D.

A alternativa C está incorreta. A demonstração de boa-fé ou prejuízo são elementos analisados no mérito da ação pauliana. Contudo, a existência de um crédito anterior, válido e exigível é um pressuposto

processual da própria ação. Se o crédito é inexistente (pela nulidade da fiança), a ação é inviável desde o início, independentemente da análise de outros requisitos. A premissa é equivocada, nos termos do AgInt nos EDcl no AREsp 2.555.607/SP, transcritos na análise da Alternativa D.

A alternativa D está correta. A ação pauliana exige, para sua propositura, a presença de dois requisitos fundamentais: a anterioridade do crédito (anterioridade do crédito) e o prejuízo ao credor, que consiste no ato de disposição que leva o devedor à insolvência ou a agrava (eventus damni). Se a fiança que garantia o suposto crédito é nula, o crédito em si é inexistente. Sem um crédito válido, não há credor a ser protegido, e, conseqüentemente, não há que se falar em fraude contra credores. A ausência desse requisito essencial impede o prosseguimento da ação e, por via de consequência, a declaração de ineficácia do ato de disposição. No mesmo sentido, o STJ dispõe: AgInt nos EDcl no AREsp 2.555.607/SP: "A fraude contra credores, vício social que enseja a procedência da ação pauliana, tem como pressupostos a anterioridade do crédito e o eventus damni, que consiste no prejuízo ao credor decorrente da insolvência do devedor. (...) Inexistente o crédito e, por conseguinte, o estado de insolvência do devedor, decorrente da nulidade da fiança que garantia o crédito alegado na ação pauliana, de rigor o reconhecimento da improcedência do pedido de declaração de ineficácia dos atos de disposição patrimonial."

A alternativa E está incorreta. A alternativa afirma o exato oposto do entendimento do STJ. A inexistência do crédito é um óbice intransponível para a ação pauliana, impedindo a declaração de ineficácia do ato e afastando o reconhecimento da fraude. A premissa é equivocada, nos termos do AgInt nos EDcl no AREsp 2.555.607/SP, transcritos na análise da Alternativa D.

QUESTÃO 57. Consoante entendimento do STJ, o prazo para a propositura da ação redibitória decorrente de vício oculto em bem móvel é

- a) prescricional de 180 dias, contado a partir da ciência do vício.**
- b) decadencial de 180 dias, contado a partir da ciência do vício.**
- c) prescricional de 30 dias, contado a partir da entrega efetiva do bem.**
- d) decadencial de 30 dias, contado a partir da entrega efetiva do bem.**
- e) decadencial de 15 dias, contado a partir da alienação se o adquirente já estava na posse do bem.**

Comentários

A análise do professor evidencia a complexidade do tema e a própria jurisprudência do STJ reforça a existência de margem interpretativa relevante. A questão, tal como redigida, apresenta falha técnica e deve ser anulada, pois o enunciado genérico ("vício oculto em bem móvel") não delimita o regime jurídico aplicável nem o marco inicial do prazo, permitindo a adoção de mais de uma alternativa como correta (B, D e E), a depender do cenário fático-jurídico concretamente considerado. Aguardamos o gabarito preliminar da banca, mas a análise jurídica aponta para a invalidade da questão.

A alternativa A está incorreta. O prazo para a ação redibitória é decadencial, e não prescricional, conforme o Art. 445 do Código Civil. Vejamos o que diz o Código Civil: “Art. 445. O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade. § 1º Quando o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo contar-se-á do momento em que dele tiver ciência, até o prazo máximo de cento e oitenta dias, em se tratando de bens móveis; e de um ano, para os imóveis. § 2º Tratando-se de venda de animais, os prazos de garantia por vícios ocultos serão os estabelecidos em lei especial, ou, na falta desta, pelos usos locais, aplicando-se o disposto no parágrafo antecedente se não houver regras disciplinando a matéria.”

A alternativa B está correta. Esta alternativa se baseia no § 1º do Art. 445 do CC/2002, que trata do vício que só pode ser conhecido mais tarde. Embora o STJ, no julgado de referência, esclareça que o prazo de 180 dias é para a manifestação do vício (sendo o prazo para a ação de 30 dias após a ciência), uma leitura literal e menos aprofundada do dispositivo legal (“...o prazo contar-se-á do momento em que dele tiver ciência, até o prazo máximo de cento e oitenta dias...”) pode induzir o candidato ao erro de que o prazo para a ação seria de 180 dias. Em uma questão de múltipla escolha, essa imprecisão técnica do legislador, que exige interpretação jurisprudencial, torna a alternativa plausível e, portanto, problemática. Vejamos o que diz o Código Civil: “Art. 445. [...] § 1º Quando o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo contar-se-á do momento em que dele tiver ciência, até o prazo máximo de cento e oitenta dias, em se tratando de bens móveis; e de um ano, para os imóveis”. O STJ dispõe: AgInt no AREsp 2.403.576/SP: “A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, em se tratando de vício oculto, o adquirente tem o prazo de 30 (trinta) dias, se o bem for móvel, contado da data em que tiver ciência do vício (art. 445, § 1º, do CC), para ajuizar a ação redibitória, desde que o conhecimento do vício ocorra dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias da aquisição do bem.”

A alternativa C está incorreta. O erro fundamental desta alternativa está em classificar o prazo como prescricional. O direito de redibir o contrato ou obter abatimento no preço em razão de vício oculto é um direito potestativo, sujeito, por sua natureza, a prazo de decadência, e não de prescrição. O próprio texto da lei confirma isso. Vejamos o que diz o Código Civil: “Art. 445. O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel [...].”

A alternativa D é correta. Esta alternativa descreve perfeitamente a regra geral do Art. 445, caput, do Código Civil. O enunciado fala em “vício oculto”, mas não especifica quando ele foi descoberto. Um vício pode ser oculto por sua natureza (não aparente), mas ser descoberto logo após a entrega, no primeiro uso. Nesse cenário, o prazo aplicável é de 30 dias a contar da entrega efetiva, tornando a alternativa correta. Vejamos o que diz o Código Civil: “Art. 445. Caput. O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.”

A alternativa E é correta. Esta alternativa descreve a hipótese da parte final do Art. 445, caput, do Código Civil. O enunciado genérico não informa se o adquirente já estava na posse do bem no momento da compra (por exemplo, um locatário que compra o bem). Se essa fosse a situação, o prazo seria reduzido à metade (15 dias), contado da alienação, tornando a alternativa também correta. Vejamos o que diz o Código Civil: “Art. 445. Caput. O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.”

QUESTÃO 58. Segundo entendimento do STJ em relação ao valor da coisa objeto da evicção, o evicto, pela perda sofrida, tem o direito à restituição integral do valor do bem, calculado ao tempo em que

a) dele foi desapossado, sendo, via de regra, quando decisão judicial transitada em julgado negar ao adquirente seu direito à coisa, considerado o valor do negócio celebrado entre as partes litigantes.

b) dele foi desapossado, sendo, via de regra, quando decisão judicial transitada em julgado negar ao adquirente seu direito à coisa, considerado o valor de mercado ao tempo da celebração do negócio.

c) realizado o negócio jurídico, sendo considerado o preço do imóvel à época, corrigido monetariamente.

d) realizado o negócio jurídico, sendo considerado o valor de mercado ao tempo da celebração do negócio entre as partes litigantes.

e) dele foi desapossado, sendo, via de regra, quando decisão judicial transitada em julgado negar ao adquirente seu direito à coisa, considerado o valor do bem apurado no momento da perda sofrida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o critério para a fixação do valor a ser restituído em caso de evicção.

A alternativa E está correta. O Superior Tribunal de Justiça, interpretando o Art. 450, parágrafo único, do Código Civil, consolidou o entendimento de que a restituição deve ser completa, visando colocar o evicto na mesma posição patrimonial em que estaria se não tivesse sofrido a perda. Isso significa que o valor a ser restituído deve corresponder ao valor de mercado do bem na época em que a evicção se concretizou ("na época em que se evenceu"), que geralmente ocorre com a decisão judicial definitiva que priva o adquirente da coisa. No mesmo sentido, o STJ dispõe: REsp 1.912.956/SP: "O valor a ser restituído ao evicto corresponde ao valor do bem na época em que dele foi desapossado, ou seja, na época em que se evenceu, e não o valor do bem na data da aquisição. A obrigação de reparar o dano material, na hipótese de evicção, deve ser a mais completa possível, de modo a assegurar ao evicto a restituição do exato equivalente do seu patrimônio que foi atingido (restitutio in integrum)."

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 59. Acerca da eficácia do instrumento de cessão de direitos ou de crédito perante terceiros, é correto afirmar, à luz da jurisprudência do STJ, que o instrumento de cessão de direitos ou de crédito:

a) depende de averbação junto ao título original, sob pena de nulidade absoluta, ainda que o cessionário tenha notificado o devedor.

- b) terá eficácia perante terceiros se registrado no registro público competente.**
- c) só produz efeitos após a anuência expressa do devedor, não bastando a simples notificação.**
- d) pode ser oponível a terceiros mesmo sem registro, desde que haja prova inequívoca da tradição do crédito e boa-fé do cessionário.**
- e) dispensa o registro em cartório, sendo suficiente a notificação do devedor para que produza efeitos perante terceiros.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Registro Civil de Títulos e Documentos, mais precisamente sobre os efeitos em relação a terceiros.

A alternativa B está correta, conforme art. 129, item 10, da Lei 6.015/73. Especificamente sobre os efeitos em relação a terceiros, o artigo 129 determina o seguinte: “Art. 129. Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros: 1º) os contratos de locação de prédios, sem prejuízo do disposto do artigo 167, I, nº 3; 2º) (revogado; 3º) as cartas de fiança, em geral, feitas por instrumento particular, seja qual for a natureza do compromisso por elas abonado; 4º) os contratos de locação de serviços não atribuídos a outras repartições; 5º) os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, e os contratos de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis; 6º) todos os documentos de procedência estrangeira, acompanhados das respectivas traduções, para produzirem efeitos em repartições da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios ou em qualquer instância, juízo ou tribunal; 7º) as quitações, recibos e contratos de compra e venda de automóveis, bem como o penhor destes, qualquer que seja a forma que revistam; 8º) os atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais for determinada a entrega, pelas alfândegas e mesas de renda, de bens e mercadorias procedentes do exterior. 9º) os instrumentos de sub-rogação e de dação em pagamento; 10º) a cessão de direitos e de créditos, a reserva de domínio e a alienação fiduciária de bens móveis; e 11º) as constrições judiciais ou administrativas sobre bens móveis corpóreos e sobre direitos de crédito.”. Portanto:

As alternativas A, C, D e E estão incorretas automaticamente, tendo em vista que a Lei 6.015/73 não traz tais condições.

QUESTÃO 60. De acordo com entendimento do STJ, aplica-se a teoria da imprevisão quando a onerosidade excessiva decorrer de

- a) contratos derivativos quando presentes os riscos e o desequilíbrio econômico-financeiro.**
- b) aumento salarial dos empregados da contratada, em decorrência de dissídio coletivo, com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo.**
- c) pragas em contratos agrícolas.**

d) estiagem em contratos agrícolas.

e) pandemia, em relação à empresa de coworking, quando comprovada a drástica redução do faturamento durante o período pandêmico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda as hipóteses de aplicação da Teoria da Imprevisão para a revisão de contratos.

A alternativa A está incorreta. Contratos derivativos são, por sua natureza, aleatórios, o que significa que o risco de oscilação e desequilíbrio financeiro é o seu objeto principal, constituindo a álea normal do negócio. A teoria da imprevisão destina-se a corrigir desequilíbrios gerados por eventos extraordinários, e não os riscos inerentes e esperados do próprio contrato. A doutrina é clara ao afastar a aplicação da teoria nesses casos. No mesmo sentido, a doutrina dispõe: Flávio Tartuce (Manual de Direito Civil): "Nos contratos aleatórios, como o próprio nome indica, a álea ou o risco é o seu elemento essencial. [...] Em casos tais, não há que se falar em aplicação da teoria da imprevisão ou da onerosidade excessiva, pois o risco é da essência do negócio, sendo previsto pelas partes."

A alternativa B está incorreta. O aumento salarial decorrente de dissídio coletivo é considerado pelo STJ um fato previsível e inerente ao risco de qualquer atividade empresarial (álea ordinária). Por não se tratar de um evento extraordinário ou imprevisível, não autoriza a revisão de um contrato administrativo com base na teoria da imprevisão. No mesmo sentido, o STJ dispõe: MS 24.785/DF: "O dissídio coletivo da categoria profissional que atua na execução de contrato administrativo não se revela como fato imprevisível, apto a ensejar a aplicação da teoria da imprevisão, porquanto representa álea ordinária, ou seja, risco empresarial comum, que deve ser suportado pela contratada."

A alternativa C está incorreta. Em contratos agrícolas, a ocorrência de pragas é considerada um risco inerente e previsível da atividade (álea normal do negócio). O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência consolidada no sentido de que tal evento, por si só, não configura a circunstância extraordinária e imprevisível exigida para a aplicação da teoria da imprevisão. No mesmo sentido, o STJ dispõe: AgInt no AREsp 1.948.907/GO: "Consoante a jurisprudência desta Corte, nos contratos agrícolas, o risco é inerente ao negócio, de modo que eventos como seca, pragas, ou estiagem, não são considerados fatos extraordinários e imprevisíveis aptos a justificar a pretendida revisão contratual com base na teoria da imprevisão."

A alternativa D está incorreta. Assim como as pragas, a estiagem é um fenômeno climático considerado um risco inerente e previsível em contratos agrícolas (álea normal do negócio). Por essa razão, a jurisprudência do STJ afasta a aplicação da teoria da imprevisão para reequilibrar o contrato em decorrência de perdas de safra por seca, por entender que não se trata de um evento extraordinário. No mesmo sentido, o STJ dispõe: AgInt no AREsp 1.948.907/GO: "Consoante a jurisprudência desta Corte, nos contratos agrícolas, o risco é inerente ao negócio, de modo que eventos como seca, pragas, ou estiagem, não são considerados fatos extraordinários e imprevisíveis aptos a justificar a pretendida revisão contratual com base na teoria da imprevisão."

A alternativa E está correta. O STJ reconheceu a pandemia de Covid-19 como um evento extraordinário e imprevisível, apto a justificar a revisão de contratos. No caso específico, que envolvia o aluguel de um imóvel por uma empresa de coworking, a Corte entendeu que a drástica e comprovada redução do

faturamento, decorrente das medidas de isolamento social, gerou uma onerosidade excessiva que autorizava a aplicação da teoria da imprevisão. No mesmo sentido, o STJ dispõe: REsp 2.070.354/SP: "A locatária (empresa de coworking) experimentou drástica redução de seu faturamento por força das medidas de restrição de circulação de pessoas imposta pela pandemia da Covid-19, tratando-se de fato superveniente, imprevisível e que não integra a álea normal do contrato de locação, de modo a autorizar a revisão do valor dos aluguéis, com base na teoria da imprevisão."

QUESTÃO 61. O Ministério Público de determinado estado da Federação ajuizou ação de improbidade administrativa em face do delegatário do Cartório de Registro de Imóveis X, imputando-lhe a prática de ato de improbidade que resultou em enriquecimento ilícito (acréscimo patrimonial indevido). Na petição inicial, entre outras medidas, o Ministério Público apresentou requerimento de indisponibilidade de bens do réu. Nessa situação hipotética, de acordo com a lei que rege a ação de improbidade administrativa, a medida de indisponibilidade de bens do réu:

- a) pode ser substituída, caso seja deferida pelo juiz, por caução, fiança bancária ou seguro-garantia judicial, a requerimento do réu.**
- b) somente poderá ser decretada após o trânsito em julgado da sentença condenatória.**
- c) pode ser concedida independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao processo.**
- d) deve ser objeto de decisão interlocutória que, nesse momento processual, será irrecurável.**
- e) deve incluir, além do valor do ressarcimento ao erário, também a quantia estimada necessária ao pagamento de eventual multa civil.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Improbidade Administrativa.

A alternativa A está correta. Conforme art. 16, § 6º, da Lei 8.429/92: "§ 6º O valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu, bem como a sua readequação durante a instrução do processo."

A alternativa B está incorreta. O pedido de indisponibilidade pode ser feito em caráter antecedente ou incidente, conforme art. 16, caput, da Lei 8.429/92: "Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito."

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 16, § 3º, da Lei 8.429/92: "§ 3º O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo,

desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias.”

A alternativa D está incorreta. Cabível o agravo de instrumento como recurso. Conforme art. 16, § 9º, da Lei 8.429/92: “§ 9º Da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá agravo de instrumento, nos termos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).”

A alternativa E está incorreta. Não inclui os valores aplicados a título de multa civil. Conforme art. 16, § 10, da Lei 8.429/92: “§ 10. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.”

QUESTÃO 62. Determinada associação de notários e registradores pretende questionar ato concreto do CNJ que afetou interesse de seus associados. Nessa situação hipotética, considerada a possibilidade de ajuizamento de ação anulatória pelo procedimento comum ou de mandado de segurança para a tutela dos direitos dos associados, conforme a jurisprudência dos tribunais superiores, a competência.

a) para o julgamento do mandado de segurança será do STJ e, para o da ação anulatória, da justiça federal de 1.ª instância.

b) para o julgamento de ambas as ações será da justiça federal de 1.ª instância.

c) para o julgamento de ambas as ações será do STF.

d) para o julgamento do mandado de segurança será do STF e, para o da ação anulatória, da justiça federal de 1.ª instância.

e) para o julgamento de ambas as ações será do STJ.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre competência.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentário da Letra C, a competência será do STF e não do STJ.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentário da Letra C, a competência será do STF e não da justiça federal.

A alternativa C está correta. Trata-se da tese fixada pelo STF: “Nos termos do artigo 102, inciso I, alínea ‘r’, da Constituição Federal, é competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente todas as decisões do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público proferidas nos exercícios de suas competências constitucionais respectivamente previstas nos artigos 103-B, parágrafo 4º, e 130-A, parágrafo 2º, da Constituição Federal”. STF. Plenário. ADI 4412/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 18/11/2020 (Info 1000).

A alternativa D está incorreta. Conforme comentário da Letra C, a competência será do STF e não da justiça federal.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentário da Letra C, ambas as ações serão julgadas pelo STF e não pelo STJ.

QUESTÃO 63. Assinale a opção correta no que se refere ao regime processual aplicável à advocacia pública, ao Ministério Público, à defensoria pública, aos magistrados e aos terceiros.

a) A litigância de má-fé pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, caso em que o litigante temerário deve ser condenado a pagar multa e arcar com os honorários advocatícios.

b) O ajuizamento de ação contra a fazenda pública caracteriza, por si só, hipótese de intervenção obrigatória do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.

c) A defensoria pública, ao referendar acordo firmado em procedimento administrativo sob sua condução, outorga ao instrumento a qualidade de título executivo judicial.

d) No caso de revelia do assistido, cessa automaticamente a atuação de seu assistente simples.

e) Os prazos do ente público, no cumprimento de sentença ou na execução que ajuizar, devem ser contados de forma simples.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre partes do processo civil.

A alternativa A está correta. É o que prevê o art. 81 do CPC: “Art. 81. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.”.

A alternativa B está incorreta. Conforme parágrafo único do art. 178 do CPC, a participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público. CPC. “Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: I - interesse público ou social; II - interesse de incapaz; III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana. Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.”.

A alternativa C está incorreta. Neste caso, será extrajudicial o título executivo e não judicial, como a alternativa estabelece. CPC. “Art. 784. São títulos executivos extrajudiciais: IV - o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal;”.

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, será considerado o seu substituto processual. CPC. “Art. 121. O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido. Parágrafo único. Sendo revel ou, de qualquer outro modo, omissor o assistido, o assistente será considerado seu substituto processual.”.

A alternativa E está incorreta. Serão contados em dobro e não de forma simples. CPC. “Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.”.

QUESTÃO 64. Ao julgar procedente reclamação constitucional de sua competência, o STF, de acordo com seu entendimento jurisprudencial,

a) deve, obrigatoriamente, realizar novo julgamento de mérito da decisão reclamada, resolvendo, de modo definitivo, a causa originária.

b) pode, além de cassar o ato impugnado, adotar providência que se revele adequada à solução da controvérsia, podendo até mesmo julgar o mérito da causa originária ou extinguir o feito originário sem resolução de mérito.

c) deve, obrigatoriamente, limitar-se à cassação do ato reclamado, não havendo possibilidade de adoção de qualquer outra providência jurisdicional.

d) pode realizar o exame da causa principal somente para prolatar decisão de extinção do processo sem resolução do mérito, sendo-lhe vedado o exame do mérito da causa originária.

e) somente pode adotar providência diversa da de cassar o ato reclamado se essa tiver natureza cautelar e temporária, sendo-lhe vedado o exame do mérito da causa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a reclamação constitucional.

A alternativa B está correta. Texto de Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandez. Transformações da reclamação no Supremo Tribunal Federal. Se julgada procedente a reclamação, o tribunal cassará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à solução da controvérsia (art. 992, CPC), o que, segundo entende o Supremo Tribunal Federal, pode, inclusive, ocorrer mediante o julgamento do mérito da causa de origem diretamente pelo próprio Supremo (Ilustrativamente, STF, decisão monocrática, Rcl n. 65.011, rel. Min. Alexandre de Moraes, j. em 11.01.2024, publicado em 16.01.2024) ou a extinção do respectivo processo sem resolução do mérito (A exemplo de STF, Pleno, Rcl n. 23.899, rel. Min. Rosa Weber, j. em 02.10.2023, publicado em 30.10.2023). Isto é, para além da realização do juízo rescindente, a jurisprudência tem admitido também o juízo rescisório em reclamação (EID, Elie Pierre. Impugnação das decisões judiciais: reconstrução da relação entre recursos e ações autônomas de impugnação. São Paulo: RT; 2022, p. 266).

As alternativas A, C, D e E, estão, portanto, incorretas.

QUESTÃO 65. Julgue os itens a seguir, relativos à forma dos atos processuais, aos prazos, aos deveres e à sucessão das partes e dos procuradores, com base no disposto no CPC.

I. Os negócios jurídicos processuais somente terão validade quando realizados antes do ajuizamento da ação, como ocorre no caso da eleição de foro.

II. O juiz deve reputar como tempestivo o ato processual que venha a ser praticado antes da abertura formal do prazo legal.

III. Uma vez reconhecida a derrota da parte ré, a sentença a condenará ao pagamento de honorários de sucumbência à parte vencedora.

IV. No caso de ação reivindicatória em que o réu tenha alienado bem móvel a terceiro por ato entre vivos, a título particular, as partes originárias devem permanecer no processo, só podendo ocorrer sucessão processual no polo passivo se houver concordância do autor da ação.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a atos processuais.

O Item I está incorreto. Os negócios jurídicos processuais poderão ser celebrados antes ou durante o processo. CPC. “Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Parágrafo único. De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.”.

O Item II está correto. Sim, é a literalidade do §4º do art. 218 do CPC: “Art. 218, § 4º Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.”.

O Item III está correto. É o que prevê o art. 85 do CPC: “Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.”.

O Item IV está correto. Conforme disposição expressa do art. 109 do CPC: “Art. 109. A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, não altera a legitimidade das partes. § 1º O

adquirente ou cessionário não poderá ingressar em juízo, sucedendo o alienante ou cedente, sem que o consinta a parte contrária. § 2º O adquirente ou cessionário poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial do alienante ou cedente. § 3º Estendem-se os efeitos da sentença proferida entre as partes originárias ao adquirente ou cessionário.”.

QUESTÃO 66. No que diz respeito à aplicação da lei penal brasileira, assinale a opção correta.

a) Crimes contra o patrimônio de empresa pública federal cometidos fora do Brasil estão sujeitos apenas à lei do local da prática da conduta delituosa.

b) Crimes de genocídio praticados por estrangeiro domiciliado no Brasil são casos de extraterritorialidade condicionada.

c) O Brasil só aplica a lei penal a crimes cometidos no estrangeiro quando houver tratado específico que disponha sobre a matéria.

d) O agente que atenta contra a vida do presidente da República fora do território nacional permanece sujeito à lei penal brasileira, ainda que já tenha sido julgado e absolvido no exterior, por se tratar de hipótese de extraterritorialidade de aplicação automática.

e) A lei penal brasileira não se aplica a crimes praticados contra a administração pública por servidores a seu serviço no exterior.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema lei penal no espaço.

A alternativa A está incorreta. Sujeitam-se estes crimes às leis brasileiras, conforme dispõe o Art. 7º do Código Penal: “Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: I- os crimes: b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público”;

A alternativa B está incorreta. É incondicionada, conforme prevê o Art. 7º do Código Penal: “Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: I- os crimes d) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;

A alternativa C está incorreta. De acordo com o Art. 7º do Código Penal § 3º - A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as condições previstas no parágrafo anterior: a) não foi pedida ou foi negada a extradição; b) houve requisição do Ministro da Justiça.

A alternativa D está correta. De acordo com o que dispõe o art 7º, I, a e §1º do Código Penal que dispõe: “Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: I - os crimes: a) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República”;

A alternativa E está incorreta. Trata-se de extraterritorialidade incondicionada, de acordo com o que dispõe o art. 7º, I, a e §1º do Código Penal que dispõe: “Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: c) contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

QUESTÃO 67. De acordo com a teoria geral da pena, assinale a opção correta sob a ótica das teorias que discutem as finalidades da pena.

a) De acordo com a teoria absoluta a pena deve ser aplicada exclusivamente como meio de ressocialização desconsiderando-se o desvalor da ação praticada.

b) Segundo a teoria mista, a pena deve cumprir finalidades políticas e ideológicas de controle social, independentemente de parâmetros de justiça penal individual.

c) Consoante a teoria relativa da pena, sob a vertente da prevenção geral positiva, a pena é instrumento de comunicação normativa e fortalecimento da confiança no direito.

d) A fundamentação da sanção penal no ordenamento jurídico brasileiro repousa exclusivamente na ideia de reprovação da conduta delitiva, que expressa um juízo de censura baseado na culpabilidade do agente, de modo a legitimar a pena como resposta autônoma ao injusto penal.

e) A teoria da prevenção especial positiva visa à intimidação do agente, buscando evitar a reincidência pela imposição do sofrimento carcerário.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema teoria geral da pena.

A alternativa A está incorreta. A teoria absoluta busca a retribuição, defende que a pena é um fim em si mesma, uma retribuição pelo mal injusto causado. Seu foco é a justa retribuição (olhar para o passado), a compensação do crime, e não a ressocialização do agente (olhar para o futuro);

A alternativa B está incorreta. A teoria mista mescla os aspectos da retribuição (justa medida) e da prevenção (objetivos futuros, como ressocialização e intimidação). Embora reconheça o controle social, ela não desconsidera os parâmetros de justiça penal individual (como a culpabilidade e a gravidade do ato), que servem como limite máximo para a pena, garantindo a proporcionalidade e a justiça no caso concreto.

A alternativa C está incorreta. De fato é a ideia trazida por Jakobs. A Prevenção Geral Positiva (ou integradora) sustenta que a pena serve para reafirmar a vigência da norma e restabelecer a confiança da comunidade na força do ordenamento jurídico, demonstrando que o Direito é cumprido (comunicação normativa).

A alternativa D está incorreta. A ideia de culpabilidade, com base no art 59 do CP, adota a Teoria Mista (ou Unificadora). A pena visa a reprovação e a prevenção do crime. Portanto, a reprovação não é o único fundamento, mas sim um dos elementos (o aspecto retributivo e limitador da pena).

A alternativa E está incorreta. A teoria especial positiva tem como foco a ressocialização, reeducação e reintegração do condenado.

QUESTÃO 68. Um cidadão brasileiro residente na Itália foi condenado naquele país pela prática de crime contra a vida. Cumpriu 10 anos de medida de segurança de internação em hospital psiquiátrico italiano, em razão de doença mental superveniente. Após retornar ao Brasil, foi instaurada ação penal por crime de homicídio praticado anteriormente no território nacional e, tendo sido reconhecida sua inimputabilidade ao tempo do fato, foi-lhe aplicada medida de segurança de internação, com prazo mínimo de 3 anos. A defesa requereu o computo do tempo de internação cumprido na Itália para fins de detração da medida aplicada no Brasil. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta à luz do disposto no Código Penal (CP) e da jurisprudência dos tribunais superiores.

a) O tempo de internação cumprido na Itália deve ser computado na medida de segurança aplicada no Brasil, em razão da detração penal expressamente prevista no CP brasileiro, que se estende tanto à pena privativa de liberdade quanto à medida de segurança.

b) O tempo cumprido no exterior só poderá ser computado se reconhecida a identidade absoluta entre o delito julgado na Itália e aquele processado no Brasil, aplicando-se por analogia o art. 8.º do CP.

c) O tempo de internação cumprido no exterior só poderá ser computado se houver identidade entre os regimes jurídicos de execução da medida de segurança no Brasil e na Itália, pois a detração exige equivalência normativa absoluta.

d) O tempo cumprido no exterior jamais pode ser computado, porque a medida de segurança tem natureza eminentemente terapêutica, incompatível com a ideia de detração.

e) A detração prevista no CP somente se aplica ao tempo de prisão provisória, administrativa ou de internação cumprido em território nacional, não sendo possível o aproveitamento do período executado no exterior.

Comentários

A alternativa certa é a **letra A**. A questão trata do tema detração.

A alternativa A está correta. Conforme o art. 42 do CP, a detração se aplica à medida de segurança, e o dispositivo permite o cômputo de tempo de privação de liberdade cumprido no estrangeiro. Por uma interpretação teleológica e sistemática, a detração deve alcançar a medida de segurança cumprida no exterior para evitar dupla sanção;

A alternativa B está incorreta. A detração não exige identidade de crimes, conforme dispõe o CP: “Art. 42 - Computam-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, o de prisão administrativa e o de internação em qualquer dos estabelecimentos referidos no artigo anterior.”;

A alternativa C está incorreta. O Código Penal exige apenas que o tempo seja de internação ou prisão. Não há exigência de "equivalência normativa absoluta" entre os regimes jurídicos;

A alternativa D está incorreta. Aplica-se o instituto também em relação às medidas de segurança, conforme prevê expressamente o art 42 do Código Penal: "Computam-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, o de prisão administrativa e o de internação em qualquer dos estabelecimentos referidos no artigo anterior.";

A alternativa E está incorreta. Contraria o previsto no art 42 do Código Penal: "Computam-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, o de prisão administrativa e o de internação em qualquer dos estabelecimentos referidos no artigo anterior.";

QUESTÃO 69. Prefeito municipal ordenou operação de crédito sem autorização legislativa (CP, art. 359-A) e, após o devido processo legal, foi condenado a 1 ano e 6 meses de reclusão, tendo-lhe sido aplicada a agravante da reincidência em virtude de condenação anterior por crime diverso. Com base nessa situação hipotética e no disposto no CP, assinale a opção correta.

a) É possível a suspensão condicional da pena (CP, art. 77) por até 4 anos, já que o quantum da pena não excede 2 anos.

b) É inaplicável o efeito secundário da condenação relativo à perda do cargo ou inabilitação previsto no art. 92 do CP, por haver previsão e consequências específicas.

c) O regime inicial deverá ser obrigatoriamente aberto, pois se trata de crime funcional próprio, ainda que o réu seja reincidente.

d) A pena de multa é substitutiva obrigatória, pois todos os crimes contra as finanças públicas são sancionados cumulativamente com multa.

e) A pena privativa de liberdade poderá ser substituída por duas restritivas de direitos, apesar da reincidência, desde que a medida seja socialmente recomendável.

Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata do tema cumprimento da pena.

A alternativa A está incorreta. Embora a pena (1 ano e 6 meses) não exceda 2 anos, o réu é reincidente. Nesses casos, o *sursis* especial só é cabível se a pena não exceder 1 ano (CP, art. 77, § 1º). Como a pena aplicada é de 1 ano e 6 meses, a suspensão condicional da pena é incabível;

A alternativa B está incorreta. A perda do cargo é um efeito secundário automático da condenação quando o crime é praticado com abuso de poder ou violação de dever com a Administração Pública e a pena privativa de liberdade imposta é igual ou superior a 1 ano: Art. 92: "São também efeitos da condenação: I - a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo: a) quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou

violação de dever para com a Administração Pública; b) quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos nos demais casos.”. Como a pena é de 1 ano e 6 meses, o juiz deve declarar a perda do cargo na sentença

A alternativa C está incorreta. A pena é inferior a 4 anos (1 ano e 6 meses), o que em tese permitiria o regime aberto. No entanto, o réu é reincidente. O réu reincidente condenado à pena igual ou inferior a 4 anos, se as circunstâncias judiciais forem favoráveis, deve iniciar o cumprimento no regime semiaberto, conforme Súmula 269 do STJ: “É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.”.

A alternativa D está incorreta. Os crimes contra as finanças públicas previstos no CP são punidos sem cominação cumulativa de multa. A pena de multa pode ser utilizada como substituta da pena privativa de liberdade, mas não é cumulativa e nem substitutiva obrigatória.

A alternativa E está correta. Nestes casos, o CP permite a substituição, desde que a medida seja "socialmente recomendável" e não se trate de reincidência específica, conforme dispõe o art 44 § 3º: “Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.” Ressaltando-se que no caso de pena superior a 1 ano, a substituição deve ser por duas penas restritivas de direitos ou uma restritiva e multa (CP, Art. 44, § 2º).

QUESTÃO 70. Acerca do instituto do livramento condicional, assinale a opção correta.

a) O requisito subjetivo atinente ao bom comportamento carcerário para fins de obtenção do livramento condicional deve ser aferido nos 12 meses anteriores à decisão.

b) É possível, segundo previsão legal, a concessão de livramento condicional ao condenado reincidente por crime doloso a 8 meses de reclusão em regime inicial fechado, após o cumprimento de 4 meses de reclusão.

c) Deve ser descontado da pena o tempo em que o condenado esteve solto caso ocorra a revogação do livramento condicional decorrente de condenação por outro crime anterior àquele benefício.

d) O juiz deverá revogar o livramento condicional caso o liberado seja condenado, irrecorrivelmente, por crime, ainda que a pena imposta não seja privativa de liberdade.

e) Caso o condenado que esteja em cumprimento de livramento condicional seja processado pelo cometimento de outro delito na constância do benefício, o período de prova será automaticamente suspenso, independentemente de decisão judicial, não sendo possível a extinção da punibilidade pelo fim do período de prova.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema livramento condicional.

A alternativa A está incorreta. Para o livramento condicional, o CP exige apenas "bom comportamento durante a execução da pena", sem limitação temporal de 12 meses. Dispõe o Art. 83: "O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que: III - comprovado: a) bom comportamento durante a execução da pena; b) não cometimento de falta grave nos últimos 12 (doze) meses; c) bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído; e d) aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto; IV - tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração; V - cumpridos mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza;

A alternativa B está incorreta. Um dos requisitos objetivos do livramento condicional é o quantum da pena cumprida. O condenado reincidente em crime doloso deve cumprir mais da metade da pena Art. 83: "O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que: I - cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.";

A alternativa C está correta. Conforme dispõe o Art. 86 do CP: "Revoga-se o livramento, se o liberado vem a ser condenado a pena privativa de liberdade, em sentença irrecorrível: I - por crime cometido durante a vigência do benefício; II - por crime anterior, observado o disposto no art. 84 deste Código. Art. 87 - O juiz poderá, também, revogar o livramento, se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, ou for irrecorrivelmente condenado, por crime ou contravenção, a pena que não seja privativa de liberdade.";

A alternativa D está incorreta. Trata - se de revogação facultativa, prevista no art. 87 do CP: "Art. 87 - O juiz poderá, também, revogar o livramento, se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, ou for irrecorrivelmente condenado, por crime ou contravenção, a pena que não seja privativa de liberdade.";

A alternativa E está incorreta. De acordo com o CP no Art. 89 : "O juiz não poderá declarar extinta a pena, enquanto não passar em julgado a sentença em processo a que responde o liberado, por crime cometido na vigência do livramento.". Se não houver a revogação, haverá a extinção, conforme prevê o Art. 90: "Se até o seu término o livramento não é revogado, considera-se extinta a pena privativa de liberdade.".

QUESTÃO 71. Durante o julgamento de recurso especial em matéria penal no STJ, uma das turmas contava, excepcionalmente, com apenas quatro ministros presentes, em razão de licença médica de um de seus integrantes. Após a sustentação oral, o julgamento terminou com empate de dois votos a dois quanto ao provimento do recurso.

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto na Lei n.º 8.038/1990, com a redação dada pela Lei n.º 14.836/2024,

a) o julgamento deve ser adiado até o retorno do ministro ausente, para a garantia da formação de quórum completo e observância da maioria absoluta.

b) o empate não modifica o resultado do julgamento, devendo o processo retornar para nova inclusão em pauta após a recomposição do colegiado.

c) o empate deve ser resolvido mediante convocação de ministro substituto, a fim de que a decisão seja tomada pela maioria absoluta de membros da turma.

d) o empate só gera resultado favorável ao réu quando se tratar de habeas corpus originário ou recursal, não se aplicando aos recursos de natureza criminal.

e) o empate implica a proclamação imediata da decisão mais favorável ao indivíduo imputado, ainda que o julgamento tenha ocorrido com composição incompleta do colegiado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre recurso especial.

As alternativas A está incorreta. Errado, o julgamento não deverá ser julgado, devendo ser proferido o julgamento. O dispositivo legal expressamente permite que o resultado seja proclamado de imediato, ainda que o julgamento tenha ocorrido sem a totalidade dos integrantes do colegiado (art. 41-A da Lei 8.038/90). Veja o gabarito da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Pelo mesmo fundamento da alternativa A. O empate, em matéria penal, modifica o resultado e o julgamento é proclamado de imediato. Não há necessidade de reinclusão em pauta (art. 41-A da Lei 8.038/90). Veja o gabarito da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Conforme explica o professor Leonardo Tavares, não é caso de convocação de ministro substituto. A lei não exige a convocação de substituto neste caso específico; o resultado mais favorável ao imputado é proclamado imediatamente.

A alternativa D está incorreta. Não se limita ao habeas corpus. Art. 41-A, Parágrafo único, é claro ao aplicar a regra do resultado mais favorável ao réu, o que inclui recursos especiais criminais.

A alternativa E está correta. Conforme assim explica o professor Leonardo Tavares, havendo empate, implicará na proclamação imediata da decisão mais favorável ao indivíduo imputado, ainda que o julgamento tenha ocorrido com composição incompleta do colegiado, vejamos o disposto no art. 41-A da Lei 8.038/90: “Art. 41-A. A decisão de Turma, no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, será tomada pelo voto da maioria absoluta de seus membros. Parágrafo único. Em todos os julgamentos em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados, havendo empate, prevalecerá a decisão mais favorável ao indivíduo imputado, proclamando-se de imediato esse resultado, ainda que, nas hipóteses de vaga aberta a ser preenchida, de impedimento, de suspeição ou de ausência, tenha sido o julgamento tomado sem a totalidade dos integrantes do colegiado. (Redação dada pela Lei nº 14.836, de 2024).”

QUESTÃO 72. Durante investigação criminal por crime de estelionato, a autoridade policial apreendeu diversos objetos de valor que estavam em poder de Carlos, terceiro não indiciado no

inquérito. Concluída a investigação, o advogado de Carlos requereu a restituição dos bens apreendidos, sob a alegação de boa-fé na aquisição.

O juiz, diante da dúvida sobre o direito de propriedade e da existência de indícios de que os bens foram adquiridos com proventos da infração, determinou a autuação do pedido em apartado e abriu prazo às partes para a comprovação de seus direitos. Considerando a situação hipotética apresentada e o disposto no Código de Processo Penal (CPP), assinale a opção correta.

a) o incidente de restituição deve ser processado nos próprios autos, cabendo ao juiz decidir após manifestação do Ministério Público.

b) Mesmo em caso de dúvida sobre a propriedade, a restituição é possível se o bem não mais interessar ao processo, aplicando-se o princípio da utilidade da prova.

c) Havendo dúvida quanto ao direito de propriedade, o pedido de restituição deve ser autuado em apartado, e apenas o juiz criminal tem competência para decidir o incidente.

d) Os bens apreendidos somente poderão ser restituídos após o trânsito em julgado da sentença final, ainda que não interessem mais ao processo.

e) A restituição poderia ter sido determinada de plano pela autoridade policial, ainda que houvesse dúvida sobre o direito do reclamante, desde que este assinasse termo de responsabilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a restituição.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, será em autos apartados (art. 120, §§1º e 2º do CPP).

A alternativa B está incorreta. Em caso de dúvida, não será possível.

A alternativa C está correta. A alternativa está em consonância com o art. 120, §§1º e 2º do CPP. Vejamos: “Art. 120. A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante. § 1 Se duvidoso esse direito, o pedido de restituição autuar-se-á em apartado, assinando-se ao requerente o prazo de 5 (cinco) dias para a prova. Em tal caso, só o juiz criminal poderá decidir o incidente. § 2 O incidente autuar-se-á também em apartado e só a autoridade judicial o resolverá, se as coisas forem apreendidas em poder de terceiro de boa-fé, que será intimado para alegar e provar o seu direito, em prazo igual e sucessivo ao do reclamante, tendo um e outro dois dias para arrazoar.”

A alternativa D está incorreta. Poderá ser restituído, conforme o art. 118 do CPP.

A alternativa E está incorreta. Em caso de dúvida, somente o juiz poderá decidir e em procedimento em apartado.

QUESTÃO 73. Com base no disposto no CPP acerca das citações e intimações, assinale a opção correta.

- a) A citação com hora certa poderá ser realizada quando o oficial de justiça verificar que o réu não é encontrado por motivo de força maior, como guerra ou epidemia, sendo desnecessária a nomeação de defensor dativo.
- b) O acusado citado por edital que não comparecer nem constituir advogado será julgado à revelia, prosseguindo-se normalmente o processo até a sentença final.
- c) O processo penal só se forma validamente após o recebimento da denúncia, sendo a citação ato de mera comunicação ao acusado.
- d) A citação por edital é cabível quando o réu não for encontrado, devendo o juiz fixar prazo entre 15 e 90 dias, conforme as circunstâncias, e observar a publicação e a afixação do edital, sob pena de nulidade.
- e) Caso o acusado se oculte para não ser citado, será realizada citação com hora certa e, completada a citação, se ele não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre citações e intimações.

A alternativa A está incorreta. Citação com hora certa é quando o sujeito se oculta, não sendo cabíveis em tais situações extraordinárias, nos moldes do art. 362 do CPP: “Art. 362. Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.”

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 366 do CPP, a citação por edital será a outra hipótese de citação e o processo seguirá suspenso. Vejamos: “Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.”

A alternativa C está incorreta. Dá-se início com o recebimento da denúncia, sendo a citação mero ato de comunicação ao acusado.

A alternativa D está incorreta. Prevalece prazo de 15 dias para a citação por edital, nos termos do art. 361 do CPP. Vejamos: “Art. 361. Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 15 (quinze) dias. (...) Art. 364. No caso do artigo anterior, no I, o prazo será fixado pelo juiz entre 15 (quinze) e 90 (noventa) dias, de acordo com as circunstâncias, e, no caso de no II, o prazo será de trinta dias.”

Art. 365. Parágrafo único. O edital será afixado à porta do edifício onde funcionar o juízo e será publicado pela imprensa, onde houver, devendo a afixação ser certificada pelo oficial que a tiver feito e

a publicação provada por exemplar do jornal ou certidão do escrivão, da qual conste a página do jornal com a data da publicação.”

A alternativa E está incorreta. A alternativa está em consonância ao art. 362 do CPP: “Art. 362. Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. Parágrafo único. Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.”

QUESTÃO 74. Assinale a opção correta a respeito da infiltração de agentes de polícia, de acordo com o disposto na Lei n.º 12.850/2013.

a) A infiltração de agentes poderá ser determinada de ofício pelo juiz, desde que haja urgência e se demonstre que a prova não pode ser produzida por outros meios disponíveis.

b) A identidade do policial infiltrado não poderá ser alterada, sob pena de nulidade da prova obtida, ainda que a alteração tenha sido determinada por decisão judicial sigilosa.

c) A infiltração de agentes de polícia depende de autorização judicial prévia, circunstanciada, motivada e sigilosa, sendo admitida apenas quando a prova não puder ser obtida por outros meios.

d) O prazo para a infiltração de agentes virtuais, operação que deve ser autorizada judicialmente, é de até 6 meses, sendo vedada qualquer renovação ou prorrogação.

e) A operação de infiltração pode ser deflagrada sem prévia autorização judicial, desde que o Ministério Público comunique-a ao juiz em até 24 horas, assegurado o sigilo da operação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre infiltração de agentes.

A alternativa A está incorreta. Não cabe infiltração de agentes determinada de ofício pelo juiz, exigindo-se requerimento, conforme o art. 10: “Art. 10. A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.”

A alternativa B está incorreta. Trat-se de direito do agente infiltrado, vejamos: “Art. 14. São direitos do agente: II - ter sua identidade alterada, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 9º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, bem como usufruir das medidas de proteção a testemunhas;”

A alternativa C está correta. A alternativa está em consonância ao art. 10, §2º: “Lei 12.850/13. Art. 10. A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização

judicial, que estabelecerá seus limites. § 2º Será admitida a infiltração se houver indícios de infração penal de que trata o art. 1º e se a prova não puder ser produzida por outros meios disponíveis.”

A alternativa D está incorreta. Em caso de necessidade, poderá ser prorrogada, conforme autoriza o §3º, do art. 10, da Lei 12.850/13: “Art. 10. § 3º A infiltração será autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada sua necessidade.”

A alternativa E está incorreta. Trata-se de cláusula de reserva de jurisdição, exigindo, portanto, decisão judicial, conforme estabelece o art. 10 da 12.850/2013.

QUESTÃO 75. No que concerne aos aspectos processuais do recurso de agravo em execução, assinale a opção correta.

a) O agravo em execução possui, como regra, efeito apenas devolutivo, aplicando-se-lhe subsidiariamente o procedimento do recurso em sentido estrito previsto no CPP.

b) O agravo em execução é cabível exclusivamente contra decisões terminativas do processo de execução, não alcançando as interlocutórias proferidas pelo juiz da execução penal.

c) O prazo para interposição do agravo em execução é de dez dias, contado da ciência da decisão, conforme previsão expressa da Lei de Execução Penal.

d) O agravo em execução segue o procedimento do agravo de instrumento previsto no CPC e deve ser interposto no prazo de 15 dias, com efeito suspensivo automático.

e) O agravo em execução deve ser interposto diretamente perante o tribunal competente mediante petição dirigida ao relator, dispensando-se a retratação pelo juiz da execução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre agravo em execução.

A alternativa A está correta. A alternativa está em consonância ao art. 197 da LEP: “Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.”. Aplica-se, analogicamente, o procedimento do RESE, conforme o art. 581 do CPP. Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença: [...]” Não obstante, conforme a jurisprudência do STF: “Súmula 700/STF - É de cinco dias o prazo para interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal.”

A alternativa B está incorreta. Alcança as decisões interlocutórias, indistintamente. Veja o comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. O prazo de interposição é de 05 dias, conforme a Súmula 700 do STF. Veja o comentário da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Segue o rito do RESE (art. 581, CPP). Veja o comentário da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Não, será interposto ao juízo de primeiro grau, pois, conforme sinalizamos no gabarito da alternativa A, seguirá o rito do Recurso em Sentido Estrito (art. 581, CPP).

QUESTÃO 76. No que se refere às disposições do Código Comercial de 1850 em face da edição do Código Civil de 2002, assinale a opção correta.

- a) O Código Comercial de 1850 foi totalmente revogado pelo Código Civil de 2002.**
- b) O Código Comercial de 1850 foi parcialmente revogado, tendo sido preservada a sua primeira parte, que trata da compra e venda mercantil.**
- c) O Código Comercial de 1850 foi parcialmente revogado, tendo sido preservados os dispositivos referentes ao comércio marítimo.**
- d) O Código Comercial de 1850 permanece vigente em sua integridade.**
- e) Tal como o Código Civil de 2002, o Código Comercial de 1850 baseava-se na teoria da empresa.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o Código Comercial de 1850.

A alternativa A está incorreta. O Código Comercial (Lei nº 556, de 25 de junho de 1850) foi revogado apenas parcialmente pelo Código Civil. O Art. 2.045 do Código Civil apenas revogou a parte primeira do Código Comercial: “Art. 2.045. Revogam-se a Lei n o 3.071, de 1 o de janeiro de 1916 - Código Civil e a Parte Primeira do Código Comercial, Lei n 556, de 25 de junho de 1850.”. Portanto, a segunda parte (que trata do Comércio Marítimo) do Código Comercial de 1850 continua vigente.

A alternativa B está incorreta. Justamente a primeira parte é que foi revogada pelo Código Civil, conforme art. 2.045: “Art. 2.045. Revogam-se a Lei n o 3.071, de 1 o de janeiro de 1916 - Código Civil e a Parte Primeira do Código Comercial, Lei n 556, de 25 de junho de 1850.”.

A alternativa C está correta. Como visto no comentário da Letra A, o Código Comercial foi parcialmente revogado, mantendo-se vigentes até hoje os dispositivos referentes ao comércio marítimo, conforme art. 2.045 do Código Civil: “Art. 2.045. Revogam-se a Lei n o 3.071, de 1 o de janeiro de 1916 - Código Civil e a Parte Primeira do Código Comercial, Lei n 556, de 25 de junho de 1850.”.

A alternativa D está incorreta. A Primeira Parte foi revogada. A Segunda Parte (Comércio Marítimo) continua vigente, vide comentários das Letras A e C.

A alternativa E está incorreta. Pelo contrário. O Código Comercial de 1850 adotada a teoria dos atos de comércio, por influência direta do Código Comercial Francês (Código Napoleônico). Foi com o Regulamento 737 de 1850 que foram definidos os atos de comércio no Brasil. O Código Civil rompe com o paradigma anterior e adota a teoria da empresa expressamente no seu Livro II – Do Direito de Empresa (art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços.”).

QUESTÃO 77. Assinale a opção em que é corretamente citado o princípio do direito empresarial que se desdobra em condições fundamentais para o funcionamento eficiente de modo de produção capitalista.

- a) liberdade de concorrência.**
- b) liberdade da responsabilidade dos sócios.**
- c) liberdade de iniciativa.**
- d) garantia e defesa da propriedade privada.**
- e) preservação da empresa.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre princípios do direito empresarial.

A alternativa A está incorreta. A livre concorrência pode ser considerada um instrumento “para se atingir a tão almejada justiça social, dando à livre-iniciativa os contornos decorrentes da função social da propriedade” (TOMAZETTE, Marlon, Curso de direito empresarial, volume 1. 16. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025, p. 1210). Não se confunde com a liberdade de iniciativa, que está prevista inclusive como um dos fundamentos da República (CF, art. 1º, IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa).

A alternativa B está incorreta. A responsabilidade dos sócios não pode ser considerada um princípio, mas uma regra que a depender do tipo societário terá certas peculiaridades (responsabilidade de forma ilimitada ou limitada). Portanto, não pode ser considerada como a alternativa correta.

A alternativa C está correta. Fábio Ulhoa Coelho estabelece que é o princípio da livre-iniciativa que se desdobra em quatro condições fundamentais para que exista o funcionamento eficiente do modo de produção capitalista: “o princípio da livre-iniciativa se desdobra em quatro condições fundamentais para o funcionamento eficiente do modo de produção capitalista: (i) imprescindibilidade da empresa privada para que a sociedade tenha acesso aos bens e serviços de que necessita para sobreviver; (ii) busca do lucro como principal motivação dos empresários; (iii) necessidade jurídica de proteção do investimento privado; (iv) reconhecimento da empresa privada como polo gerador de empregos e de riquezas para a sociedade.” (COELHO, Fábio Ulhoa. Princípios do direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 27-34).

A alternativa D está incorreta. Como visto no comentário da Letra C, o enunciado traz expressamente a definição do princípio da livre-iniciativa, nos moldes explicados por Fábio Ulhoa Coelho, razão pela qual, a garantia e defesa da propriedade privada não se encaixa nesse conceito.

A alternativa E está incorreta. A preservação da empresa pode ser conceituada como o “o fundamento utilizado para a decisão de permitir a continuidade da atividade empresarial na ocorrência de perda do requisito pluralidade de sócios, pelo desaparecimento da *affectio societatis* ou falecimento de sócio” (Negrão, Ricardo. Preservação da empresa. São Paulo: Saraiva Educação, 2019). Portanto, não se confunde com a definição dada pelo enunciado.

QUESTÃO 78. A respeito do empresário e de sua responsabilidade, assinale a opção correta.

- a) Os sócios administradores de uma sociedade empresária são considerados empresários.**
- b) Em nenhuma hipótese os bens pessoais dos sócios nas sociedades de responsabilidade limitada responderão pelas dívidas empresariais.**
- c) O conceito de empresário restringe o exercício da atividade econômica à pessoa física.**
- d) A responsabilidade social do empresário individual é direta, porém limitada ao valor integralizado do capital societário.**
- e) A responsabilidade do sócio de uma sociedade empresária é subsidiária, e até mesmo limitada, conforme o tipo societário utilizado.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o empresário e sua responsabilidade.

A alternativa A está incorreta. Sócio não é empresário. Segundo o art. 966, empresário é “quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.”.

A alternativa B está incorreta. A desconsideração da personalidade jurídica permite alcançar os bens pessoais dos sócios nas sociedades de responsabilidade limitada, portanto, a alternativa está incorreta. CC. “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.”.

A alternativa C está incorreta. Empresário será tanto os empresários individuais (pessoas físicas) como as diversas formas de sociedades empresárias (pessoas jurídicas).

A alternativa D está incorreta. A responsabilidade social dos empresários individuais é direta e ilimitada. Seu patrimônio pessoal está vinculado à atividade empresarial.

A alternativa E está correta. Sim, de acordo com o art. 1024, do CC, os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais, o que estabelece como correta a premissa de que a responsabilidade do sócio de uma sociedade empresária é subsidiária. Ademais, é nítida a correção da segunda premissa, eis que diversos tipos societários podem acarretar a limitação da responsabilidade dos sócios (Ltda, SA). “CC. Art. 1.024. Os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais.”

QUESTÃO 79. Em relação à capacidade e aos impedimentos para exercer a atividade empresarial, assinale a opção correta.

a) Militares da ativa não ocupantes de patentes de oficiais podem exercer atividade de administração e ser acionistas e(ou) cotistas de empresa.

b) Leiloeiro devidamente registrado na junta comercial poderá constituir sociedade de qualquer espécie ou denominação.

c) Aquele que exerce atividade rural é equiparado a empresário, independentemente de inscrição no registro público de empresas mercantis.

d) Pessoas condenadas, ainda que temporariamente, a penas que impeçam o acesso a cargos públicos estão impedidas de exercer administração de sociedades empresárias, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

e) Cônjuges são impedidos de constituir sociedade empresarial entre si, independentemente do regime de casamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre atividade empresarial.

A alternativa A está incorreta. Os militares em serviço ativo são proibidos de atuar como empresários individuais ou gestores de sociedades empresárias, conforme art. 29 da Lei nº 6.880/1980: “Art. 29. Ao militar da ativa é vedado comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada.”.

A alternativa B está incorreta. São impedidos de exercer atividade empresarial os leiloeiros, conforme art. 36 do Decreto n. 21.981/1932: “Art. 36. É proibido ao leiloeiro: a) sob pena de destituição: 1º, exercer o comércio direta ou indiretamente no seu ou alheio nome; 2º, constituir sociedade de qualquer espécie ou denominação.”

A alternativa C está incorreta. A lei assegura tratamento diferenciado ao empresário rural, portanto, não é “equiparado a empresário”. Caso a atividade rural seja a principal profissão, este poderá requerer a inscrição para ficar equiparado ao empresário, nos termos do art. 971 do Código Civil. “Art. 970. A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes. Art. 971. O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.”

A alternativa D está correta. Realmente, o art. 1.011, parágrafo 1º, do CC, estabelece que não podem ser administradores, além das pessoas impedidas por lei especial, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação. CC. “Art. 1.011. O administrador da sociedade deverá ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios. §1º Não podem ser

administradores, além das pessoas impedidas por lei especial, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação. §2º Aplicam-se à atividade dos administradores, no que couber, as disposições concernentes ao mandato.”.

A alternativa E está incorreta. É possível que cônjuges contratem sociedade entre si, porém, depende do regime de casamento, uma vez que se for o da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória, não poderão contratar sociedade entre si. CC. “Art. 977. Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.”.

QUESTÃO 80. Assinale a opção correta em relação ao empresário individual.

a) Os riscos da sociedade são suportados pelo empresário individual, limitados ao valor do seu capital, não alcançando seus bens pessoais.

b) O cadastro do empresário individual é o seu CPF, não havendo, portanto, emissão de CNPJ para o empresário individual.

c) As atividades de empresário individual podem ser exercidas por servidor público desde que sejam compatíveis com o cargo por ele ocupado.

d) Os bens destinados pelo empresário individual à exploração de sua atividade não respondem por suas dívidas pessoais.

e) Os bens do empresário individual respondem pelas dívidas comerciais que esse empresário contrair no exercício de suas atividades.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre empresário individual.

A alternativa A está incorreta. Não há responsabilidade limitada do empresário individual, este responde com a integralidade do seu patrimônio pessoal, inclusive por dívidas pessoais. STJ – REsp nº 594.832/RO - “Empresário individual é a própria pessoa física ou natural, respondendo os seus bens pelas obrigações que assumiu, quer civis quer comerciais.”. Rubens Requião estabelece que “o comerciante singular, vale dizer, o empresário individual, é a própria pessoa física ou natural, respondendo os seus bens pelas obrigações que assumiu, quer sejam civis, quer comerciais. A transformação da firma individual em pessoa jurídica é uma ficção de Direito Tributário, somente para efeito de imposto de renda” (“Curso de Direito Comercial”, Saraiva, 1975, v. 40, p. 55).

A alternativa B está incorreta. O cadastro não será seu CPF, haverá a emissão de CNPJ por ficção legal. CC. “Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.”.

A alternativa C está incorreta. Servidor público está proibido de participar de gerência ou administração de sociedade privada, salvo na qualidade de sócio, quotista ou comanditário. No caso de empresário individual, a própria pessoa física é o administrador da empresa. Lei 8.112. Art. 117. Ao servidor é proibido: X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário”.

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, todo o patrimônio pessoal e comercial se confunde na figura do empresário individual, portanto, é possível sim que seus bens comerciais respondam por dívidas pessoais. STJ – REsp nº 594.832/RO - “Empresário individual é a própria pessoa física ou natural, respondendo os seus bens pelas obrigações que assumiu, quer civis quer comerciais.”.

A alternativa E está correta. Sim, os bens do empresário individual responderão de forma direta e pessoal, mesmo se tratando de dívidas comerciais. STJ – REsp nº 594.832/RO - “Empresário individual é a própria pessoa física ou natural, respondendo os seus bens pelas obrigações que assumiu, quer civis quer comerciais.”.

QUESTÃO 81. No que diz respeito à inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis, assinale a opção correta.

a) A inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis de sua sede o isenta da inscrição de filial em jurisdição de outro registro público.

b) A inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis da respectiva sede é requisito para sua caracterização como empresário.

c) O empresário individual, ao solicitar sua inscrição no registro público de empresas mercantis, está dispensado de informar o capital social ainda pendente de integralização.

d) O empresário que exerça atividade rural como sua principal profissão pode requerer sua inscrição no registro público de empresas mercantis da respectiva sede.

e) A inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis deve ser efetivada concomitantemente ao início de suas atividades empresariais, sob pena de caracterizar-se o exercício irregular da empresa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre inscrição do empresário.

A alternativa A está incorreta. A inscrição da sua sede não o isenta da inscrição da filial, nos termos o art. 969 do Código Civil: “Art. 969. O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária. Parágrafo único. Em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.”.

A alternativa B está incorreta. Não é requisito para caracterizar-se como empresário. A inscrição é requisito para adquirir personalidade jurídica. CC. Art. 985. “A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos (arts. 45 e 1.150).”.

A alternativa C está incorreta. Não há essa dispensa. O art. 968 do Código Civil é claro ao estabelecer que é obrigatório constar o capital social para a inscrição do empresário: “Art. 968. A inscrição do empresário far-se-á mediante requerimento que contenha: [...] III – o capital;”.

A alternativa D está correta. É a literalidade do art. 971 do Código Civil: “Art. 971. O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.”.

A alternativa E está incorreta. A inscrição deverá ser realizada antes do início das atividades, conforme determina o art. 967 do Código Civil: “Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.”

QUESTÃO 82. À luz das disposições da Lei Complementar n.º 123/2006, acerca das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), assinale a opção correta.

a) Para se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido previsto na referida lei, as empresas de pequeno porte devem auferir, em cada ano-calendário, lucro líquido superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

b) Representante, no Brasil, de pessoa jurídica com sede no exterior não poderá beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida lei, mesmo que cumpridas as exigências previstas para tanto.

c) O cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias acessórias não é objeto das normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido previsto na referida lei.

d) Por não serem consideradas ME nem EPP, as sociedades simples não se beneficiam do tratamento diferenciado e favorecido concedido àquelas empresas pela referida lei.

e) Pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativa de crédito poderá beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre microempresas e empresas de pequeno porte.

A alternativa A está incorreta. As empresas de pequeno porte devem auferir receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, ao invés de “lucro líquido”, como indica a alternativa. Art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123/2006: “II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em

cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).”.

A alternativa B está correta. A alternativa cobrou a literalidade do art. 3º, §4º, II e XII, da Lei Complementar nº 123/2006: “§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: [...] II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior; [...] XII - que tenha filial, sucursal, agência ou representação no exterior.”.

A alternativa C está incorreta. Pelo contrário, são parte das normas gerais, conforme prevê o art. 1º, II, da LC 123/2006: “Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere: [...] II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;”.

A alternativa D está incorreta. A sociedade simples poderá se beneficiar do tratamento diferenciado, por expressa previsão no art. 3º da LC 123/2006: “Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:”.

A alternativa E está incorreta. As cooperativas, salvo as de consumo, não poderão se beneficiar do regime diferenciado, conforme prevê o art. 3º, §4º, inciso VI, da LC 123/2006: “§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: [...] VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;”.

QUESTÃO 83. No que diz respeito ao preposto do empresário e à sua atuação, assinale a opção correta.

a) A atuação culposa do preposto decorrente de imperícia acarreta sua responsabilidade solidária com o preponente.

b) Caso o empresário possua mais de um gerente, eles respondem, individual e subsidiariamente, pelos seus atos, salvo alguma estipulação expressa em sentido diverso.

c) O preposto que, sem autorização escrita, faz-se substituir no desempenho da preposição responde pessoalmente pelos atos do substituto e pelas obrigações por este contraídas.

d) Mesmo com autorização expressa, o preposto não pode concorrer direta ou indiretamente com seu preponente, devendo responder por perdas e danos caso o faça.

e) Sem autorização por escrito, o preponente não responde pelos atos relativos à atividade da empresa praticados por preposto nos seus estabelecimentos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre os prepostos.

A alternativa A está incorreta. Apenas se a atuação do preposto for dolosa é que haverá responsabilidade solidária, nos termos do art. 1.177 do Código Civil: “Parágrafo único. No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos.”.

A alternativa B está incorreta. A responsabilidade será solidária e não subsidiária, nos termos do art. 1.178 do Código Civil: “Art. 1.178. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito. Parágrafo único. Quando tais atos forem praticados fora do estabelecimento, somente obrigarão o preponente nos limites dos poderes conferidos por escrito, cujo instrumento pode ser suprido pela certidão ou cópia autêntica do seu teor.”.

A alternativa C está correta. Conforme literalidade do art. 1.169 do Código Civil: “Art. 1.169. O preposto não pode, sem autorização escrita, fazer-se substituir no desempenho da preposição, sob pena de responder pessoalmente pelos atos do substituto e pelas obrigações por ele contraídas.”.

A alternativa D está incorreta. O preposto poderá concorrer, desde que possua autorização expressa, conforme prevê o art. 1.170 do Código Civil: “Art. 1.170. O preposto, salvo autorização expressa, não pode negociar por conta própria ou de terceiro, nem participar, embora indiretamente, de operação do mesmo gênero da que lhe foi cometida, sob pena de responder por perdas e danos e de serem retidos pelo preponente os lucros da operação.”.

A alternativa E está incorreta. Pelo contrário, mesmo que não autorizados por escrito, o preponente responde pelos atos de quaisquer prepostos: CC. “Art. 1.178. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.”.

QUESTÃO 84. Acerca do nome empresarial, assinale a opção correta.

a) O nome empresarial tem a função objetiva primordial de garantir fama, renome e reputação àquele que exerce atividade empresarial.

b) A denominação exerce a função de assinatura do empresário, enquanto a firma é um elemento identificador da sociedade.

c) Nome empresarial é aquele sob o qual o empresário individual e as sociedades empresárias se obrigam nos atos decorrentes do exercício de suas atividades.

d) Firma é a espécie de nome empresarial que deve designar o objeto da empresa, podendo nela ser adotados nome civil ou qualquer outra expressão.

e) Denominação é a espécie de nome empresarial que deve conter o nome civil do empresário ou dos sócios da sociedade empresária e que pode conter o ramo de atividade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o nome empresarial.

A alternativa A está incorreta. O nome empresarial, vide comentário da Letra C, reflete o traço identificador do empresário. Assim, é o elemento que permite identificá-lo nas relações jurídicas, não guardando relação com a proteção da fama, renome ou reputação.

A alternativa B está incorreta. Marlon Tomazette define denominação como o nome empresarial que se caracteriza pela “não utilização do nome dos sócios, podendo-se usar quaisquer palavras da língua nacional ou estrangeira, sendo facultada a indicação do objeto”. Portanto, não guarda relação com a assinatura do empresário.

A alternativa C está correta. De fato, a doutrina de Marlon Tomazette estabelece que: “O nome empresarial é aquele usado pelo empresário, enquanto sujeito exercente de uma atividade empresarial, vale dizer, é o traço identificador do empresário, tanto o individual, quanto a sociedade empresária.” André Santa Cruz aduz que: “nome empresarial, que consiste, justamente, na expressão que os (empresário individual e sociedade empresária) identifica nas relações jurídicas que formalizam em decorrência do exercício da atividade empresarial.”. CC. “Art. 1.155. Considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada, de conformidade com este Capítulo, para o exercício de empresa.”.

A alternativa D está incorreta. Não pode ser utilizada “qualquer outra expressão” nas firmas. A firma é espécie de nome empresarial que é composta “por nome completo ou abreviado do titular do sócio único ou da pessoa natural que é empresária individual, acrescido facultativamente de designação mais precisa de sua pessoa ou gênero de atividade”. CC. “Art. 1.156. O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.”.

A alternativa E está incorreta. Aqui foi feita a confusão com o conceito de firma que está previsto no art. 1.156 do Código Civil: “Art. 1.156. O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.”.

QUESTÃO 85. Assinale a opção correta em relação a conceitos no direito empresarial e ao contrato de trespasse.

a) O registro do contrato de trespasse na junta comercial e sua posterior publicação na imprensa oficial são condições de eficácia perante terceiros.

b) No contrato de trespasse, diante da insuficiência de bens para solver o passivo do alienante, a eficácia da alienação dependerá do pagamento de todos os credores ou do consentimento expresso destes.

c) Estabelecimento empresarial é conceituado como o conjunto de bens materiais indispensáveis para o exercício das atividades empresariais.

d) O estabelecimento comercial ou ponto de negócio é definido como o local em que o empresário exerce suas atividades.

e) Considera-se estabelecimento da sociedade empresária o local onde se exerce a atividade empresarial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre contrato de trespasse.

A alternativa A está correta. De fato, é o que prevê o art. 1.144 do Código Civil: “Art. 1.144. O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial.”.

A alternativa B está incorreta. Permite-se o consentimento tácito em paralelo ao consentimento expresso, conforme determina o art. 1.145 do Código Civil: “Art. 1.145. Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.”.

A alternativa C está incorreta. O conceito de estabelecimento empresarial é diverso, conforme prevê o art. 1.142 do Código Civil: “Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.”.

A alternativa D está incorreta. Conforme §1º do art. 1.142 do Código Civil, estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial: “§ 1º O estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual. ”.

A alternativa E está incorreta. Como visto no comentário da Letra D, não se confunde estabelecimento com o local onde se exerce a atividade empresarial: CC. “Art. 1.142, § 1º O estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual. ”.

QUESTÃO 86. No que se refere ao direito de propriedade industrial e ao direito autoral, assinale a opção correta.

a) No direito autoral, o ato de concessão da proteção tem efeito constitutivo.

b) No direito de propriedade industrial, a proteção é conferida desde o momento da criação.

c) No direito de propriedade industrial, o ato de concessão tem efeito meramente declaratório.

d) O direito de propriedade industrial protege uma técnica – invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais e marcas -, ao passo que o direito autoral protege a obra em si.

e) No direito autoral, a proteção é assegurada a quem efetivamente buscá-la junto ao órgão competente e a obtiver antes dos demais interessados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre propriedade industrial.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário, o efeito no direito autoral será declaratório. Fábio Ulhoa Côelho: “Uma das diferenças entre o direito industrial e o autoral está relacionada à natureza do registro do objeto, ou da obra. O do primeiro é constitutivo; o da obra se destina apenas à prova da anterioridade. [...]”.

A alternativa B está incorreta. A proteção é conferida desde a criação, mas desde a concessão do registro da marca ou da patente (art. 2º, da Lei 9.279/1996: “Art. 2º A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, efetua-se mediante: I - concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade; II - concessão de registro de desenho industrial; III - concessão de registro de marca; IV - repressão às falsas indicações geográficas; e V - repressão à concorrência desleal. VI – concessão de registro para jogos eletrônicos. (Incluído pela Lei nº 14.852, de 2024)”.

A alternativa C está incorreta. O ato de concessão tem efeito constitutivo: Fábio Ulhoa Côelho: “Uma das diferenças entre o direito industrial e o autoral está relacionada à natureza do registro do objeto, ou da obra. O do primeiro é constitutivo; o da obra se destina apenas à prova da anterioridade. [...]”.

A alternativa D está correta. Rafaella de Melo Soares e Jonabio Barbosa dos Santos, ao discorrer sobre o REGIME JURÍDICO DE PROTEÇÃO À PROPRIEDADE INDUSTRIAL NO BRASIL, especificamente ao tratar da DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, aduzem que: “De início, convém esclarecer que o direito à propriedade industrial, ligado ao direito empresarial, não se confunde com o direito autoral, que se permeia ao direito civil, todavia ambos são espécies do gênero direito de propriedade intelectual. Assim, esses direitos têm em comum o fato de protegerem bens imateriais, que resultam da ação de criar da inteligência humana, motivo pelo qual são contidos no conceito maior de direito da propriedade intelectual. Por outro lado, existem importantes diferenças entre tais direitos, principalmente no que diz respeito ao sistema de proteção jurídica aplicável a cada um, pois se fundamentam em princípios distintos, a saber, o direito autoral protege a obra em si, enquanto o direito de propriedade industrial protege uma técnica. Sobre as diferenças entre o direito industrial e o autoral, Fábio Ulhoa Côelho: “Uma das diferenças entre o direito industrial e o autoral está relacionada à natureza do registro do objeto, ou da obra. O do primeiro é constitutivo; o da obra se destina apenas à prova da anterioridade. [...] A segunda diferença [...] está relacionada à extensão da tutela jurídica. Enquanto o primeiro protege a própria ideia inventiva, o segundo cuida apenas da forma em que a ideia se exterioriza.”

A alternativa E está incorreta. A proteção no direito autoral é desde sua criação, apenas declarando-se a proteção. Fábio Ulhoa Côelho: “Uma das diferenças entre o direito industrial e o autoral está relacionada à natureza do registro do objeto, ou da obra. O do primeiro é constitutivo; o da obra se destina apenas à prova da anterioridade. [...] A segunda diferença [...] está relacionada à extensão da

tutela jurídica. Enquanto o primeiro protege a própria ideia inventiva, o segundo cuida apenas da forma em que a ideia se exterioriza".

QUESTÃO 87. Assinale a opção em que é apresentado o requisito de patenteabilidade relacionado à afirmativa de que o direito de propriedade industrial não confere proteção a inventos inúteis.

a) atividade inventiva.

b) desimpedimento.

c) aplicação industrial.

d) licitude.

e) novidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre propriedade industrial.

A alternativa C está correta. Conforme ensinamento do Prof. André Luís Santa Cruz Ramos: "Portanto, se alguém cria algo novo, mas que não pode ser produzido industrialmente, ou seja, que não pode ser objeto de aplicação industrial, a respectiva criação não poderá ser patenteada. Em síntese: o direito de propriedade industrial não confere proteção a inventos inúteis."

As alternativas A, B, D e E estão automaticamente incorretas.

QUESTÃO 88. A respeito da concessão, vigência e proteção da patente, assinale a opção correta.

a) Expirados os prazos de vigência das patentes de invenção e de modelo de utilidade, seu objeto cai em domínio público.

b) O titular do direito de exploração econômica exclusiva do invento patenteado não poderá impedir terceiro de importar produto obtido diretamente pelo processo patenteado.

c) Somente a partir da concessão da patente, é assegurado ao seu titular o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto.

d) Os direitos de patente assegurados ao seu titular aplicam-se a terceiro, ainda que ele, em caráter privado e sem finalidade comercial, acarrete prejuízo ao interesse econômico do titular da patente.

e) Superados os trâmites legais e concluído o exame do pedido de patente, será proferida decisão, cabendo, em caso de indeferimento do pedido, recurso ao presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), no prazo de 60 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre propriedade industrial. Há possibilidade de recurso, uma vez que a Letra E também estaria, a princípio, correta.

A alternativa A está correta. É o que está previsto no art. 78, I c/c parágrafo único, da Lei 9.279 de 14 de maio de 1996: “Art. 78. A patente extingue-se: I - pela expiração do prazo de vigência; [...] Parágrafo único. Extinta a patente, o seu objeto cai em domínio público.”.

A alternativa B está incorreta. Poderá sim impedir que terceiro importe produto obtido diretamente pelo processo patenteado, conforme dispõe o art. 42, II, da Lei 9.279/1996: “Art. 42. A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos: [...] II – processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado”.

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 44 da Lei 9.279/1996 o direito de obter indenização pela exploração indevida não é assegurado desde a concessão, mas desde a data da publicação do pedido. “Art. 44. Ao titular da patente é assegurado o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente.”.

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, no caso da alternativa, não se aplicam os direitos de patente assegurados ao seu titular, conforme determina o art. 43, I, da Lei 9.279/1996: Art. 43. O disposto no artigo anterior não se aplica: I - aos atos praticados por terceiros não autorizados, em caráter privado e sem finalidade comercial, desde que não acarretem prejuízo ao interesse econômico do titular da patente;”. “Art. 42. A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos:”.

A alternativa E está incorreta. Apesar de acreditarmos que o gabarito é a Letra A, pela literalidade da própria Lei de Propriedade Industrial, entende-se que esta alternativa também está correta (em parte). Isto porque, os recursos são protocolados no prazo de 60 (sessenta) dias e serão decididos pelo Presidente do INPI, portanto, a petição é ao Presidente do INPI como estabelece o §3º do art. 212 da Lei 9.279/1996: “§ 3º Os recursos serão decididos pelo Presidente do INPI, encerrando-se a instância administrativa.”. Contudo, um argumento para incorreção desta alternativa seria que o recurso é recebido no “efeito suspensivo e devolutivo”, razão pela qual, pela lógica, teria que ser protocolado perante o juízo *a quo* que remeteria as razões ao Presidente para decisão. “§ 1º Os recursos serão recebidos nos efeitos suspensivo e devolutivo pleno, aplicando-se todos os dispositivos pertinentes ao exame de primeira instância, no que couber.”.

QUESTÃO 89. Acerca das espécies e da forma de apresentação das marcas, assinale a opção correta.

a) Marca de certificação, é usada para testar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, à natureza, ao material utilizado e à metodologia empregada.

b) Marca considerada de alto renome é aquela que goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.

c) Marcas mistas são constituídas pela forma plástica do produto, ou seja, por sua configuração física, com capacidade distintiva e dissociada de efeitos técnicos.

d) Marcas nominativas são aquelas constituídas por desenhos e símbolos ou figuras que apresentem configuração gráfica decorativa, incomum, não usual.

e) É possível o registro de sinal sonoro como marca de produto, com vistas a distinguir um produto de outro semelhante.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre propriedade industrial.

A alternativa A está correta. É a literalidade do art. 123 da Lei 9.279/1996: Art. 123. Para os efeitos desta Lei, considera-se: II - marca de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada;”.

A alternativa B está incorreta. Dependerá de registro: Lei 9.279/1996: “Art. 125. À marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade.”.

A alternativa C está incorreta. Conforme o próprio manual de marcas do INPI a Marca Mista é “o sinal constituído pela combinação de elementos nominativos e figurativos ou mesmo apenas por elementos nominativos cuja grafia se apresente sob forma fantasiosa ou estilizada.

A alternativa D está incorreta. Marca nominativa, ou verbal, “é o sinal constituído por uma ou mais palavras no sentido amplo do alfabeto romano, compreendendo, também, os neologismos e as combinações de letras e/ou algarismos romanos e/ou arábicos, desde que esses elementos não se apresentem sob forma fantasiosa ou figurativa.

A alternativa E está incorreta. A Lei 9.279/1996 não permite o registro de sons para fins de proteção de marca. “Art. 122. São suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais.”.

QUESTÃO 90. Em relação aos sujeitos ativo e passivo do processo falimentar, assinale a opção correta.

a) Os agentes econômicos que atuam em mercados regulados, a exemplo das cooperativas de crédito e consórcio, estão sujeitos ao regime falimentar instituído pela Lei n.º 11.101/2005.

b) O requerimento de autofalência é uma obrigação imposta ao devedor que, em crise econômico-financeira, julgue não atender os requisitos para pleitear sua recuperação judicial.

c) Para um credor formular o pedido de falência, exige-se que a dívida do devedor em relação a ele esteja vencida.

d) A fazenda pública tem legitimidade ou interesse de agir para requerer a falência do devedor empresário.

e) Empresa pública e sociedade de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços estão sujeitas ao regime falimentar instituído pela Lei n.º 11.101/2005.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre falência e recuperação judicial.

A alternativa A está incorreta. Não, as cooperativas de crédito e consórcio estão expressamente excluídas do regime falimentar da Lei 11.101/2005, conforme art. 2º, II: “II – instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores.”.

A alternativa B está correta. Conforme literalidade do art. 105 da Lei 11.101/2005: Art. 105. O devedor em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial deverá requerer ao juízo sua falência, expondo as razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial, acompanhadas dos seguintes documentos: (...). Aduz André Luis Santa Cruz Ramos: “Veja-se que a lei impõe ao devedor o dever de requerer a sua própria falência, determinando em seu art. 105 que “o devedor em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial deverá requerer ao juízo sua falência, expondo as razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial, acompanhadas dos seguintes documentos: (...)”

A alternativa C está incorreta. Não, a dívida não precisa estar vencida para que o pedido de falência seja formulado por credor do empresário devedor. Nesse sentido André Santa Cruz: “Ainda sobre o pedido de falência formulado por credor do empresário, há uma questão interessante: é necessário que a dívida do devedor em relação a ele esteja vencida? Parece-nos que não. 12 A obrigação do devedor em relação ao credor que pede a sua falência não precisa sequer estar vencida. Primeiro, porque o pedido de falência pode estar lastreado na prática de um dos atos de falência previstos no art. 94, III, da LRE, caso em que a demonstração inequívoca de que o devedor incidiu em uma daquelas condutas é por si só suficiente à caracterização de sua insolvência. Segundo, porque, se o devedor já está inadimplente, por exemplo, em relação a outros credores, está configurado o interesse de todos os credores – e não apenas dos que possuem títulos inadimplidos – na instauração da execução concursal. Afinal, se o devedor não está pagando seus credores de hoje, nada garante que ele pagará seus credores de amanhã. Ao contrário, tudo indica que ele não o fará.”.

A alternativa D está incorreta. A Fazenda Pública por dispor de procedimento próprio (Execução Fiscal prevista na Lei 6.380/1980) não tem legitimidade ou interesse de agir para requerer a falência do

devedor empresário. Nesse sentido: Enunciado 56 da I Jornada de Direito Comercial do CJF: “A Fazenda Pública não possui legitimidade ou interesse de agir para requerer a falência do devedor empresário”.

A alternativa E está incorreta. Não, tanto as empresas públicas como as sociedades de economia mista não podem se utilizar do regime falimentar da Lei 11.101/2005: Art. 2º Esta Lei não se aplica a: I – empresa pública e sociedade de economia mista;”. Destaca-se que o STF declarou, recentemente (17/10/2025) que esse art. 2º, I, da Lei 11.101/2005 é constitucional: A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte: “É constitucional o artigo 2º, I, da Lei 11.101/2005 quanto à inaplicabilidade do regime falimentar às empresas públicas e sociedades de economia mista, ainda que desempenhem atividades em regime de concorrência com a iniciativa privada, em razão do eminente interesse público/coletivo na sua criação e da necessidade de observância do princípio do paralelismo das formas”.

QUESTÃO 91. Assinale a opção em que é citado exemplo de patrimônio cultural e material brasileiro inscrito na lista do patrimônio mundial da humanidade organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

a) samba, patrimônio cultural brasileiro pela materialidade de suas manifestações a partir do ritmo musical, da composição da letra e da originalidade dos instrumentos musicais.

b) conjunto urbanístico do Plano Piloto de Brasília, exemplo da arquitetura moderna do século XX.

c) centro histórico de São Paulo, conjunto de bens patrimoniais culturais representado pela Catedral da Sé, pelo Mercado Municipal e pelos edifícios históricos que simbolizam a modernização do país.

d) Parque Natural dos Lençóis Maranhenses, patrimônio material e cultural por sua biodiversidade e singularidade da paisagem.

e) Parque Nacional das Cataratas do Iguaçu e Usina de Itaipu, conjunto de patrimônio internacional que envolve Brasil, Argentina e Paraguai.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre patrimônio cultural material, especificamente.

A alternativa A está incorreta. O samba é patrimônio imaterial, logo, podemos excluir essa alternativa. No ano de 2007, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) registrou as Matrizes do Samba do Rio de Janeiro (Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo) como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

A alternativa B está correta. O conjunto urbanístico do Plano Piloto de Brasília é Patrimônio Cultural Material da Humanidade pela UNESCO desde 1987, sendo o primeiro conjunto urbano do século XX.

A alternativa C está incorreta. O centro histórico de São Paulo não é patrimônio da UNESCO. Portanto, a alternativa está incorreta.

A alternativa D está incorreta. Lençóis Maranhenses é patrimônio natural, oficialmente reconhecido pela UNESCO em agosto de 2025.

A alternativa E está incorreta. As Cataratas do Iguaçu, Cataratas do Iguaçu é patrimônio natural. Já a Usina de Itaipu não é patrimônio da UNESCO. Portanto, a alternativa está incorreta.

QUESTÃO 92. Um rebanho de aproximadamente 5.000 búfalos selvagens de origem asiática distribui-se entre a reserva biológica Guaporé, a reserva extrativista Pedras Negras e a reserva de fauna Pau D'Óleo, no oeste de Rondônia.

Considerando as informações acerca do rebanho de bufalinos e sua relação ecológica com o bioma amazônico, assinale a opção correta.

a) O impacto das manadas de búfalos sobre as pastagens das áreas de várzea e mata nativa é classificado como uma relação ecológica de parasitismo, na qual os búfalos dependem da floresta para sobreviverem e a floresta depende desses animais para a dispersão de sementes e controle de vegetação.

b) A introdução dos búfalos na Amazônia causa diversos impactos ambientais, como a extinção da fauna e da flora nativas e a mudança de cursos d'água, por isso a espécie é classificada como invasora.

c) A relação ecológica estabelecida entre os búfalos e a fauna nativa de Rondônia é classificada como mutualismo, na qual as espécies introduzidas e originais se beneficiam mutuamente.

d) As manadas de búfalos abrem clareiras em ambientes alagados e na floresta de terra firme, criando espaços para que a fauna original de herbívoros se alimente em uma relação harmônica classificada como comensalismo.

e) Os búfalos, classificados como uma espécie colonizadora, típica de áreas de clima quente e úmido, de ambientes florestais e alagados da zona intertropical, foram introduzidos em Rondônia para a pecuária leiteira e de corte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre impactos ambientais.

A alternativa A está incorreta. Segundo a descrição da alternativa, podemos verificar que trata-se de uma relação de mutualismo e não se relaciona com o parasitismo. O parasitismo acontece quando uma espécie (parasita) se beneficia retirando nutrientes de outra (hospedeiro), geralmente é menor, prejudicando-a, mas raramente a matando imediatamente.

A alternativa B está correta. A introdução de búfalos na Amazônia é frequentemente classificada como a introdução de uma espécie exótica invasora. Conforme o documento Búfalos em Unidades de Conservação Federais Amazônicas (ICMBio, 2021) “[...] os impactos ambientais dos búfalos são caracterizados, principalmente, pela redução da biomassa vegetal, mudança na composição e fisionomia

das comunidades vegetais nativas, remoção da vegetação se dá devido ao intenso pastoreio e alto consumo de biomassa vegetal (Carvalho Jr et al., 2021; Skeat et al., 1996). Devido ao grande porte e organização social dessa espécie, a compactação e erosão do solo é um impacto frequente em áreas de ocorrência do búfalo (Carvalho Jr et al., 2021; Skeat et al., 1996). Em planícies alagadas, o excessivo pisoteio e pastejo pode acarretar alterações das comunidades de plantas aquáticas (Petty et al., 2007)."

A alternativa C está incorreta. Mutualismo é quando os animais se ajudam mutuamente. Ao contrário do que afirma a alternativa, os búfalos são uma espécie exótica e invasora na região, que causam sérios problemas ambientais e competem com as espécies nativas, caracterizando uma relação de competição interespecífica e resultando em desequilíbrio ecológico. Vide alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Em ecossistemas brasileiros, onde os búfalos são uma espécie exótica introduzida, a relação é considerada desarmônica. Vide a alternativa B. Comensalismo é uma interação ecológica em que um organismo, chamado comensal, obtém vantagens como alimento, abrigo ou transporte, sem causar danos nem trazer benefícios ao outro organismo envolvido, o hospedeiro, que permanece indiferente à relação.

A alternativa E está incorreta. A alternativa não responde à questão sobre a relação ecológica/impacto ambiental da espécie no bioma, sendo o foco do examinador, e a classificação como espécie colonizadora não responde à classificação clássica dos búfalos, no que tange aos impactos ambientais, o qual é espécie exótica/invasora" nesse contexto.

QUESTÃO 93. Os principais produtos de exportação rondonienses impactados pelas tarifas impostas ao Brasil pelo governo dos EUA são

- a) madeira, arroz e tabaco.**
- b) aço, calçados e laticínios.**
- c) suco de frutas e equipamentos florestais.**
- d) carne bovina, soja e café.**
- e) pescados, couro e castanha.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre tarifas de exportações.

A alternativa A está incorreta. Em que pese a madeira seja produto relevante, mas arroz e tabaco não estão entre os principais motores da exportação rondoniense, especialmente para os EUA. Vide alternativa D.

A alternativa B está incorreta. O aço e os calçados são produtos manufaturados importantes para a exportação brasileira de modo geral, contudo, com foco em outros estados, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Logo, podemos descartar essa alternativa. Vide alternativa D.

A alternativa C está incorreta. O suco de frutas, principalmente o de laranja, é uma commodity relevante para o Brasil, especialmente para o estado de São Paulo, não sendo um produto carro-chefe da exportação rondoniense. Nesse sentido, podemos excluir essa alternativa. Vide alternativa D.

A alternativa D está correta. Estes três são os pilares da exportação de Rondônia. A carne bovina, a soja e o café, são commodities agrícolas com grande peso na balança comercial do estado e são historicamente visados em disputas comerciais e imposição de tarifas pelos EUA e outros países. Conforme a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC), o destaque das exportações rondonienses em 2024 foi a crescente presença do café no ranking dos produtos mais requisitados. O produto é uma das culturas agrícolas tradicionais de Rondônia, que passou a integrar o grupo das cinco principais mercadorias, evidenciando a qualidade superior da produção estadual.

A alternativa E está incorreta. Estes itens têm um volume de exportação significativamente menor quando comparados à carne bovina, soja e café. Vide alternativa D.

QUESTÃO 94. Com relação aos aspectos relevantes no cenário das relações internacionais em 2025, é correto afirmar que

a) a China desponta como potência mundial a partir de seu papel no comércio internacional e na adoção de um modelo de desenvolvimento baseado no lema "um país, dois sistemas", que se traduz pela existência de um sistema econômico capitalista e um sistema político parlamentarista no país.

b) o conflito entre Rússia e Ucrânia encontra-se em fase de novas negociações, a partir da mudança de posição dos EUA, que antes apoiavam a Ucrânia na intensificação do conflito e atualmente passaram a negociar um possível fim do combate.

c) os conflitos atuais, em especial a ocupação da Ucrânia pela Rússia, e o conflito entre palestinos e israelenses na Faixa de Gaza são marcados pela política internacional de respeito aos territórios internacionais, visto que envolvem questões políticas sem perda de territórios.

d) a globalização intensificará a especialização produtiva dos países que ocupam posição central no capitalismo mundial, principalmente em setores altamente especializados como a indústria automobilística e aérea, e a de computação; países como EUA, Japão e Alemanha dominam a produção tecnológica desses setores sem concorrência de outros países.

e) a competição no campo do comércio internacional entre a União Europeia e o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) tende a acentuar-se, visto que o bloco europeu é o principal competidor dos EUA no comércio global.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre relações internacionais.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, explica o professor Rodolfo Gracioli a inexistência do dispositivo parlamentarista e capitalista.

A alternativa B está correta. Esse é o papel dos EUA na negociação do cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia, conforme explica o professor Rodolfo Gracioli.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a ofensa à soberania é latente nestes conflitos envolvendo Ucrânia e Rússia, Israel e Palestina.

A alternativa D está incorreta. Conforme explica o professor Rodolfo Gracioli, as nações asiáticas são fortemente sinalizados como concorrentes na produção tecnológica.

A alternativa E está incorreta. Conforme sinaliza o professor Rodolfo Gracioli, não é totalmente precisa no contexto atual da economia global, não sendo o NAFTA uma possibilidade de concorrência atual.

QUESTÃO 95. A respeito da transição energética, um dos temas relevantes que integram a reestruturação produtiva e a preservação do meio ambiente no mundo atual, assinale a opção correta.

a) A transição energética consiste na troca gradual de fontes energéticas não renováveis e de alto impacto ambiental, como os combustíveis fósseis, por fontes limpas e renováveis, como a eólica e a solar, que emitem menos gases de efeito estufa.

b) A diminuição dos custos de produção, o aumento da competitividade, a diminuição da dependência tecnológica e a compensação ambiental são objetivos da transição energética para a redução dos impactos das mudanças climáticas.

c) A eletrificação é um segmento da transição energética por meio do qual se produzem veículos a partir da modernização de motores movidos a combustíveis fósseis com alto índice de carbono.

d) A tendência global da transição energética é a de substituição total de fontes energéticas não renováveis como o petróleo, o urânio e o gás natural por fontes limpas e renováveis até 2040.

e) A transição energética global envolve países com níveis semelhantes de substituição de fontes sujas de produção de energia por fontes limpas e renováveis, tendo o Brasil avançado pouco na perspectiva dessa transição, estando abaixo da média global de fontes renováveis de acordo com a matriz energética mundial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre transição energética.

A alternativa A está correta. O processo é caracterizado pela mudança progressiva da matriz energética global de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural) para energias renováveis (eólica, solar, hídrica, etc.) visando reduzir as emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa).

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, explica o professor Rodolfo Gracioli a mudança da economia fóssil para alcançar a economia verde. Ou seja, mais sustentável. A

transição frequentemente exige maior investimento e desenvolvimento tecnológico (e, portanto, maior dependência inicial de tecnologias inovadoras, como baterias e painéis solares), e não uma diminuição.

A alternativa C está incorreta. Isso é contrária a lógica da transição energética. Ela consiste na substituição dos motores a combustão por motores elétricos (baterias), e não na "modernização" dos motores a combustíveis fósseis para que continuem funcionando.

A alternativa D está incorreta. Urânio não entra nessas análises. O urânio (energia nuclear) é frequentemente debatido como uma fonte de baixa emissão de carbono que pode servir como ponte ou base na matriz energética durante a transição, não sendo simplesmente descartado junto com os fósseis.

A alternativa E está incorreta. Conforme explica o professor Rodolfo Gracioli, o nosso país é destaque - e referência - na cadeia de fontes renováveis. O Brasil é um destaque global, com uma matriz elétrica e matriz energética, que inclui transportes, predominantemente baseada em fontes renováveis (hidrelétrica, biomassa, eólica), estando acima da média global em termos de renovabilidade.

QUESTÃO 96. No que diz respeito ao protesto de título nas situações em que o devedor seja microempresário ou empresa de pequeno porte, assinale a opção correta, de acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006.

a) No caso de pagamento do título pelo devedor por meio de cheque sem provisão de fundos, todos os benefícios previstos ao microempresário ou à empresa de pequeno porte serão imediatamente cancelados.

b) Para o pagamento do título em cartório, poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário, com forma de respaldar o credor.

c) O cancelamento do registro de protesto com base no pagamento do título não depende, em regra, de declaração de anuência do credor.

d) São válidas as cláusulas contratuais relativas à limitação da emissão ou circulação de títulos de crédito ou direitos creditórios originados de operações de compra e venda de produtos e serviços por microempresas e empresas de pequeno porte.

e) Sobre os emolumentos do tabelião incidirão acréscimos a título de taxas, custas e contribuições para o estado ou para o Distrito Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre protesto de títulos.

A alternativa A está incorreta. Os benefícios são automaticamente suspensos pelos cartórios de protesto, pelo prazo de 1 (um) ano, e não cancelados permanentemente. A saber: "LC nº 123/06 – artigo 73, V: quando o pagamento do título ocorrer com cheque sem a devida provisão de fundos, serão automaticamente suspensos pelos cartórios de protesto, pelo prazo de 1 (um) ano, todos os benefícios

previstos para o devedor neste artigo, independentemente da lavratura e registro do respectivo protesto.”

A alternativa B está incorreta. Para o pagamento do título em cartório, NÃO poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário. Contudo, se o pagamento for feito por cheque, a quitação será condicionada à sua efetiva liquidação. Vejamos: Artigo 73, II, LC nº 123/06: “para o pagamento do título em cartório, não poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário, mas, feito o pagamento por meio de cheque, de emissão de estabelecimento bancário ou não, a quitação dada pelo tabelionato de protesto será condicionada à efetiva liquidação do cheque.”

A alternativa C está correta. O cancelamento do protesto, em regra, depende da apresentação do título protestado OU de uma carta de anuência do credor declarando que a dívida foi paga. Vejamos o disposto na LC nº 123/06 – artigo 73, III: “o cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, será feito independentemente de declaração de anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado.”

A alternativa D está incorreta. A alternativa afirma que são válidas cláusulas contratuais relativas à limitação da emissão ou circulação de títulos de crédito. Entretanto, são VEDADAS as cláusulas contratuais que limitem a emissão ou circulação de títulos de crédito ou direitos creditórios originados de operações de ME/EPP, visando facilitar o acesso ao crédito. A saber: “LC nº 123/06 - Art. 73-A: São vedadas cláusulas contratuais relativas à limitação da emissão ou circulação de títulos de crédito ou direitos creditórios originados de operações de compra e venda de produtos e serviços por microempresas e empresas de pequeno porte.”

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, NÃO incidirão quaisquer acréscimos. Vejamos: LC nº 123/06 – artigo 73, I: “sobre os emolumentos do tabelião não incidirão quaisquer acréscimos a título de taxas, custas e contribuições para o Estado ou Distrito Federal, carteira de previdência, fundo de custeio de atos gratuitos, fundos especiais do Tribunal de Justiça, bem como de associação de classe, criados ou que venham a ser criados sob qualquer título ou denominação, ressalvada a cobrança do devedor das despesas de correio, condução e publicação de edital para realização da intimação.”

QUESTÃO 97. Em relação às orientações gerais para guarda e descarte de documentos nos cartórios extrajudiciais, julgue os itens a seguir, de acordo com o Provimento CNJ n.º 50/2015.

I. Os documentos a serem a ser descartados não podem ser desfigurados a ponto de não permitir que as informações sejam recuperadas, especialmente as indicações de identidade pessoal e assinaturas.

II. No âmbito do Registro Civil de Pessoas Naturais, os livros relativos a retificações de qualquer espécie, registro de nascimento tardio e outros processos com trâmite na própria serventia devem observar o prazo de guarda de 5 anos, com posterior eliminação.

III. No âmbito do Registro Geral de Imóveis, os livros relativos à indisponibilidade de bens devem ter guarda assegurada por 10 anos ou pelo prazo que durar a indisponibilidade, admitida a posterior eliminação.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.**
- b) Apenas o item I está certo.**
- c) Apenas o item II está certo.**
- d) Apenas o item III está certo.**
- e) Todos os itens estão certos.**

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão versa sobre guarda e descarte de documentos nas serventias extrajudiciais.

O item I está incorreto. Art. 2º do Provimento CNJ n.º 50/2015. Os documentos que venham a ser descartados devem ser previamente desfigurados de modo que as informações não possam ser recuperadas, especialmente as indicações de identidade pessoal e assinaturas. Os documentos a serem a ser descartados não podem ser desfigurados a ponto de não permitir que as informações sejam recuperadas, especialmente as indicações de identidade pessoal e assinaturas.

O item II está incorreto. Conforme tabela do Provimento CNJ n.º 50/2015, os livros de registro de nascimento terão guarda permanente.

O item III está incorreto. Conforme tabela do Provimento CNJ n.º 50/2015, os os livros relativos à indisponibilidade de bens terão guarda permanente.

QUESTÃO 98. Com base no que dispõe a Lei de Registros Públicos, assinale a opção correta.

- a) Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização do titular da serventia.**
- b) A alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial uma única vez.**
- c) As certidões do registro civil das pessoas naturais devem mencionar a data em que foi lavrado o assento, além da circunstância de ser legítima ou não a filiação, exceto se houver requerimento do interessado ou determinação judicial em sentido contrário.**
- d) No caso de casamento convertido a partir da união estável, deverá constar do assento a data do início da referida união ou seu período de duração.**
- e) A criança que morrer por ocasião do parto terá um único assento – o de óbito –, podendo os pais atribuir nome a ela.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Lei de Registros Públicos e suas Disposições Gerais.

A alternativa A está incorreta. É necessária autorização judicial, e não do titular da serventia. Conforme art. 22 da Lei 6.015/73: “Art. 22. Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial.”

A alternativa B está correta. Conforme art. 56, § 1º da Lei 6.015/73: “§ 1º A alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, e sua desconstituição dependerá de sentença judicial.”

A alternativa C está incorreta. Não se menciona a circunstância de ser legítima ou não a filiação. Conforme art. 19, §§ 2º e 3º, da Lei 6.015/73: “§ 2º As certidões do registro civil das pessoas naturais mencionarão a data em que foi lavrado o assento. § 3º Nas certidões de registro civil, não se mencionará a circunstância de ser legítima, ou não, a filiação, salvo a requerimento do próprio interessado, ou em virtude de determinação judicial.”

A alternativa D está incorreta. Não deve constar do assento a data do início da união ou seu período de duração. Conforme art. 70-A, § 6º, da Lei 6.015/73: “§ 6º Não constará do assento de casamento convertido a partir da união estável a data do início ou o período de duração desta, salvo no caso de prévio procedimento de certificação eletrônica de união estável realizado perante oficial de registro civil.”

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 53, caput e §§ 2º e 3º, da Lei 6.015/73: “Art. 53. No caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito. (...) § 2º No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, serão feitos os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas. § 3º É direito dos pais atribuir nome ao natimorto.”

QUESTÃO 99. De acordo com as disposições da Lei n.º 8.935/1994 (Lei dos Notários e Registradores), assinale a opção correta.

a) Em cada serviço notarial ou de registro, haverá número limite de substitutos, escreventes e auxiliares, a critério do respectivo tribunal de justiça.

b) Foi considerada constitucional pelo STF a previsão da Lei n.º 8.935/1994 segundo a qual os servidores públicos que trabalhavam em cartórios privados poderiam ser contratados pelo regime trabalhista comum (CLT), cessando o vínculo com o Estado.

c) Os substitutos poderão, simultaneamente com o notário ou oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios, sem exceção.

d) Somente bacharéis em direito devem ser admitidos nos concursos públicos voltados à delegação para o exercício da atividade notarial e de registro.

e) Admite-se, mediante autorização do respectivo tribunal de justiça, a instalação de sucursal de serviço notarial ou de registro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão necessitava de conhecimento sobre a Lei Federal 8.935/1994.

A alternativa A está incorreta. Não há limite para a contratação de prepostos: Art. 20, da Lei 8.935/1994: “Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho”;

A alternativa B está correta. Conforme artigo 48, da Lei 8.935/1994: “Os notários e os oficiais de registro poderão contratar, segundo a legislação trabalhista, seus atuais escreventes e auxiliares de investidura estatutária ou em regime especial desde que estes aceitem a transformação de seu regime jurídico, em opção expressa, no prazo improrrogável de trinta dias, contados da publicação desta lei”;

A alternativa C está incorreta. Conforme artigo 20, §4º da Lei 8.935/1994: “Os substitutos poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios exceto, nos tabelionatos de notas, lavrar testamentos”;

A alternativa D está incorreta. Conforme artigo 15, §2º, da Lei 8.935/1994: “Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro”;

A alternativa E está incorreta. Conforme artigo 43, da Lei 8.935/1994: “Cada serviço notarial ou de registro funcionará em um só local, vedada a instalação de sucursal”;

QUESTÃO 100. De acordo com o Provimento CNJ n.º 149/2023, relativo às medidas a serem adotadas pelas serventias extrajudiciais em âmbito nacional para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a opção correta.

a) No âmbito do Registro Civil de Pessoas Naturais, a identificação do requerente e o motivo pelo qual se requer a certidão são elementos obrigatórios a serem veiculados no requerimento de certidão de inteiro teor.

b) O requerimento ou autorização judicial para emissão de certidão de óbito serão obrigatórios quando o requerente não possuir grau de parentesco com o falecido, uma vez que as restrições relativas aos dados sensíveis aplicam-se a este último.

c) No caso de o registrador ou o notário entender haver desproporcionalidade na solicitação de compartilhamento de dados pelo órgão público, deverá consultar a corregedoria do tribunal de justiça a que estiver vinculado.

d) A certidão de testamento somente poderá ser fornecida ao solicitante que tiver algum vínculo familiar com o testador; caso contrário, será necessária autorização judicial.

e) As certidões de registro civil em geral, inclusive as de inteiro teor, após o falecimento do titular do dado sensível, somente poderá ser fornecidas mediante autorização judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Provimento CNJ n.º 149/2023 (Código Nacional de Normas), mais precisamente sobre a Proteção de Dados.

A alternativa A está correta. Conforme art. 117, § 3º, do Código Nacional de Normas: “§ 3.º O requerimento de certidão em inteiro teor deverá conter a identificação do requerente, o motivo em virtude do qual se requer a certidão sob a forma de inteiro teor e o grau de parentesco com o registrado, caso exista, bem como o fato de ser este falecido ou não.”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 118 do Código Nacional de Normas: “Art. 118. Não é necessário requerimento ou autorização judicial para emissão de certidão de óbito em nenhuma de suas modalidades.”

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 102, § 2º, do Código Nacional de Normas: “§ 2.º Caso o registrador ou o notário entenda haver desproporcionalidade na solicitação de compartilhamento de dados pelo órgão público, deverá consultar a Corregedoria Nacional de Justiça, no prazo de 24 horas, oferecendo suas razões, à luz do disposto neste artigo.”

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 110 do Código Nacional de Normas: “Art. 110. A certidão de testamento somente poderá ser fornecida ao próprio testador ou mediante ordem judicial. Parágrafo único. Após o falecimento, a certidão de testamento poderá ser fornecida ao solicitante que apresentar a certidão de óbito.”

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 113, § 2º, do Código Nacional de Normas: “§2º Após o falecimento do titular do dado sensível, as certidões de que trata o caput deste artigo poderão ser fornecidas aos parentes em linha reta, independentemente de autorização judicial.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreiraJuridica)